



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LARISSA ALVES DE SOUSA

**MONUMENTO E ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-
AMERICANO:
CUBA E BRASIL**

BRASÍLIA, DF
2020



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LARISSA ALVES DE SOUSA

MONUMENTO E ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO:

CUBA E BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, para fins de obtenção do título de mestra em Geografia.

Mestranda: Larissa Alves de Sousa

Orientador: Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientadora: Prof. Dr^a Mabel T. Chaos Yeras

BRASÍLIA, DF
2020

Ficha catalográfica

Alves de Sousa, Larissa
Am Monumento e ativação popular do espaço público
latinoamericano: Cuba e Brasil / Larissa Alves de Sousa;
orientador Everaldo Batista da Costa; co-orientadora Mabel
Teresa Chaos Yeras. -- Brasília, 2020.
196 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Geografia) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. América Latina. 2. Camagüey. 3. Goiânia. 4.
Ativação popular do espaço público. 5. Espaço público. 6.
Monumento. I. Batista da Costa, Everaldo, orient. II. Teresa
Chaos Yeras, Mabel, coorient. III. Título.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Brasília, 02 de março de 2020.

Larissa Alves de Sousa

LARISSA ALVES DE SOUSA

MONUMENTO E ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO LATINO-AMERICANO: CUBA E BRASIL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, para fins de obtenção do título de mestra em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – Orientador
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr.^a Mabel Teresa Chaos Yeras – Co-orientadora
Universidade de Camagüey – UC

Prof. Dr. Rodrigo Ramos H. F. Valverde
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Renan Amabile Boscariol
Universidade Federal de São João del-Rei – MG

À minha querida avó Porcina, por ser meu acalanto de vida.
À minha mãe Wilma, por existir e, ser também, meu pai, participativa em todos os
momentos de difíceis escolhas.
À Hionara, minha irmã, por incentivar meus passos.
Ao Murilo, meu irmão, que me impulsiona ao crescimento.

In memoriam
Ao meu pai, Robson, por ter me ensinado a viver.
Ao meu querido avô, Manoel, por sua sabedoria.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Everaldo, pela leitura cuidadosa, pelas críticas propositivas, pelos momentos de orientação, pelo diálogo, meu sincero respeito.

À Professora co-orientadora, Mabel, seu esposo Raul, seu filho Fernando, por terem me recebido tão bem durante minha estadia em Camagüey, o afeto perdura em minha memória, "*mi casa és su casa*".

À Professora Valéria do IESA/UFG, minha querida orientadora de graduação, por emanar poesia, meu estimado carinho.

Aos professores do IESA/UFG, pela transmissão de saberes e, em especial, ao Professor Eguimar, pelos momentos de partilha e por ser sempre tão atencioso.

Às professoras da FE/UFG, em especial à Professora Keila, por fazer parte de minha trajetória acadêmica, por sua gentileza, por seu apoio em Brasília, sou eternamente grata.

À Mariana, por ter me acolhido carinhosamente, por ser amiga-irmã, sou muito grata.

À Aryanne, pelo apoio inestimável desde minha chegada à Brasília, por partilhar felicidades e angústias, por suas críticas e sugestões valiosas quanto a leitura e escrita dessa pesquisa, meu eterno carinho e admiração.

À minha avó Porcina, pelo apoio e carinho fraterno.

À minha mãe, Wilma, minha irmã Hionara e meu irmão Murilo, por compreenderem as ausências e pelo amor em meio a distância.

Aos professores da UC/CU, pelo acolhimento durante a visita técnica e trabalho de campo em Camagüey, em especial, às Professoras Adela, Belkis, María, Hortencia, Dianelle, e os Professores Oscar, Joaquín, Gaspar e Renier, meu eterno agradecimento.

Aos funcionários do Hotelito, pela dádiva da hospitalidade e gentileza, muito obrigada.

À todas e todos os colegas do GECIPA, pelas reuniões, pelos conhecimentos, pelo incentivo à leitura e atividades de campo, meu eterno agradecimento.

Aos colegas da jornada acadêmica, Vitor, Évellin, André, Werlen, Orimar, Dandara, Márcia e Natália, entre tantos outros, pela oportunidade do debate que fortalece o conhecimento geográfico. Sou eternamente grata e desejo sucesso a vocês.

Aos amigos e amigas, Márcio, Wanderson, Ana Carolina, pelo apoio e amparo nesses dois anos de Mestrado, vocês foram muito importantes para o meu caminhar enquanto pesquisadora, muitíssimo obrigada!

Aos funcionários do departamento de pós-graduação da UnB, Jorge e Agnelo, sempre gentis, atenciosos e eficientes, sou muito grata.

À Capes, pelo apoio por meio da concessão de bolsa de estudos.

À FAPDF pelo financiamento da visita técnica à Universidade de Camagüey.

Enfim, a todos os sujeitos que colaboraram de alguma forma para que essa pesquisa pudesse existir.

A todos muito obrigada.

RESUMO

Os monumentos colocados nos espaços públicos são uma forma de homenagear àqueles que ergueram e desenvolveram as cidades de Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil). A Praça Ignacio Agramonte em Camagüey, nos apresenta um espaço público significativo nos aspectos culturais e arquitetônicos, uma vez que esse espaço não está caracterizado somente pelas temporalidades urbanas, simultaneamente, ele demanda das experiências cotidianas dos sujeitos que determinam as transformações nos/dos espaços públicos. Assim, o Monumento a Ignacio Agramonte faz parte da trajetória de vida dos sujeitos ao exercer a função comunicativa da liberdade e da conquista do povo camagüeyano. Da mesma forma, a formação da Praça do Bandeirante em Goiânia, tem sua essência associada à esfera político-cultural que emerge do processo de construção da cidade e implica nas formas de socialização, em que passa a ser entendido como o lugar da prática social. Logo, o Monumento ao Bandeirante desperta o interesse em compreender os sentidos políticos e/ou lúdicos representados pela figura do herói, visto como desbravador dos territórios brasileiros e fundador das cidades. A espacialidade da ação popular nesses lugares capta o movimento no/do espaço público, ao mesmo tempo em que estimula a compreensão das intencionalidades na trajetória existencial dos monumentos. Por esse caminho, entendemos que a *ativação popular do espaço público* à luz do *patrimônio-territorial* proposto por E. Costa, busca compreender os usos e funções nos/dos espaços públicos das cidades latino-americanas face a complexidade e os substratos fenomenológicos que os alimentam. Com o objetivo de “analisar a relação entre a *ativação popular do espaço público* e o *monumento*, este como catalisador de práticas sociais localizadas e da memória coletiva, em Camagüey (Cuba), e Goiânia (Brasil)”, essa pesquisa foi conduzida por uma proposta qualitativa e guiada pelos conceitos de *monumento* de Le Goff, *memória* de Halbwachs e *ativação popular do espaço público* de Costa, em diálogo com Serpa, Valverde e Gomes. O caminho metodológico percorrido teve como aporte às propostas de E. Costa para a ativação popular do espaço público como patrimônio-territorial e compreendeu a pesquisa de gabinete, pesquisa de campo, entrevista semiestruturada, observação participante, sistematização de diário de campo e análise de dados. Os resultados revelam que: a relação entre o espaço público e os monumentos fomentam as práticas sociais e constituem possibilidades de ação popular específica, os monumentos têm o potencial de construir o discurso oficial, as narrativas urbanas, a memória coletiva, produzir sentidos e projetam, no espaço público dessas duas cidades, a duração da vida dinâmica popular reafirmadas no próprio espaço público latino-americano.

Palavras-chave: América Latina; Camagüey; Goiânia; Ativação popular do espaço público; Espaço público; Monumento.

RESUMEN

Los monumentos ubicados en espacios públicos son una forma de rendir homenaje a quienes construyeron y desarrollaron las ciudades de Camagüey (Cuba) y Goiânia (Brasil). La plaza Ignacio Agramonte en Camagüey, nos presenta un importante espacio público en aspectos culturales y arquitectónicos, ya que este espacio no solo se caracteriza por temporalidades urbanas, sino que, simultáneamente, exige las experiencias cotidianas de los sujetos que determinan las transformaciones en/de los espacios públicos. Así, el Monumento a Ignacio Agramonte forma parte de la trayectoria de vida de los sujetos al ejercer la función comunicativa de la libertad y la conquista del pueblo de Camagüeyano. Del mismo modo, la formación de la Praça do Bandeirante en Goiânia, tiene su esencia asociada con la esfera político-cultural que emerge del proceso de construcción de la ciudad e implica las formas de socialización, en las que se entiende como el lugar de la práctica social. Por lo tanto, el Monumento ao Bandeirante despierta interés en comprender los significados políticos y/o juguetones representados por la figura del héroe, visto como un pionero de los territorios brasileños y fundador de las ciudades. La espacialidad de la acción popular en estos lugares captura el movimiento en/del espacio público, al tiempo que estimula la comprensión de intencionalidades en la trayectoria existencial de los monumentos. De esta manera, entendemos que la *activación popular del espacio público* a la luz del *patrimonio-territorial* propuesto por E. Costa, busca comprender los usos y funciones en/de los espacios públicos en las ciudades latinoamericanas frente a la complejidad y sustratos fenomenológicos que los alimentan. Con el objetivo de "analizar la relación entre la *activación popular del espacio público* y el *monumento*, esto como un catalizador de prácticas sociales localizadas y memoria colectiva, en Camagüey (Cuba) y Goiânia (Brasil)", esta investigación fue realizada por un propuesta cualitativa y guiada por los conceptos del *monumento* de Le Goff, *memoria* de Halbwachs y *activación popular del espacio público* de Costa, en diálogo con Serpa, Valverde y Gomes. El camino metodológico seguido se basó en las propuestas de E. Costa para la activación popular del espacio público como patrimonio territorial e incluyó investigación de oficina, investigación de campo, entrevista semiestructurada, observación participante, sistematización de diarios de campo y análisis de datos. Los resultados revelan que: la relación entre el espacio público y los monumentos fomenta las prácticas sociales y constituye posibilidades de acción popular específica, los monumentos tienen el potencial de construir un discurso oficial, narrativas urbanas, memoria colectiva, producir significados y proyectos, en el espacio público de estas dos ciudades, la duración de la vida dinámica popular se reafirmó en el propio espacio público latinoamericano.

Palabras clave: América Latina; Camagüey; Goiânia; Activación popular del espacio público; Espacio público; Monumento.

ABSTRACT

The monuments placed in public spaces are a way of paying homage to those who built and developed the cities of Camagüey (Cuba) and Goiânia (Brazil). Ignacio Agramonte Square in Camagüey, presents us with a significant public space in cultural and architectural aspects, since this space is not only characterized by urban temporalities, simultaneously, it demands the daily experiences of the subjects that determine the transformations in / of public spaces. Thus, the Monument to Ignacio Agramonte is part of the subjects' life trajectory when exercising the communicative function of freedom and the conquest of the Camagüeyan people. Likewise, the formation of Praça do Bandeirante in Goiânia, has its essence associated with the political-cultural sphere that emerges from the process of building the city and implies the forms of socialization, in which it is understood as the place of social practice. Therefore, the Monument ao Bandeirante awakens interest in understanding the political and/or playful meanings represented by the figure of the hero, seen as a pioneer of Brazilian territories and founder of cities. The spatiality of popular action in these places captures movement in/of public space, while stimulating the understanding of intentionalities in the existential trajectory of monuments. In this way, we understand that the *popular activation of public space* in the light of the *territorial heritage* proposed by E. Costa, seeks to understand the uses and functions in/of public spaces in Latin American cities in the face of the complexity and phenomenological substrates that feed them. With the objective of “analyzing the relationship between the *popular activation of public space* and the *monument*, this as a catalyst for localized social practices and collective memory, in Camagüey (Cuba), and Goiânia (Brazil)”, this research was conducted by a qualitative proposal and guided by the concepts of Le Goff's *monument*, *memory* of Halbwachs and *popular activation* of Costa's *public space*, in dialogue with Serpa, Valverde and Gomes. The methodological path followed was based on E. Costa's proposals for the popular activation of public space as territorial heritage and included office research, field research, semi-structured interview, participant observation, systematization of field diaries and data analysis. The results reveal that: the relationship between public space and monuments fosters social practices and constitute possibilities for specific popular action, monuments have the potential to build official discourse, urban narratives, collective memory, produce meanings and project, in the public space of these two cities, the duration of popular dynamic life reaffirmed in the Latin American public space itself.

Keywords: Latin America; Camagüey; Goiânia; Popular activation of the public space; Public place; Monument.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), e Praça do Bandeirante, em Goiânia (BR)	21
Figura 2 – Mapa da Ilha de Cuba e as primeiras vilas ocupadas	41
Figura 3 – Praça Maior Ignacio Agramonte y Loynaz e as ruas laterais: Calle Cisneros; Calle Martí; Calle Independencia e Catedral Metropolitana	42
Figura 4 – Espaços públicos e áreas verdes de Camagüey.....	47
Figura 5 – Praça Ignacio Agramonte, ao fundo a Catedral Metropolitana de Camagüey.....	49
Figura 6 – Praça Cívica – núcleo pioneiro de Goiânia em 1930. Três avenidas demarcam o núcleo: Tocantins (esquerda); Goiás (centro) e Araguaia (direita)	52
Figura 7 – Localização da Praça do Bandeirante.....	55
Figura 8 – Ponto de ônibus em frente à Praça do Bandeirante e Banco do Estado de Goiás ao fundo	58
Figura 9 – Praça do Bandeirante – Cruzamento das Avenidas Goiás e Anhanguera	62
Figura 10 – Estátua de Ignacio Agramonte y Loynaz em 24 de fevereiro de 1912, na “Plaza Mayor” em Camagüey, Cuba	68
Figura 11 – Monumento a Ignacio Agramonte y Loynaz	72
Figura 12 – O Bandeirante em Goiânia	78
Figura 13 – Praça do Bandeirante, ao fundo o Banco do Estado de Minas Gerais..	80
Figura 14 – O Bandeirante no espaço público de Goiânia	84
Figura 15 – Momento após a retirada total da bandeira de Cuba do Monumento à Ignacio Agramonte	95
Figura 16 – Livros antigos – Sociedade Popular de Santa Cecília de Camagüey....	99
Figura 17 – A bandeira nacional sendo arreada em cerimônia simbólica, na Praça Ignacio Agramonte	103
Figura 18 – Cumprimento regular ao público após ato cerimonial da bandeira cubana	104
Figura 19 – Frente e verso do cartão postal do Monumento ao Bandeirante.....	111
Figura 20 – “Herói de quem? Para quem?”	114
Figura 21 – Vista lateral da Praça Ignacio Agramonte	130
Figura 22 – Momento de lazer noturno na Praça Ignacio Agramonte	136
Figura 23 – Praça Ignacio Agramonte e Catedral Metropolitana de Camagüey.....	136
Figura 24 – Grupo de idosos em prática de Yoga na praça	137
Figura 25 – Rua Independência e Café La Perla de Cuba	139
Figura 26 – Rua Independência e Grimau Padaria & Doceria.....	140
Figura 27 – Rua Cisneros e Centro da Diversidade Cultural.....	140
Figura 28 – Rua Martí, Café Ciudad e Centro de Interpretación (Maquete).....	141
Figura 29 – Trabalhadores aguardam reforço de maquinário para colocar a estátua em seu lugar de origem.....	144
Figura 30 – Estátua da figura Feminina no chão da praça Ignacio Agramonte, após incidente com transeunte	145
Figura 31 – Estátua Feminina fora do conjunto monumental da Praça Ignacio Agramonte.....	146

Figura 32 – Trabalhadores verificam danos em estátua Feminina na praça	146
Figura 33 – Celebração do Dia da Cultura Nacional	150
Figura 34 – Prática esportiva de automobilismo na Praça do Bandeirante	158
Figura 35 – Praça do Bandeirante vista do alto.....	159
Figura 36 – Manifestantes protestam contra a “Reforma da Previdência” na Praça do Bandeirante	159
Figura 37 – Vendedores ambulantes no cruzamento das Avenidas Goiás e Anhanguera.....	163
Figura 38 – Vendedores ambulantes no cruzamento da Praça do Bandeirante	163
Figura 39 – Manifestantes tomam o monumento com bandeiras que simbolizam a resistência de povos indígenas	164
Figura 40 – Vista da lateral e canteiro central da Praça do Bandeirante	172
Figura 41 – Fluxo de veículos na praça em direção aos sentidos Leste e Oeste de Goiânia.....	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistematização das informações colhidas em Campo – Instituições e órgãos visitados	26
Quadro 2 – Sistematização de atividades feitas no centro histórico.....	27
Quadro 3 – Organização das informações colhidas em Campo – Instituições e órgãos visitados	27
Quadro 4 – Atividade feita no centro de Goiânia	28
Quadro 5 – Síntese de Riscos (R) e Potencial de Preservação Patrimonial (Pp) na América Latina e Caribe.....	127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCJM	Biblioteca Nacional de Cuba “José Martí”
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CECODEC	Centro de Estudios sobre Conservación y Desarrollo de Construcciones
CIDARQ	Centro de Informação, Documentação e Arquivo
FAPDF	Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Distrito Federal
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GECIPA	Grupo de Estudos sobre Cidades e Patrimonialização
IPHAN	Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGG	Instituto Histórico Geográfico de Goiás
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
MIS	Museu da Imagem e do Som
OHCC	Oficina del Historiador de la Ciudad de Camagüey
PNAD	Pesquisa Anual por Amostra de Domicílio Contínua
PROLAM	Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina
SEPLAM	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UC	Universidad de Camagüey
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UNB	Universidade de Brasília
UFSJR	Universidade Federal de São João del Rei
UFG	Universidade Federal de Brasília
UNAM	Universidad Nacional Autónoma de México

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
ESPAÇO PÚBLICO E MONUMENTO NA AMÉRICA LATINA	32
1.1 O ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA: CASOS DE CAMAGÜEY E GOIÂNIA.....	40
1.1.1 CAMAGÜEY: CONJUNTO DE REGISTROS SOBRE A DIFUSÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO	41
1.1.2 GOIÂNIA: DA CONSTRUÇÃO À INAUGURAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO	51
1.2 O MONUMENTO A IGNACIO AGRAMONTE COMO CATALISADOR DE PRÁTICAS SOCIAIS EM CAMAGÜEY ..	64
1.2.1 GOIÂNIA: O MONUMENTO AO BANDEIRANTE E AS PRÁTICAS SOCIAIS LOCALIZADAS	74
O MONUMENTO E SUA FUNÇÃO PÚBLICA NA MEMÓRIA COLETIVA	85
LATINO-AMERICANA	85
2.1 O MONUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA EM CAMAGÜEY E GOIÂNIA.....	90
2.2 O MONUMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO COMO CHAVE DE ACESSO À MEMÓRIA COLETIVA EM CAMAGÜEY	91
2.3 PASSADO E PRESENTE: A ESPACIALIDADE DO MONUMENTO EM GOIÂNIA	105
A UTOPIA NECESSÁRIA DA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO: “A PRACIALIDADE E O MONUMENTO”	118
3.1 O FENÔMENO DA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA.....	119
3.2 O ESPAÇO PÚBLICO COMO <i>POTENCIAL DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL (PP)</i> NA AMÉRICA LATINA	124
3.3 DISTINTAS NARRATIVAS EXISTENCIAIS NA/DA PRAÇA EM CAMAGÜEY: UM MONUMENTO NA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO	131
3.4 A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA <i>PRACIALIDADE</i> E DO MONUMENTO EM GOIÂNIA ENQUANTO <i>UTOPISMO PATRIMONIAL</i> PELA AMÉRICA LATINA	152
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	174
REFERÊNCIAS	179
ANEXO I	192
ANEXO II	193
ANEXO III	194
ANEXO IV	195
ANEXO V	196

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco a América Latina e sua análise será feita por um prisma geográfico. Essa construção envolve a base teórica, sobretudo, geográfica, com reflexões e objetos relativos ao espaço público. Trabalha as práticas sociais e a relação dos monumentos como potenciais de *ativação popular dos espaços públicos* em Camagüey (Cuba), e em Goiânia (Brasil).

O interesse em realizar este estudo parte de algumas motivações pessoais, dentre elas, a relação pessoal estabelecida com os espaços públicos enquanto moradora do Setor Central, em Goiânia, durante o período de minha graduação em Geografia (licenciatura plena), na UFG (2012-2017). No ir e vir da vida cotidiana o contato (in)direto com a paisagem geográfica e com espaço urbano do Centro despertou-me um olhar sensível sobre a cidade, por vezes, ficava ali sentada nos bancos da Avenida Goiás imaginando o quanto aquele espaço já tinha sido palco de manifestações de poder e de liberdade, e quantas vezes ainda será. Pensando o espaço público na dimensão social, Valverde (2007) considera que a esfera pública seria qualificada a partir de elementos como a política, tendo a igualdade entre os seus constituintes fundamentais e pautados em valores universais, ou seja, é a busca incessante pelo bem para além das necessidades locais.

Em tempo, observava a cidade acontecer, os automóveis, os monumentos, as pessoas, os sons, os cheiros, o comércio, todos esses amontoados compondo a *cena pública*; as indagações sobre a inspiração dos *boulevards* franceses na estética da Avenida Goiás para a criação de uma perspectiva cultural e patrimonial, o Eixo Anhanguera que precariamente comporta o fluxo de milhares de passageiros do transporte coletivo da capital e região metropolitana. Por essa perspectiva, Serpa (2007, p. 139) define duas instâncias relacionadas ao termo público: a primeira, refere-se àquilo que “pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”, enquanto a segunda, diz respeito ao “próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”.

Desse percurso, surgiram indagações que culminou no pré-projeto de pesquisa¹ do Mestrado, inicialmente intitulado “Do Bandeirante ao Violeiro: as paisagens monumentais na (re)construção do imaginário urbano em Goiânia – Goiás”.

¹ O pré-projeto de pesquisa é parte da etapa da seleção para ingresso nos cursos de Mestrado e Doutorado do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Grosso modo, essa proposta tratava de identificar os monumentos como elementos da paisagem e suas concepções, de modo a tecer caminhos dedicando-se as problemáticas do imaginário da cidade, o monumento é o resultado das sociedades que o fizeram, ele advém das relações de forças que perpetuam o poder como uma *herança do passado* – parafraseando Le Goff (2013).

Contudo, sabemos que, na vida acadêmica, naturalmente, as disciplinas, as leituras e as orientações dos professores podem nos levar a outros caminhos, com outras propostas e novas perspectivas sobre o objeto de estudo, não por pressupor que este projeto inicial estivesse desconexo ou que fosse uma escolha única a ser feita, mas pelas tessituras e contribuições que a própria trajetória acadêmica nos proporciona, é necessário ouvir. Nesse sentido, o caminho de reconstrução do projeto de pesquisa, envolveu um novo olhar sobre a temática do espaço público, o propósito da investigação e a necessidade de um giro pela América Latina.

Nesse novo percurso, a presença do professor Dr. Everaldo Batista da Costa, o orientador, foi essencial para a nova proposta. Entre diálogos de orientação, surgiu a possibilidade de trabalhar com a cidade de Camagüey, no interior de Cuba, no qual o desafio proposto culminou no projeto “Paisagem e imaginário na ativação popular do espaço público na América Latina: Goiânia (Brasil) e Camagüey (Cuba)”, este novo formato do trabalho deu enquadramento e possibilitou ampliar o horizonte de estudo sobre as cidades latino-americanas, uma nova experiência geográfica de pesquisa.

Já em fase de qualificação, foi possível realizar os trabalhos de campo nas duas cidades (em Camagüey tive apoio financeiro da FAPDF), e colher informações respectivas ao tema para “afinar” o projeto e levá-lo à avaliação da Banca de Qualificação. É importante salientar que, desde o trabalho inicial, o projeto preocupou-se com a relação entre sujeito, espaço público e monumento.

Posterior à apresentação da qualificação, as contribuições da Banca foram muito importantes para seguir com a investigação proposta. Foi possível incorporar conceitos², alterar outros³ e conjugar de forma que pudéssemos construir novos saberes no sentido de agregar o conhecimento, este é um sentido ímpar da Academia!

² Peço licença ao professor Dr. Eguimar Felício Chaveiro, que durante a banca de qualificação ao tecer comentários sobre a cidade de Goiânia, reproduziu o conceito de “pracialidade” cunhado por Queiroga (2007). Na ocasião da banca em que o mesmo estava presente, explanou: “é a pracialidade que dá o sentido existencial da praça”. O referido conceito está inserido no terceiro capítulo desta dissertação.

³ Os conceitos paisagem e imaginário foram retirados do trabalho, por sugestão de outro importante membro da banca de qualificação, o Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde, que também

Essa experiência resulta, então, na versão atual desta dissertação. O trabalho lapidado e instigado preciosamente sob a orientação do professor Dr. Everaldo B. Costa, torna pertinente adentrar no continente latino-americano para entender a problemática do espaço público nas cidades contemporâneas. Na teia de possibilidades, as pesquisas desenvolvidas pelo professor E. Costa (em parceria da UnB com a UC), facilitaram a aproximação com a professora co-orientadora da pesquisa, Dr.^a Mabel Chaos, quem colaborou enormemente com as práticas investigativas.

E assim, o olhar sobre a América Latina, que toma fôlego, gradativamente, no Grupo de Pesquisas CNPq sobre Cidades e Patrimonialização na América latina e Caribe (GECIPA), coordenado pelo professor Everaldo, tem fundamentado pesquisas e práticas acadêmicas fundamentais na crítica América Latina vivenciada nesses tempos do século XXI⁴.

Nesse sentido, a espacialidade da ação popular nesses lugares capta o movimento no/do espaço público, ao mesmo tempo em que estimula a compreensão das intencionalidades na trajetória existencial dos monumentos. As representações monumentais tem o potencial de construir o discurso oficial, as narrativas urbanas, produzir sentidos e projetam, no espaço público dessas duas cidades, a duração da vida dinâmica popular reafirmadas no próprio espaço público. Do ponto de vista geográfico, o espaço público é o lugar onde há indiferenças e afinidades sociais (GOMES, 2012), ao mesmo tempo em que é o *locus* da ação política (VALVERDE, 2007).

Segundo Valverde (2007), existem algumas dificuldades ou mesmo obstáculos advindos do enfoque político que se sobrepõe a análise das manifestações fenomênicas e a pluralidade da dimensão social e cultural no debate dos espaços públicos. A geografia deve aproximar o olhar nos acontecimentos (fenômenos), mas é preciso entender a partir do espaço público (objeto) a atribuição de valor dada pela ciência geográfica para a compreensão vital do espaço. Assim, a interação entre

reforçou o conceito de memória a ser agregado, por ser pertinente ao monumento e ao debate da ativação popular do espaço público.

⁴ São alguns os trabalhos desenvolvidos como doutorados ou mestrados no Gecipa (UnB), desde 2016, quando o prof. Everaldo Costa inaugurou (via pós-doutorado realizado no Prolam-USP e UNAM, México) a proposta de “Utopismos patrimoniais pela América Latina”, esta e outras pesquisas do coordenador que vem estimulando o grupo nos últimos anos. Alguns destes trabalhos orientados desde então são: Rúbio (2015, 2019); Felipe (2016); Oliveira (2016); Lima (2017); Maluly (2017); Holstensky (2018); Mesquita (2019); Alves (2019).

sujeito-espaco público cria novas formas de usos e apropriações que se diferenciam e se aproximam da complexidade do processo de construção da identidade dos lugares na América Latina.

Na tentativa de capturar a singularidade do movimento que permeia os espaços públicos, o recorte espacial da investigação (**Figura 1**) é a Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (Cuba), e a Praça do Bandeirante, em Goiânia (Brasil). Buscamos compreender o significado que os monumentos carregam, seja na conjuntura urbana, seja na memória coletiva, que pode ativar o espaço público. Os monumentos situados foram forjados nos espaços públicos e vice-versa, no cotidiano dos sujeitos, na temporalidade urbana e na memória coletiva, que corresponde as lembranças dos indivíduos produzidas a partir de sua relação de pertença a um grupo, quer dizer, “nos pensamentos coletivos com os quais estamos sempre em estreito relacionamento” (HALBWACHS, 2013, p. 67). Nesta abordagem investigativa em Camagüey e em Goiânia, será possível interpretar a espacialidade da ação popular, sendo os monumentos catalisadores de práticas no espaço público e ações de preservação dos próprios locais.

O horizonte temporal da pesquisa foi determinado a partir da valorização de bens culturais implementados por instituições que visavam a salvaguarda desses bens a partir dos anos 2000. No ano de 2008, o centro histórico de Camagüey foi considerado patrimônio mundial pela UNESCO, e Goiânia, no ano de 2003, teve seu conjunto urbano, incluindo edifícios e monumentos do centro reconhecido como patrimônio nacional por uma ação do IPHAN. Por esses fatos, definimos o recorte temporal da pesquisa (entre os anos 2000 e 2019), nos quais monumentos e edifícios de arquitetura singular são valorados na concepção do urbanismo e na perspectiva da institucionalização patrimonial, gerando novas práticas sociais e usos nos espaços públicos. Cabe salientar, que os monumentos concebidos nos espaços de memória, dependem dos sujeitos para constituí-los como uma representação da história, um símbolo dotado de significações que dialogam com o espaço urbano em diferentes dimensões (CORRÊA, 2005; CHOAY, 2006; VALVERDE, 2018).

No início do século XX, existiu a necessidade de monumentalizar figuras importantes que marcam períodos históricos de cidades latino-americanas. A Arquitetura Moderna inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo, demonstra que esse momento marcou a necessidade política de se fazer presente homenageando heróis, intelectuais e fundadores de cidades com monumentos

(CORRÊA, 2005; CHAOS, 2011; COSTA; 2016, VALVERDE, 2018). Essas marcas do passado permanecem no cotidiano da cidade contemporânea, o que propõem à problematização e análise das narrativas que estão por trás das representações espaciais nos espaços públicos no centro de Camagüey (Cuba) e no centro de Goiânia (Brasil)

Figura 1 – Localização da Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), e Praça do Bandeirante, em Goiânia (BR)



Assim, a presente pesquisa se **justifica** por duas razões: a primeira, é de que há em Camagüey um processo de reordenamento do espaço público urbano que atende a lógica de patrimonialização. Diante desse fato, evidencia-se que há por meio das manifestações dos sujeitos sociais, uma espacialidade da ação específica que favorece a preservação do conjunto arquitetônico, monumental, cultural e urbano. Para esse entendimento, a escolha da Praça Ignacio Agramonte se justifica pela concreticidade da relação do sujeito com este espaço público urbano, que se consolidou desde sua formação inicial e por possuir um caráter central, de memória e acessível a todos, sendo ponto crucial de diferentes manifestações sociais.

A segunda razão pela qual o estudo se justifica, é por Goiânia carregar em seus espaços construídos a memória e a história de vida dos sujeitos, seja pelo hábito de vida inicialmente ruralista, seja pelos monumentos criados na intenção de relembrar o início de sua formação espacial. Nessa lógica, a escolha da Praça do Bandeirante se justifica por guardar a história de nascimento da cidade, ela é testemunho de manifestações populares, políticas e culturais antes mesmo de se espacializar no terreno de construção da nova capital. Planejada e arquitetada, ela é um dos principais pontos de referência no centro, por mais que seu espaço físico tenha passado por transformações ao longo dos anos, continua sendo palco de práticas sociais que integram os sujeitos, um exemplo que responde às perguntas de monumentos e suas significações, ao constituir-se como um marco referencial que apresenta simbolicamente a trajetória findada dos Bandeirantes paulistas ao Oeste brasileiro.

Justifica-se ainda e sobretudo, pela importância do debate do espaço público em uma América Latina que atravessa distintas crises, de modo a enfatizar as suas peculiaridades na valorização da memória coletiva, na busca pela identidade do lugar e na integração latino-americana, que o potencializa como *patrimônio-territorial* (COSTA, 2017). Essa relação vai além da materialidade e da permanência espaço-temporal, ela está em uma constante interação entre sujeitos e objetos que, ao se comunicarem, criam possibilidades de significados simbólicos que compõem as práticas sociais e estimulam a ativação popular do espaço público.

Por conseguinte, para análise das cidades latino-americanas Camagüey e Goiânia, aplicaremos os conceitos de *espaço público* proposto por Ângelo Serpa, Rodrigo Valverde e outros; *monumento* à luz de Jacques Le Goff, Françoise Choay e Roberto Corrêa; o conceito de *memória* por Maurice Halbwachs, Pierre Norra e Paul Ricoeur, e *ativação popular do espaço público* (como patrimônio-territorial) por

Everaldo B. Costa. Guiados pela teoria, este estudo faz com que as duas cidades nos aproximem do debate sobre práticas sociais tradicionais e atuais. Diante disso, a escala local permanece como ponto de conflitos de interesse e de estruturas de poder. Nesse ponto de vista, o espaço público ativado acontece por meio das inter-relações que se mantêm com os sujeitos nas suas vivências cotidianas. Logo, o **problema de pesquisa** que guiou a pesquisa foi: os *monumentos* das duas cidades podem revelar, a partir dos seus significados incorporados, as formas de uso, apropriação e *ativação popular do espaço público*? A **hipótese** assumida corresponde ao *monumento* em exposição e assimilação públicas permanentes como catalisador de práticas sociais localizadas e, ao mesmo tempo, potencializador da *ativação popular do espaço público*. Nessa relação, o monumento faz com que a memória coletiva seja reforçada por sua imagem como construto social e urbano.

Nesse percurso, o **objetivo geral** foi *analisar a relação entre a ativação popular do espaço público e o monumento, este como catalisador de práticas sociais localizadas e da memória coletiva, em Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil)*.

Foram elencados três **objetivos específicos** para o desenvolvimento da pesquisa e para alcançar o objetivo geral, a saber:

- a) Compreender o sentido correlacional entre espaço público e monumento no contexto da América Latina;
- b) Identificar em que medida o monumento forma a memória coletiva em Camagüey e Goiânia;
- c) Analisar o potencial do monumento na ativação popular do espaço público em Camagüey e na construção da *pracialidade* em Goiânia.

Em seguida, serão delineados o percurso metodológico e os procedimentos que guiaram a presente pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa foram conduzidos por uma proposta qualitativa. Chizzotti (2003) estuda as principais características desta abordagem.

Para o autor a abordagem qualitativa “[...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem o objeto de pesquisa, para extrair desse

convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221). Para alcançar os objetivos delineados, foram utilizados como passos metodológicos o registro e a análise das informações por meio de: **diário de campo, observação participante e entrevista semiestruturada**, dentre outras abordagens que nortearam a investigação. As técnicas de investigação seguiram da seguinte forma:

I) Procedimentos gerais:

Foi empreendida a **pesquisa bibliográfica** durante todas as etapas da pesquisa de modo a garantir a imersão da investigação por meio da revisão bibliográfica com a devida atenção ao tema do estudo, baseando em revistas, livros, teses e dissertações.

A **pesquisa documental** foi realizada através de levantamentos de documentos e informações sobre Camagüey e Goiânia, por meio de coleta de dados em instituições públicas e oficiais. Em Camagüey foram visitados os seguintes órgãos e instituições: La Oficina del Historiador de la Ciudad de Camagüey, Centro de Estudos de Conservação e Desenvolvimento das Construções (CECODEC), a Centro de Interpretação e Maquete da Cidade de Camagüey e a Biblioteca de Camagüey. Visitar tais instituições foi de extrema importância para compreender o contexto de formação dos espaços públicos na América Latina e Caribe, no CECODEC obtive informações sobre as particularidades da história inicial de Camagüey, e sobre a figura de Ignacio Agramonte desenvolvidas, sobretudo, nos capítulos 1 e 2.

Em Goiânia, foram feitas buscas em instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Museu da Imagem e do Som, o Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás, centros administrativos, tais como a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. A visita ao MIS foi extremamente importante, pois o museu contém informações do início da construção de Goiânia, e em visita ao CIDARQ, tive acesso às informações inéditas da trajetória dos Bandeirantes em Goiás, essencial para a construção dos capítulos 1 e 2.

A pesquisa também foi sustentada por meio de **material iconográfico**, no qual a fotografia foi utilizada nesta investigação como objeto de análise histórica. A imagem produzida pela linguagem fotográfica é passível de análise de discursos e intencionalidades e, ao ser analisada, necessita que o pesquisador esteja atento aos

fragmentos e sentidos produzidos por ela tal qual a memória ali suscitada, sentidos e memórias que se efetivam na linguagem, e, portanto estão envoltos em estruturas de poder (FOUCAULT, 2000). Assim, Costa (2014, p. 98) afirma que “a estética da fotografia é capaz de nos transportar de um mundo de ilusões aparentes para o mundo da consciência ou da realidade subjetiva”. Ao acessar essa camada de representação, faz-se necessário estudar o que é possível ou não de ser representado na imagem. Logo, como fonte iconográfica foi uma das múltiplas abordagens consideradas relevantes para compreender a realidade observada.

Os registros fotográficos feitos durante o campo serviram como um material de extrema importância para a construção da dissertação, especialmente para o capítulo 3, em que foi possível expressar os resultados finais da pesquisa. Em sua análise foi possível, a partir dos elementos da imagem, olhar por um instante o mundo visível transformado em fotografia, para desvelar e indagar sobre as *ações* exercidas nos *espaços públicos* e as formas de *ativação popular*.

II) Procedimentos específicos:

Foram realizadas **pesquisas de campo** nas cidades de Camagüey e Goiânia, afim de identificar e analisar as manifestações que ocorrem nos espaços públicos das cidades, ao observar a realidade nos espaços da Praça Ignacio Agramonte em Camagüey (Cuba), e da Praça do Bandeirante em Goiânia (Brasil), bem como colher outras informações relativas ao tema. De caráter objetivo e subjetivo, esta técnica foi fundamental para alcançar os objetivos da pesquisa.

O campo em Camagüey foi realizado entre os dias 03 e 21 de fevereiro de 2019. Essa visita técnica de natureza científica, foi realizada ao Centro de Estudos de Conservação e Desenvolvimento das Construções (CECODEC), da Universidade de Camagüey, Cuba, com o objetivo de realizar, além do campo de pesquisa, um intercâmbio acadêmico entre a Universidad Ignacio Agramonte Loynaz e a Universidade de Brasília. Após o primeiro contato estabelecido com as professoras e professores, partimos para entrevistas em caráter de conversa através de um roteiro de perguntas previamente elaborado e baseado na estrutura de perguntas que envolvem o tema da pesquisa, as quais foram essenciais para a construção da escrita da dissertação. Posteriormente, após esse primeiro contato com a Universidade, foi possível ir aos espaços da Praça Ignacio Agramonte para obter uma aproximação

com os transeuntes e em seguida, com roteiro de perguntas revisado e afinado aos objetivos da pesquisa, foi possível realizar entrevistas qualificadas ao tema da dissertação. A experiência empírica foi fundamental para rever conceitos e dialogar com a teoria.

O primeiro campo em Goiânia foi realizado entre os dias 10 e 11 de maio, o qual possibilitou fazer observação participante na Praça do Bandeirante, e em seguida, com as perguntas previamente elaboradas, foram feitas entrevistas com os transeuntes na praça. É importante ressaltar que esse campo em específico, foi fundamental para rever mudanças ligadas ao desenvolvimento da pesquisa.

O segundo campo em Goiânia foi realizado entre os dias 26 de julho e 03 de agosto, em que foi possível fazer visitas aos acervos de museus, universidades e em órgãos institucionais, objetivou-se levantar dados e informações que permeiam o tema da pesquisa, em que foi possível relacionar o empírico e a revisão da teoria, de modo a alcançar os objetivos delineados. Ao visitar a UFG, pude, por meio de roteiro prévio, entrevistar professoras e professores com perguntas que norteiam o tema da pesquisa. Após esse momento, fui ao centro de Goiânia para estabelecer uma aproximação, e em seguida, com perguntas previamente selecionadas, realizei entrevistas com os transeuntes na Praça do Bandeirante.

As atividades feitas durante o campo em Camagüey estão sistematizados no quadro a seguir.

Quadro 1 - Sistematização das informações colhidas em Campo – Instituições e órgãos visitados

CECODEC	Foi realizado um primeiro contato com a Faculdade de Construções, na Oficina do Decanato da Universidade, de modo a apresentar o tema da pesquisa aos Professores do CECODEC e, em seguida, verificar a disponibilidade de alguns para me acompanhar em visitas ao centro histórico de Camagüey.
Departamento de Geografia – Universidade de Camagüey	Foi realizada uma visita ao Departamento de Geografia da Universidade, para uma roda de conversa com três professores geógrafos: Dr. Manoel Hidalgo, Dr. Enrique Lopez e a professora Dr ^a Suzel Alonso, responsáveis por disciplinas das áreas: Geografia Urbana, Geografia Cultural e Humanista, em que foi possível fazer um intercâmbio de informações sobre o tema da pesquisa e um debate acerca dos estudos mais recentes sobre os espaços públicos de Camagüey, na ótica da geografia.
Centro de Interpretação e Maquete	Visita ao Centro de Interpretação e Maquete de Camagüey, onde foi possível conhecer a representação em escala menor da cidade, fazer fotografias e colher informações referentes ao processo de patrimonialização do centro histórico. A visita foi guiada pelo Professor Gaspar Barreto Argilagos, engenheiro e arquiteto da Universidade de Camagüey.
Oficina do Historiador	Visita realizada à Oficina do Historiador para obter dados, fotografias e demais materiais referentes ao tema da pesquisa, foi possível guardas todas as informações disponibilizadas pela secretaria, em formato digital (DVD).

Biblioteca de Camagüey	Foi realizada uma visita à biblioteca, a fim de colher informações referentes ao passado histórico de Camagüey e literatura relevante sobre a formação da cidade. Foi possível ter acesso às obras, porém não foi possível obter cópia dos documentos.
-------------------------------	--

Fonte: Elaboração da autora

Também foram colhidas informações no centro histórico de Camagüey, conforme quadro de atividades abaixo:

Quadro 2 – Sistematização de atividades feitas no centro histórico

Mapeio monumental do centro histórico	Foi realizada uma saída de campo guiada pela professora arquiteta Dr ^a Mabel Chaos, a fim de obter registros fotográficos das praças e dos monumentos fixados em seus espaços.
Saída de Campo – espaços arquitetônicos	Foi realizada uma caminhada guiada pela professora de Arquitetura, Dr ^a Adela Garcia nos principais pontos turísticos, com o objetivo de observar a arquitetura (casas e comércios) e o fluxo de pessoas nos pontos turísticos.
Visita à Praça Ignacio Agramonte e Praça de Carmen	Foi realizada uma saída de campo com o professor engenheiro e arquiteto Dr. Gaspar Argilagos, nos espaços das praças Ignacio Agramonte e Praça de Carmen. O objetivo foi fotografar os espaços, entender a dinâmica das duas principais praças turísticas, conhecer suas características físicas e principais mudanças nos últimos anos, com explicações do professor Gaspar.
Saída fotográfica – Praça do Trabalhador	Saída de campo organizada pelo professor geógrafo Dr. Renier Salazar. Iniciamos a rota partindo da Praça Ignacio Agramonte, passando pela rua da Literatura (Casa de Nicolás Guillén e rua Rosa La Bayamesa), até chegarmos na Praça do Trabalhador. Durante a caminhada, ele me explicou sobre as manifestações culturais literárias que ocorrem anualmente nesses espaços públicos e que movimentam toda a cidade, entre elas, há a apresentação do festival nacional de teatro, a mostra visual de imagem e cinema e a festa popular de São João Camagüeyano. São alguns exemplos da cultura tradicional que vão além da feira de livro e da semana da cultura da cidade. Durante nosso trajeto, foram feitos registros fotográficos e de vídeos.
Visita à Praça Ignacio Agramonte	Foram feitas saídas de campo à Praça Ignacio Agramonte, com o objetivo de fotografar o momento cívico da Bandeira Nacional (manhã e tarde), e observação participante no espaço público da praça.
Casino Campestre	Foi feita uma visita de campo ao Casino Campestre, considerado o maior parque natural de Cuba e por isso recebe inúmeras pessoas para visitação. Não houve informações colhidas para a pesquisa, especificamente, mas foi possível observar o evento cultural que mobiliza a cidade durante uma semana. A visita foi guiada pela professora arquiteta Hortencia, e na ocasião, uma banda local tocava para centenas de pessoas, em comemoração a Semana Cultural de Camagüey. Foram feitos registros fotográficos.

Fonte: Elaboração da autora

Da mesma forma, as atividades feitas nos campos de Goiânia estão organizadas no quadro, a saber.

Quadro 3 – Organização das informações colhidas em Campo – Instituições e órgãos visitados

Instituto Histórico e	Foi realizada a visita no intuito de obter informações relacionadas ao tema da pesquisa e entrevista com representantes do órgão, porém não foi possível devido à agenda interna dos responsáveis. A secretaria nos encaminhou ao IPHAN.
------------------------------	--

Geográfico de Goiás	
IPHAN	Visita realizada com o objetivo de obter informações e dados referente ao histórico de patrimônio do centro urbano e cultural de Goiânia. Recebi documentos em formato digital (pendrive) pela secretaria do órgão.
CIDARQ-UFG	Foi realizada visita a fim de obter dados e registros fotográficos sobre o Monumento ao Bandeirante, o órgão tem um vasto acervo de fotografias e documentos inéditos sobre a época de construção do monumento. As informações foram repassadas em formato digital pela secretaria do órgão responsável pela documentação memorial e arquivo, Ana Glécia.
Museu da Imagem e do Som	Foram acessadas informações sobre a construção de Goiânia e o Batismo Cultural da cidade, também foi possível colher fotografias sobre a Praça do Bandeirante e do Monumento ao Bandeirante.
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	Foi realizada a visita ao Departamento de Áreas Públicas e Regularização Fundiária, com o objetivo de realizar entrevista com a secretária de planejamento urbano Sr. ^a Nára Galvão, porém não foi possível devido à compromissos internos da responsável. Recebi documentos em formato digital (DVD) e instrução para acesso público aos sites da secretaria.

Fonte: Elaboração da autora

A atividade feita no centro de Goiânia está sistematizada conforme quadro a seguir.

Quadro 4 – Atividade feita no centro de Goiânia

Caminhada nos espaços das Avenidas Goiás e Anhanguera	Foi feita uma caminhada entre a Praça Cívica até a Praça do Bandeirante na intenção de fotografar (monumentos, construções antigas, ruas e comércios) existentes nesses espaços.
--	--

Fonte: Elaboração da autora

A pesquisa de campo relaciona o **diário de campo** como recurso pedagógico, à **observação participante** e à **entrevista**.

- **Diário de campo** – para que as informações não ficassem dispersas, o diário de campo foi fundamental para assimilar o cotidiano de forma espontânea, os detalhes que por vezes passaram despercebidos e auxiliaram nas informações que ora não foram capazes de serem descritas pelo contexto natural do momento, seja por fotografia, seja por gravação de som. O relato diário foi fundamental no processo de obtenção e análise dos dados, por meio dele foi possível ter um avanço tanto na escrita da pesquisa, quanto na revisão da teoria.
- **Observação participante** – como parte do conjunto de procedimento investigativo, esta técnica possibilitou compreender o fenômeno através da observação para: apreender a realidade do lugar através dos sentidos, analisar e interpretar as ações

dos sujeitos nos espaços. Para Chizzotti (2018, p. 90), a observação participante tem como base “experenciar e compreender a dinâmica dos atos e eventos, e recolher as informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem aos seus atos”. Assim, foi utilizada durante a pesquisa de campo, em conjunto com as entrevistas e posteriormente organizada em diário de campo.

- **Entrevista** – como coleta de dados, foi usada a entrevista individual e coletiva a fim de extrair do entrevistado as informações que norteiam os objetivos e a problemática construída na pesquisa. Por meio de entrevistas formais e informais, tem-se a entrevista semiestruturada ou guiada, de forma que as perguntas podem variar de acordo com as respostas do entrevistado, dando mais abertura para a entrevista (CHIZZOTTI, 2018). Assim, durante a entrevista, era possível que houvesse lacunas na narrativa do entrevistado e, portanto, como entrevistadora, orientei-me por perguntas-chaves para identificar as formas de uso, apropriações e a uma possível *ativação popular do espaço público* como *resistência* local.

Segundo Meihy (2005, p. 148), as narrativas são o conjunto da experiência pessoal dos sujeitos, “a experiência deve, desde logo, ser o alvo principal das histórias orais de vida, pois não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial”. De acordo com o autor, através dos depoimentos descortinamos a verdade e chegamos na experiência, pois é nela em que são reveladas as vivências. Nesse sentido, por meio dela, somos convidados a refletir sobre os impactos, os desafios, as necessidades, enfim, a compreender a ligação simbólica constituída nos lugares de encontro.

Procurou-se entrevistar os sujeitos que estavam no espaço de ambas as praças, devido à natureza deste trabalho (que é identificar os usos e as apropriações das praças e sua relação com o monumento na ativação popular do espaço público). Para a seleção dos transeuntes partícipes, foram estabelecidos alguns critérios, como: a estabilidade espacial, as funções e os usos frequentes⁵. As entrevistas feitas com os professores, foram realizadas em suas residências ou na sala de professores dos departamentos de cada uma, UFG e UC. As entrevistas foram gravadas via áudio, no caso de Camagüey, foram gravadas e, posteriormente, degravadas na língua nativa.

⁵ Em ambas as cidades, alguns partícipes não quiseram ou não responderam o local de moradia. Consideramos que a *ativação popular do espaço público* como proposta metodológica por Costa (2017), está no movimento centro-bairros, bairros-centro sendo intrínseca à discussão da *acessibilidade* discutida por Gomes (2012), Valverde (2007), Costa (2016) e Serpa (2007).

No campo feito em Camagüey, foram entrevistados um total de 25 (vinte e cinco) vinte e cinco partícipes. Na Universidade de Camagüey, onde também realizei uma visita de natureza técnica, foram entrevistadas: a professora arquiteta Dr.^a Mabel Teresa Chaos Yeras, que trabalha com fundamentos da restauração, conservação e gestão do patrimônio, a professora arquiteta Dr.^a Adela García Yera, trabalha com Arquitetura da Revolução e Conservação Histórica, a professora arquiteta Me. Hortencia, sua área de atuação dentro da arquitetura é a parte de expressão gráfica, o desenho e a fotografia, a professora geógrafa Dr.^a Suzel de La Cruz Alonso que trabalha com Geografia Urbana, a professora Dr.^a Maria Arnaiz Ramos é engenheira civil e trabalha com História das Construções e Tipologias Arquitetônicas, o professor engenheiro civil e arquiteto Dr. Gaspar Barreto Argilagos, que trabalha com metodologia da investigação, preservação e gestão do patrimônio cultural, o professor Doutor em Ciências Técnicas, Oscar Prieto Herrera é especialista em Tipologia Arquitetônica e estuda essa relação com o turismo, o professor Dr. Joaquin Alvarez Garcia é arquiteto e professor de Desenho Arquitetônico e Urbano e Representação Gráfica, o professor geógrafo Dr. Manuel Pérez Hidalgo atua na área de Geografia, Educação e Gestão Institucional, o professor geógrafo Dr. Enrique Loret de Mola Lopez trabalha com Geografia e Educação, o professor geógrafo Dr. Renier Mejias Salazar, trabalha com Educação Ambiental e o professor geógrafo Dr. Enrique Lopez de Mola López, que trabalha com Ensino de Geografia. As demais entrevistas foram feitas com os transeuntes na Praça Ignacio Agramonte.

No primeiro campo em Goiânia, foram entrevistados um total de 9 (nove) transeuntes. No segundo campo, foram entrevistadas um total de 18 (dezoito) pessoas, dentre as quais 6 (seis) eram: a professora geógrafa Dr.^a Márcia Cristina Hizim Pelá, que estuda as relações entre os “sujeitos não desejados” na ocupação dos espaços urbanos de Goiânia, Palmas e Brasília, o professor Dr. José Paulo Pietrafesa é sociólogo e trabalha com a relação cidade-campo no âmbito da educação em Goiás, o professor Dr. Pedro Célio Alves Borges, sociólogo que trabalha com política urbana e a relação com o modo de vida urbano e políticas de memória, a professora Me. Romênia de Souza é socióloga e trabalha com a socialização e evasão de jovens em escolas no município de Aparecida de Goiânia, a professora Dr.^a Cristina Helou Gomide, historiadora e tem como eixo articulador de sua temática de estudo a categoria trabalho relacionada ao museu e ao patrimônio goiano, e por fim, a professora geógrafa Dr.^a Valéria Cristina Pereira da Silva que trabalha com o tema do

imaginário urbano e sua relação com a Geografia e Literatura, memória, cultura e patrimônio. Os demais partícipes eram transeuntes na Praça do Bandeirante.

Devido à escassez de tempo, filtramos 20 (vinte) entrevistas feitas em Goiânia e 14 (quatorze) entrevistas realizadas em Camagüey, que foram selecionadas e em seguida fizemos a transcrição dos respectivos áudios. Para uma análise sobre o tema, elegemos para a transcrição entrevistas que apresentaram dados inéditos e singulares sobre as formas de uso e apropriação das praças e a relação com os monumentos e a memória. Com as transcrições feitas, selecionamos aquelas que continham detalhes importantes, organizamos em Word e Excel para o reconhecimento textual e análise, e distribuídas entre os capítulos 1, 2 e 3. Todos os partícipes autorizaram o uso de gravador para a realização das entrevistas em documento de identificação no **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1)**, e a entrevista em língua portuguesa (**Anexo 2**), no caso do Brasil, e o **Término de Consentimento Libre y Esclarecido (Anexo 3)**, e a entrevista em língua espanhola (**Anexo 4**), no caso de Cuba.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No **capítulo 1**, faremos a contextualização acerca da formação dos espaços públicos e sua relação com os monumentos nas cidades latino-americanas. Também trataremos do processo de construção do espaço público em Camagüey e Goiânia, no tocante as formas de uso e apropriação das praças e as práticas sociais no cotidiano das duas cidades.

No **capítulo 2**, versamos sobre o debate do monumento e sua relação com a memória coletiva na América Latina, de maneira a identificar o passado e o presente dos monumentos nos espaços públicos de Camagüey e Goiânia. Foram apresentadas as formas de acesso à memória, *quando, onde e porque* ela é suscitada nos sujeitos por meio dos monumentos das praças Ignacio Agramonte e Bandeirante.

Por fim, no **capítulo 3**, apresentamos o debate sobre a *ativação popular do espaço público como patrimônio-territorial, a pracialidade* e a relação destes com os monumentos no contexto da *preservação patrimonial* e do *utopismo patrimônio-territorial* pela América Latina. Em seguida, apresentamos os resultados dessa pesquisa, em que as entrevistas dos partícipes e as fotografias elucidam a proposta dessa investigação feita na Praça Ignacio Agramonte (Camagüey), e na Praça do Bandeirante (Goiânia).



ESPAÇO PÚBLICO E MONUMENTO NA AMÉRICA LATINA

As ações culturais constituem movimentos. Elas inserem criações nas coerências lógicas e contratuais. Inscrevem trajetórias, não indeterminadas, mas inesperadas, que alteram, corroem e mudam pouco a pouco os equilíbrios das constelações sociais.

Michel de Certeau

Para compreendermos a noção de espaço público, bem como entendermos os monumentos inseridos neste debate, faz-se necessário contextualizar os dois conceitos que direcionarão toda a análise desta dissertação.

Os espaços públicos das cidades, em especial no Brasil, têm sido interesse de estudos de áreas como Sociologia, História, Arquitetura, Economia, Geografia e demais áreas das ciências humanas e sociais. Tais ciências empregam da Filosofia os aportes teóricos que permitem saber sobre sua noção conceitual. A contribuição da Geografia para a compreensão acerca do assunto, se faz do exercício de refletir e gerar o debate sobre o passado, presente e o futuro do espaço público urbano e suas manifestações espaciais fenomênicas.

Em um esforço de reflexão sobre a dimensão política e socioespacial que o transforma, buscamos compreendê-lo por uma abordagem que ressalte a importância da dimensão social, para entender como acontece o coletivo, a comunicação, a acessibilidade, a permanência, enfim, as formas como os sujeitos interagem no espaço público latino-americano, ou como diz Costa (2018), como o ativam popularmente. Logo, o enfoque do espaço público assumido neste trabalho é, essencialmente, geográfico.

Parte-se, nesse sentido, do conceito de espaço público como experiência espacial dos sujeitos nas cidades da América Latina, considerando sua formação espaço-temporal, a partir de uma totalidade que é material e imaterial, pois o espaço público continua ativo e passivo no processo de organização social, em um devir.

Serpa (2007) nos diz que o espaço público emerge, dentre outras, das possibilidades de ação política, em que *forma* e *conteúdo*⁶ são elementos inseparáveis quando se discute sobre o mesmo, uma vez que, segundo o autor, existe a acessibilidade advinda de uma “hierarquia” (SERPA, 2007, p. 20), construída a partir da relação entre diferença e desigualdade quando há e (de que forma) há a apropriação do espaço público. O autor nos orienta que,

(...) a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que

⁶ Nesta obra, Serpa (2007) apresenta o que é forma e conteúdo no primeiro capítulo, intitulado “Acessibilidade”. Para ele, forma e conteúdo devem estar juntos quando se discute espaço público, pois são “*produtos e processos: são autocondicionantes, auto-referentes, e historicamente determinados.*” A análise nas abordagens dialética e fenomenológica perpassa todos os capítulos do livro.

ultrapassam o design físico de ruas, praças, parques, largos, shoppings centers e prédios. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo (SERPA, 2007, p. 16).

O autor constrói seu olhar sob a apropriação e o uso social do espaço, em que afirma novas possibilidades de se pensar o papel do espaço público, na medida em que este está relacionado diretamente com o planejamento urbano, mas que a noção de espaço público visto apenas pelas formas de uso não é suficiente para designar o que é público. Portanto, a leitura do que vem a ser constituído o espaço público, na visão dele, direcionam para dois fenômenos. Um deles é de que o espaço público “pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”, enquanto que o segundo está na dimensão do “próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (SERPA, 2007, p. 139).

Gomes (2012), em sua obra sobre *A Condição Urbana*, traz uma reflexão acerca da cidadania e o papel da Geografia no contexto em que considera os estudos do espaço público relacionados com a prática cidadã, no qual a origem de um fato político tem a potencialidade de gerar uma nova ordem social no espaço público.

Para o autor, a compreensão do espaço público indica onde “o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público” (GOMES, 2012, p. 164). O que não cessa em sua análise é o fato de que as ocupações e a convivência mediam a continuidade e a intermitência de recuo do espaço público, ou seja, as possibilidades de acesso passam pelos perfis de públicos que ativam esses espaços na dimensão territorial. Nesse sentido, o autor sinaliza que

(...) o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas. Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns (GOMES, 2012, p. 162).

Para o autor, quando falamos de cidadania pelo prisma da Geografia, fazemos o esforço em refletir sobre a noção de espaço público para compreender o seu livre acesso, do gozo e das qualidades que ele possibilita, por meio do conflito, da convivência, das práticas e dos significados, portanto, o lugar da “cena pública” (GOMES, 2012, p. 164). É o plural e o individual em conexão permanente dentro do cenário urbano, simbolicamente, ao dizer que “esse espaço é composto pelo espetáculo da tensão entre a diferença e a possibilidade de coabitação” (GOMES, 2012, p. 166).

O significado da noção de espaço público, na acepção de Gomes e Berdoulay (2008, p. 12), indica que a cidade pode ser compreendida como um texto a ser lido e que está sempre em movimento, exposta a perspectivas dos sujeitos e com múltiplas possibilidades de representações:

A vida pública é cenarização. Isso não quer dizer que haja uma distância entre o real e o imaginário, ao contrário. A cidade sob o ponto de vista defendido aqui é composta por um corpo social, submetido a certas regras de coabitação, estabelecido sobre um espaço que condiciona e qualifica as ações sociais (...) Chamaremos esse conjunto de ações e objetos emanados dessas três esferas – política, espacial e da significação – “de cenário”. Queremos, a partir dessa denominação, ressaltar o caráter absolutamente interativo dessas três dimensões na construção da vida pública – chamamos de cenário, pois não há independência dessas esferas do sentido que por elas circula. Lugares, sentidos e práticas sociais têm que ser pensados juntos. O espaço da cidade é assim o resultado da articulação dessas três esferas (...)

Ao analisarmos o espaço público latino-americano, a aparência das coisas e a maneira como funcionam (sua estrutura interna), estão inseparáveis. Nesse sentido, procuramos entender como os fenômenos são estreitamente ligados aos monumentos pelo jogo de ações e interações. Da ação individual para a ação coletiva, conforme aponta Gomes e Berdoulay (2008), está a concepção de cultura fundamental para a compreensão da noção de espaço público. Berdoulay (2012, p. 119) afirma que a cultura é um dos fatores determinantes, ao enfatizar que

o termo cultura tem múltiplos sentidos, que são também fonte para a reflexão e que podemos relacionar a dois grandes eixos: o da cultura como reunião de traços que caracterizam uma sociedade particular ou um grupo socioprofissional particular; e o da cultura como fenômeno individual, como o desenvolvimento pessoal do indivíduo em seu contexto. Apesar de o primeiro eixo permitir a compreensão de certos fenômenos coletivos, ele não pode, no entanto, permitir a compreensão das dinâmicas que deles resultam. É o segundo eixo que atualmente deve ser objeto de mais pesquisas.

Os elementos que compõem determinados espaços públicos latino-americanos são permeados de sentidos político e lúdico, que produzem uma linguagem imagética. Nesse sentido, indagamos a questão sobre a possibilidade de eles serem “preenchidos” e quais objetos irão concebê-los. Essa relação com o espaço é essencial, pois, ao questionarmos os motivos de instalação dos monumentos no contexto contemporâneo das cidades, trazemos à luz sua dimensão de patrimônio, revelando seu caráter multifacetado. Contudo, é necessário buscar, no campo da História, autores que tratam do monumento como conceito, explorá-lo, para então nos aproximarmos da discussão geográfica sobre o mesmo, quando inserido nos espaços públicos como um dos elementos que os compõem. Para situarmos, busquemos em Le Goff (2013, p. 485-486) uma definição de monumento a partir da origem da palavra

A palavra latina monumentum remete para à raiz indo-européia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa ‘fazer recordar’, donde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os actos escritos. Quando Cícero fala dos monumenta hujus ordinis [...], designa os actos comemorativos, quer dizer; os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O autor ressalta que no início do século XX, o monumento apresentava a dualidade entre verdadeiro e falso, “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira” (LE GOFF, 2013, p. 497). Logo, os monumentos são uma forma de testemunho e serve para a manutenção do poder. É preciso ultrapassar a concepção de que eles são a única fonte oficial e íntegra da história, faz-nos querer descortinar o invisível, o inundado, o artificial e buscar as razões não impostas. Situa, em perspectiva, o monumento como um dos materiais que sinalizam o passado. A partir do contato com a História, os paradigmas fazem perpetuar nos monumentos os dados dos grupos ou da sociedade numa determinada época, suscetíveis ao processo de ressignificação pelas gerações seguintes, não são objetos neutros e apresentam as faces da realidade empírica. Le Goff (2013, p. 497) afirma que

essa desmontagem do documento-monumento não pode fazer-se com o auxílio de uma única crítica histórica. Numa perspectiva de descobrimento dos falsos, a diplomática, cada vez mais aperfeiçoada, cada vez mais inteligente, sempre útil repetimo-lo, é suficiente. Mas não pode – ou, pelo menos, não pode sozinha – explicar o significado de um documento/monumento como um cartulário. Produto de um centro de poder, de um senhorio quase sempre eclesiástico, um cartulário deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas, sobretudo enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. É preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o.

Choay (2006) colabora com a teoria esclarecendo o significado de *monumento* e de *monumento histórico*. Para a autora, o primeiro tem “por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo” e o segundo está relacionado “com a memória viva e com a duração” (CHOAY, 2006, p. 26). O que ambos têm de diferente, na visão da autora, está na importância da memória, do saber e do grau de conservação do objeto. Assim,

Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado em concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história da arte em particular, ou então ele pode, além disso, como obra de arte dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso desejo de arte: neste caso, ele torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história (CHOAY, 2006, p. 26).

Para a autora, o patrimônio está associado às intenções institucionais e sociais, e, a partir daí, pode assumir o caráter monumental, a depender das necessidades da interação espaço público-sociedade, correspondente aos grupos que os prestigiem. O caráter alegórico tomado a esse patrimônio tem fundamentado essa visão. Para Choay (2006, p. 26), ainda que haja uma rememoração, os monumentos intencionais ou não dependem muito mais do *tempo*, do que do seu entorno:

As relações diferentes que mantêm entre si, respectivamente, os monumentos e os monumentos históricos com o tempo, a memória e o saber, determinam uma diferença maior quanto à sua conservação. Aparentemente, essa noção é consubstancial aos dois. Contudo, os *monumentos* são, de modo permanente, expostos às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapego, a falta de uso faz que sejam deixados de lado e abandonados. A destruição deliberada e combinada também os ameaça, inspirada seja pela vontade de destruir, seja, ao contrário, pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento. A primeira forma, negativa, é lembrada com mais frequência: política, religiosa, ideológica, ela prova a *contrário* o papel essencial desempenhado pelo monumento na preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais. A destruição positiva, também

generalizada, chama menos atenção. Ela se apresenta sob modalidades diferentes. Uma, ritual, é própria de certos povos, tais como os japoneses, que, sem reverenciar, como nós, as marcas do tempo em seus monumentos, constroem periodicamente réplicas exatas de templos originais, cujas cópias anteriores estão destruídas. A outra, criativa, tem muitos exemplos na Europa.

Geograficamente, Corrêa (2005) afirma que os monumentos são uma forma simbólica e dependem de interpretações plurais para se afirmarem nos espaços públicos. Segundo o autor, os monumentos têm, em si, a força de não serem somente estética e a obra máxima criada pelo artista, mas, ao constituírem os espaços públicos das cidades, eles têm o potencial de criar significados.

Por essas relações, eles constituem conteúdos simbólicos, “por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de grande permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias” (CORRÊA, 2005, [s. p.]), isto é, os monumentos são existencialmente políticos e portadores de uma identidade nacional. Essa força da mensagem política que emana no monumento se apresenta pela intencionalidade ao “comunicar-se” no e com o espaço público, de acordo com a escala, o contexto histórico e os grupos que ora contestam, ora reafirmam a imagem do mesmo, enfim, são “faces da mesma realidade social e de seu movimento” (ibidem, p. 3). Nas suas palavras, Corrêa (2005, [s. p.]) afirma que

a localização apresenta um caráter relacional, que inclui os significados que foram construídos a seu respeito pelos diversos grupos sociais. Este é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização. Ao mesmo tempo, esses significados, em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar. Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambigüidade locacional. Assim, a localização é parte integrante do planejamento de um monumento, seja templo ou não.

Em síntese, compreendendo que é no espaço público onde o cenário da vida social cotidiana se realiza plenamente, pretendemos analisar as práticas sociais atuais nos espaços públicos da Praça do Bandeirante, em Goiânia, no Brasil, e da Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey, Cuba. Correlacionando a noção de espaço público apresentada por Serpa (2007), nos aproximamos do conceito de monumento sob a análise de Le Goff (2013) e Corrêa (2005), para entender a *ativação popular* do espaço público (mediada pelo monumento) como *patrimônio-territorial*, na acepção de Costa

(2018). Assim, poderemos aproximar do objetivo geral deste mestrado, que é “*analisar a relação entre a ativação popular do espaço público e o monumento, este como catalisador de práticas sociais localizadas e da memória coletiva, em Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil)*”.

1.1 O ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA: CASOS DE CAMAGÜEY E GOIÂNIA

No contexto da América Latina, as cidades se apresentam cada qual com suas qualidades ou significados (políticos-econômicos-culturais) e estão longe de serem definidas, isoladamente, como um ideal de *representação* da nossa formação urbana ou territorial (CANCLINI, 1998; LEMOS, 2018). As cidades de Goiânia, no Brasil, e de Camagüey, em Cuba, apresentam, em seu espaço público, monumentos como significação e prostração dos heróis que salvaguardam suas relações políticas, oferecem sentido à memória coletiva, estão presentes no cotidiano dos sujeitos, fortalecendo as práticas sociais e a manutenção do espaço público das cidades contemporâneas. Além dos objetos em si, a Praça do Bandeirante, em Goiânia, e a Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey, configuram a formação inicial do núcleo urbano das duas cidades, uma vez que, os espaços públicos, como *espaços representativos de referência coletiva* (GOMES, 2012), são lugares de memória e afetividade que dão sentido à experiência da ordem do vivido.

Por esse caminho, os monumentos estão fixados nos espaços públicos latino-americanos, contextualizados historicamente, a fim de perpetuar a memória do ato fundador, de manifestar o sentido lúdico ou político concebido no momento de sua criação artística, arquitetônica e seguem existindo no processo de transformação e apropriação do espaço público da cidade. Os monumentos são exemplos perceptíveis de elementos urbanos que, ao se especializarem, tornam-se referenciais geradores de ação popular, manifestação cultural e política, conflitos e debates no espaço urbano. Faremos o esforço da reflexão desde a dimensão social que emerge na ativação popular dos espaços públicos, tendo o monumento como um dos mecanismos que os nutrem, podendo revelar, a partir dos seus significados incorporados, a realidade existente que anima a vida urbana no continente latino-americano.

Por esse viés, torna-se indispensável analisar o espaço público de forma concreta, com o propósito de elucidar as práticas sociais atuais que se manifestam, com base na leitura da espacialidade e das potencialidades aí embutidas; é o esforço que faremos para compreender a vida dinâmica dos espaços públicos das duas cidades latino-americanas, Goiânia (Brasil) e Camagüey (Cuba), estudos de caso deste trabalho.

1.1.1 CAMAGÜEY: CONJUNTO DE REGISTROS SOBRE A DIFUSÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO

Camagüey é uma das primeiras vilas cubanas (**Figura 2**). A cidade viu seu espaço público emergir, histórica e geograficamente, com seu núcleo fundacional vinculado ao processo de assentamento urbano, tendo como característica marcante a trama irregular que moldou as ruas em forma de labirinto⁷. Para Chaos (2005), as normas aplicadas pelos regulamentos e legislações para a fundação de cidades do Novo Mundo em 1501 a 1573 foram fundamentais em sua formação. Nesse ato de fundação, a propriedade era distribuída tal qual os habitantes nativos, a imagem dos territórios era interpolada e afetava a organização espacial dos lotes, uma vez que a segregação imposta pela colônia espanhola dominava essa distribuição.

Figura 2 – Mapa da Ilha de Cuba e as primeiras vilas ocupadas



Fonte: Chaos (2005, p. 37)

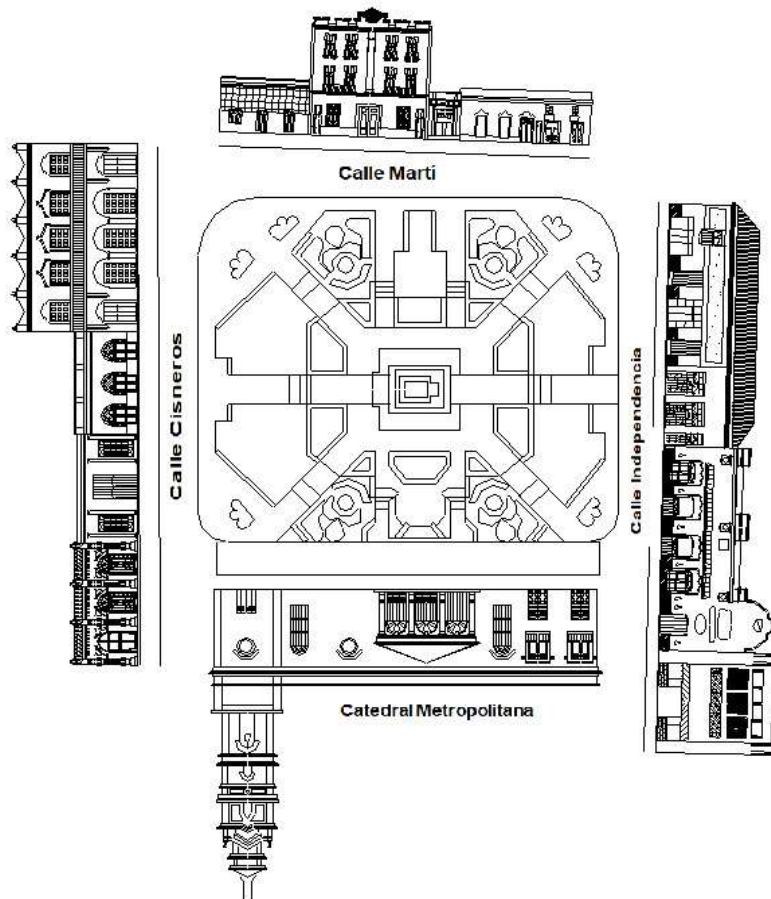
Dois momentos marcam a formação do espaço público de Camagüey, que, por princípio, nasce como o conjunto de interesses das classes dominantes, e que, ao longo dos anos, fortaleceram a criação de símbolos e ações que reforçaram essa

⁷ A fundação da cidade de Santa María del Puerto del Principe, atual Camagüey, é, ainda hoje, um fato que se move a base de múltiplas hipóteses que não puderam ser validadas por documentos históricos. Os documentos encontrados até agora não são suficientes para saber, precisamente, como os fatos se desenvolveram. Nesse sentido, só é possível abordar a realidade histórica analisando as fontes disponíveis.

hegemonia em espacialidades urbanas. O primeiro momento ocorre entre os anos de 1528 a 1692, com o marco fundacional estabelecido a partir da praça principal (**Figura 3**); o comércio, as igrejas e os edifícios públicos concentraram-se em seu entorno, bem como os primeiros moradores da cidade. A praça, que hoje se chama “Ignacio Agramonte y Loynaz”, já foi batizada como “*Plaza Mayor*” e “*Plaza de Armas*” no decurso da história camagüeyana. Em uma análise morfológica, seu espaço físico passou por mudanças do ponto de vista inicial da cidade. Na tese defendida por Chaos (2005), compreendemos a localização da praça como importante referencial espacial e permanência enquanto espaço público,

En el propio siglo XVII se produciría el cambio fundamental en sus proporciones; de espacio rectangular pasa a ser cuadrado, con el cambio de la iglesia de su posición norte a la sur, dentro del área de la plaza, manteniendo su ubicación lateral y su frente a la actual calle Cisneros. Luego de este traslado, la plaza mayor quedaría ubicada en una parcela de 222 m² de forma cuadrada, con una proporción 1: 1 y limitada por cuatro vías perimetrales (CHAOS, 2005, p. 250).

Figura 3 – Praça Maior Ignacio Agramonte y Loynaz e as ruas laterais: Calle Cisneros; Calle Martí; Calle Independencia e Catedral Metropolitana



Fonte: Arquivo CECODEC, Camagüey, Cuba (2019)

Posteriormente, Camagüey se desenvolve de tal forma que, no segundo momento, entre 1693 e 1800, ocorre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. Chaos (2005, p. 250) ainda assinala que a praça central “generó su actuación como punto de partida para el crecimiento de la villa, para la configuración de sus calles, plazas, plazuelas, iglesias y conventos, y para la ubicación de los sectores habitacionales”. Simultaneamente, o repertório arquitetônico das construções se consolidou como símbolo dos poderes econômico, civil e religioso até o final do século XIX. Assim, o caráter peculiar das ruas pode ser visto como uma combinação entre ângulos que privilegiam as áreas circundantes.

A difusão de um espaço público nas cidades latino-americanas, cuja lógica de formação originária está relacionada à apropriação ordenada e em fases homogêneas (PRADILLA, 1995), é ancorada numa visão religiosa que, ao longo do tempo, vai determinar a hierarquização, sobretudo, em espaços religiosos (LEMOS, 2018). Essa lógica sagrada passa por rupturas impostas pela ordem de como os espaços urbanos deveriam ser, e da hierarquia social constituída por esse arranjo espaço-temporal.

Recorrendo às considerações do geógrafo cubano González (2018), encontramos uma importante reflexão acerca das cidades cubanas. Em seus estudos sobre áreas urbanas, a capital de La Habana torna-se um modelo a ser seguido no desenvolvimento das demais cidades do interior de Cuba. Reflexo disso, elas tomam consequências desses e de outros momentos que direcionaram os espaços públicos ora aos efeitos negativos da crescente relação com o turismo internacional, ora às transformações que favorecem esses espaços públicos na construção de um bem comum. Nesse processo, o espaço público está à mercê de suas múltiplas funções, “a la vez que pueden re-emergir o emerger nuevas disparidades de manera coyuntural” (GONZÁLEZ, 2018, p. 2). O mesmo autor afirma que:

La creación de nuevas áreas y centros comerciales; así como de zonas de desarrollo empresarial, etc., a tenor de la aprobación en 1995 de la Ley 77 “Ley para la Inversión Extranjera” y en junio de 1996 la creación de las Zonas Francas (area geografica especifica que se destina a la industrializacion con fines de exportacion y donde la legislacion aduanal se aplica de manera diferenciada o no se aplica) y Parques Industriales; completándose con esta medida la cobertura legal para la inversión de capital extranjero y el desarrollo del comercio, a lo anterior se suma el proceso de elaboración, discusión y aprobación de una nueva Constitución de la República en 2019. Irrumpen en la trama urbana, tanto de centros corporativos como de centros de recreación selectivos, especializados, y diferenciados, así como de desarrollos turísticos, percibiéndose en ocasiones ciertos signos de privatización del espacio público (GONZÁLEZ, 2019, p. 66).

Borja e Muxí (2003) contribuem para essa fundamentação por meio de uma análise que identifica pontos de contato entre o sujeito e o espaço público. Os fenômenos da diferenciação e segregação socioespacial⁸ também pautam as camadas sociais presentes no uso do espaço. Na visão dos autores, a pluralidade entre os sujeitos individuais contribui para a ação coletiva numa prática democrática e cidadã, materializada no espaço público no tocante às suas esferas: física, simbólica e política.

El espacio público supone, pues, dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales (BORJA & MUXI, 2003, p. 28).

Em uma visão macro da América Latina e Caribe, a dimensão social aproxima as atuais problemáticas da vida na cidade, no sentido de ressaltar o *devir* urbano em consonância dos conflitos de interesses inerentes aos espaços públicos na contemporaneidade (LEMOS, 2018; GONZÁLEZ, 2019; YÁZIGI, 2019; BARRETO & OLIVEIRA, 2019). Além disso, os aspectos de cunho burocrático e normativo (gestão, manutenção, controle, apropriação e uso) de praças, ruas e parques traçaram perfis urbanos ligados ao discurso e na narrativa oficial. Parafraseando Yázigi (2019, p. 1), “é a alma da cidade que pode desaparecer na loucura urbanizadora sem critérios”.

Por sua vez, sobre o centro de Camagüey e as delimitações na sua estrutura urbana, Chaos (2005) afirma que o espaço público da praça Ignacio Agramonte y Loynaz mudou de acordo com cada época e ditou, assim, a alternância de conteúdos conforme as relações sociais estabelecidas, visto que o traçado da praça marca sua consolidação enquanto ponto central da cidade.

Se configura así, el espacio vital del tejido urbano, como signo de unidad que logró expresar su significado a través de sus múltiples usos, en actividades civiles, militares, religiosas, comerciales y festivas. Ello convirtió a la plaza en símbolo de poder para mantener el orden social y consolidar la identidad de los moradores. En otras palabras, el entramado de relaciones sociales que se manifestaba en el espacio social de intercambio entre ricos y pobres, blancos y negros, se tradujo en la forma de dominación, apenas visible, y en

⁸ Aqui, o conceito de “segregação socioespacial” se refere às práticas do planejamento e urbanismo, que colocam as zonas da cidade numa dimensão concreta, esquecendo-se daquela que é, sobretudo, social, vital (GARCÍA & ESTEVES JUNIOR, 2017).

las reglas de funcionamiento que imponía la ideología dominante (CHAOS, 2005, p. 250).

De acordo com essa afirmação, o que está visível são os valores e as interações atribuídas à praça, que contêm, dialeticamente, em seu espaço físico, a trama relacional entre símbolo e ordem social, resultando no reconhecimento espacial pelo sujeito no espaço público. Concordando com Ribera (2019, p. 9-10), historicamente, “baste tener presente que, a pesar de las modificaciones a lo largo del tiempo, los espacios públicos siempre han expresado relaciones de poder”, seja de grupos hegemônicos, seja na resistência de grupos sociais menos favorecidos.

Tomada como expressão maior, a dinâmica da praça Ignacio Agramonte gerou significados distintos que seguem espacializados desde a sua fundação. Conforme aponta Gómez (2019, p. 19), o núcleo fundacional “posee por una parte los valores que deben conservarse para las futuras generaciones y por otra las necesidades de modernización de la ciudad y de las nuevas funciones que deben formar parte de ella.”

Dentre várias especificidades, converteram-se outros espaços públicos no jogo de importâncias cívica e religiosa, e na relação com o crescimento e o próprio desenvolvimento urbano. Curiosamente, eles revelam por meio da transtemporalidade as duas faces do mesmo fenômeno. Além disso, o complexo processo de construção do espaço urbano de Camagüey pode ser entendido pela existência das estruturas de poder estabelecidas no núcleo fundacional, ocasionando em uma disputa política versus sociedade (GÓMEZ, 2019).

Pelo prisma das cidades, as características que as originaram no espaço concreto evidenciam suas fragilidades, suas particularidades próprias de cada país e do fenômeno urbano, onde uma experiência no espaço público torna-as passíveis de visão empírica. Ao relacionar o conhecimento *in situ* sobre os fatos, ademais, são apontadas algumas observações por um professor da Universidade de Camagüey e morador da cidade, ao referir que

Históricamente, en este espacio público (Plaza Ignacio Agramonte), no había posibilidad de dejar la estructura de poder condicionada a la espontaneidad. Este es el caso de Camagüey. La ciudad tenía su nuevo diseño urbano basado en una trama irregular. Ha tomado nuevas formas, caminos y el fuerte concepto de ciudad católica desde el siglo XIX, como la creación de la Plaza de la Claridad, que finalmente generó otra estructura urbana que no era el núcleo fundacional. Por lo tanto, hay una serie de teorías probadas y no probadas. Por ejemplo, existen teorías populares en Camagüey que surgieron en muchas calles cuando la gente se llevó a su rebaño de animales a buscar agua de los ríos. Lo cual es totalmente poco científico, pero es algo

popular. Hoy la teoría más cercana a la realidad que, desde mi punto de vista es bastante lógica, son las teorías basadas en el concepto de ciudad cristiana⁹.

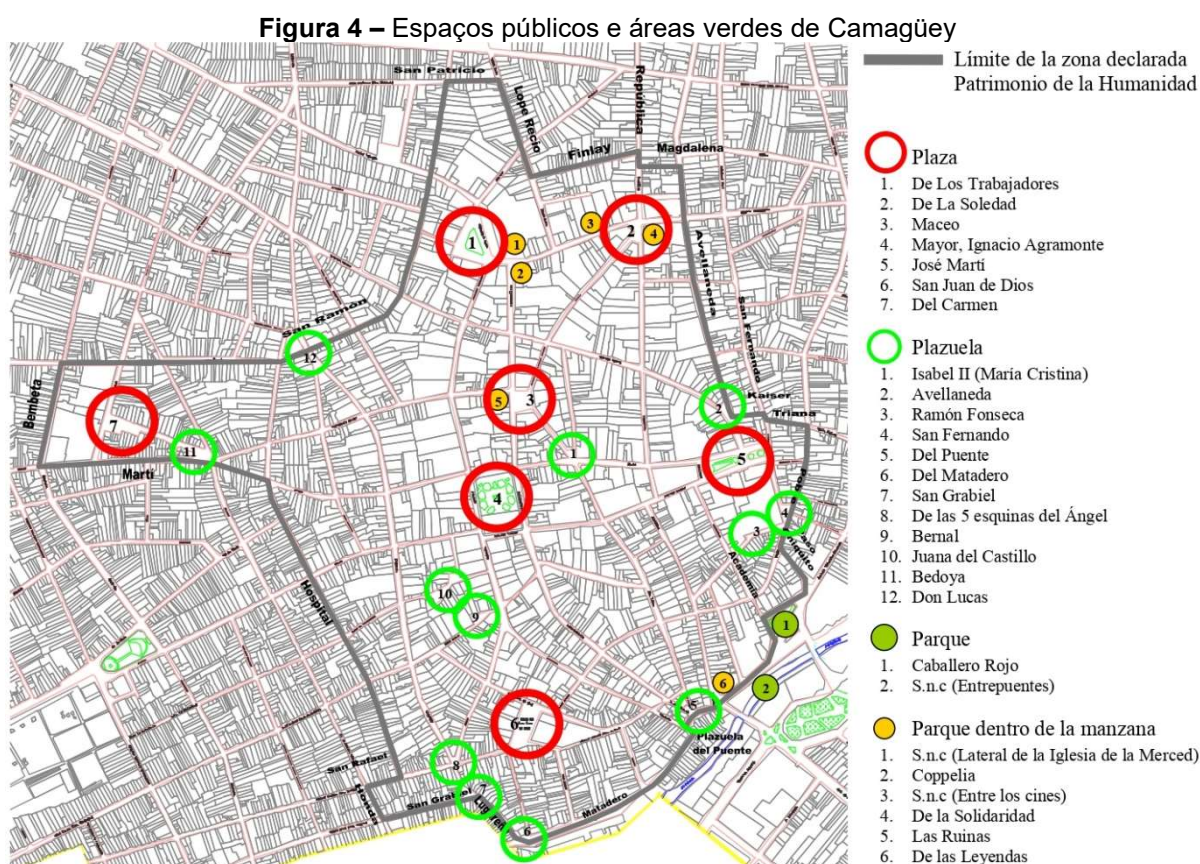
Trata-se de um longo processo de função prática (via de permanência e circulação etc.), e modo organizacional (retangular, quadrado), dentro das normas da administração pública. Mais do que descrita, a morfologia da praça sugere uma lógica na conjuntura urbana, que, segundo Gómez (2006, p. 37), está “más amplia en el punto topográficamente dominante, cuyas características satisfacían la necesidad de defensa, abasto de agua y vertido de desperdicios propios de estos asentamientos poblacionales”.

As transformações urbanas ocorridas em Camagüey revelam um espaço público cada vez mais próximo ao tradicionalismo regionalista (CHAOS, 2011). Como consequência, é possível observar que a praça Ignacio Agramonte tem se transformado também em um status de mercadoria do cenário urbano atual, no cerne da dialética uso x troca. Essa atribuição de sentido se alinha ao que Serpa (2007) entende contemporaneamente como “mercadoria para o consumo de poucos, dentro da lógica de produção e reprodução do sistema capitalista” (SERPA, 2007, p. 09). No contexto em que o turismo, por exemplo, pode influenciar e impactar o espaço público, compreende-se o efeito das relações culturais e sociais sobrepostas. Gomes (2002, p. 164) afirma que as dinâmicas de uso cotidiano dos espaços são “(...) desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço”.

Não se deve negar o papel de agente do governo cubano nas políticas urbanas e, conseqüentemente, na formação do espaço público de Camagüey, enquanto espaço para democracia participativa, acessibilidade, problemas e possibilidades de uso por grupos sociais diversos. Isso desencadeou transformações socioespaciais e impactou as políticas de ordenamento territorial, que acabou ganhando, em seu sentido econômico, investimentos na área do turismo e da gastronomia, como opções para a saída da crise no país, sobretudo, no início do século XXI (CARNET GARCIA, 2009).

⁹ Entrevista com o Sr. O. P. H., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Gabinete dos Professores do CECODEC localizada na Universidad de Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 06 de fevereiro de 2019.

Sendo a praça Ignacio Agramonte um espaço público representativo no formato urbano de Camagüey, como indica a **figura 4**, ela compõe, juntamente com outros espaços, sete das mais importantes praças da cidade, todas no âmbito do sítio original e na demarcatória patrimonial. Assim, pois, no ano de 2008, o núcleo mais antigo da cidade de Camagüey entrou para a lista de patrimônio mundial¹⁰ da UNESCO.



Fonte: Gómez (2006)¹¹

Ribera (2019) elucida os usos e câmbios desses espaços pela nova forma de convivência aliada ao consumo advindo com a prática do turismo. Sob a ótica da geografia histórica, a autora chama a atenção para o exercício de reflexão que reforce o pensamento sobre a cidade mais equitativa, buscando, no processo histórico, os

¹⁰ Foram objetos da declaratória os seguintes critérios da UNESCO: **“Critério (iv):** O Centro Histórico de Camagüey constitui um tipo arquitetônico urbano de destaque na América Latina, caracterizado por seu layout urbano irregular que produziu um sistema incomum de praças, praças menores, ruas sinuosas, becos, blocos urbanos e sistema de parcelas. A arquitetura monumental e doméstica forma um tecido urbano homogêneo onde é possível encontrar expressões arquitetônicas correspondentes a diferentes períodos da evolução da cidade. **Critério (v):** O Centro Histórico de Camagüey constitui um exemplo excepcional de um assentamento urbano tradicional relativamente isolado das principais rotas comerciais, onde os colonizadores espanhóis estavam sujeitos às influências urbanas medievais europeias no layout urbano e às técnicas tradicionais de construção trazidas para as Américas pelos primeiros pedreiros e mestres da construção” (UNESCO, 2019).

¹¹ IV Plano de Camagüey.

sujeitos nos espaços-tempos da vida urbana. Há muito se discute sobre sua fragmentação, delimitação, atividades e tendências, porém, o que não cessa está nas formas de apropriação e realização dele:

Tampoco ha cambiado su apropiación colectiva, espontánea, independientemente de que las intervenciones para su recuperación y la regulación de sus usos pretendan adecuarlas al nivel y a las modas de modelos globales, enfocadas prioritariamente al comercio y al turismo. Su importancia simbólica y una cultura urbana de ocupación natural las reafirma como los lugares más importantes de nuestra identidad histórica, y los lugares de todos en el sentido más democrático (RIBERA, 2019, p. 11).

A autora nos orienta que, mesmo com especulações e intervenções que direcionam ao ponto de vista “semipúblico” do espaço, eles continuam existindo como parte da nossa herança cultural coletiva, “deberían prevalecer las políticas públicas ante las maniobras estratégicas del capital empresarial. La ciudadanía debe salir a la calle y hacerse oír, exigir” (RIBERA, 2019, p. 12). No sentido de salvaguardar bens patrimoniais, o espaço público é visto, nesse contexto, como um importante sistema interconectado à essência do patrimônio urbano. Em uma dessas visitas técnicas ao departamento de Arquitetura e Urbanismo da UC, foi dito por uma professora que

La arquitectura es una visita constante. ¿Qué hacer? ¿Como hacer? ¿Quiénes somos? ¡La identidad siempre se está construyendo! Cuando miramos la ciudad precolombina, tenemos las plazas. Es decir, las grandes avenidas y los edificios principales están alrededor de la plaza. ¿Y dónde estaban los santuarios y los grandes templos? Rodeando la plaza. Las características de las tiendas, los comercios gradualmente tomaron el espacio hasta que fueron así, como estamos viendo¹².

A essas experiências dos sujeitos com a cidade e seus espaços, Calero, Delgado e Armas (2014) argumentam que alguns obstáculos são percebidos (ou não), pelos sujeitos que transitam por eles. Talvez, as imagens que temos e fazemos dos espaços públicos decorrem do nosso contato, mesmo que efêmero, em maior ou menor grau, do sentimento de efetividade e sociabilidade. “El espacio público es el único lugar donde se visibiliza la estructura social y se puede experimentar distancia entre el “otro” y uno mismo” (CALERO, DELGADO & ARMAS, 2014, p. 2).

Do ponto de vista geográfico, a formação do espaço público de Camagüey, deve ser analisada como parte de um produto histórico experimental (GOMES, 2018).

¹² Entrevista com a Sr.^a A. G. Y., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Gabinete dos Professores do CECODEC localizada na Universidad de Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 07 de fevereiro de 2019.

Para não negligenciarmos os fatos e colocar de lado sua forma física, buscamos compreendê-lo para além de suas transformações morfológicas. O que não é paralelo, mas nos orienta a dialogar com a diversidade de repertório urbano gerada ao longo dos anos, bem como pensar na estrutura urbana atual, que decorre dos processos de valorização especulativa ocorrida em parques, ruas e praças de cidades históricas que influenciam diretamente no “devenir social et politique” (BERDOULAY, CASTRO & GOMES, 2001). Nessa mesma perspectiva, Serpa (2007, p. 9), orienta que é necessário buscar sua representação subjetiva e cultural, e as formas de apropriação que levam ao “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”.

Camagüey, já consolidada com todo o seu sistema de construções religiosas, traz, na atualidade, a marca do passado e expressa, no espaço público urbano, os fenômenos da vida cotidiana, especialmente na Praça Ignacio Agramonte. Embora haja no centro histórico outros espaços que contemplam a história da cidade, a praça Ignacio Agramonte y Loynaz (**Figura 5**), segue como referência histórica e também como ponto de encontro dos usuários e residentes.

Figura 5 – Praça Ignacio Agramonte, ao fundo a Catedral Metropolitana de Camagüey



Fonte: Mabel T. Chaos. Arquivo OHCC [(s.d)]

É aí que se reconhece o espaço público de Camagüey como um importante laboratório para compreender a vida na cidade contemporânea, por se distinguir, em termos de apropriação, no contexto latino-americano e na dimensão do que afirma Costa (2017), de que a preservação patrimonial só se consagra diante de resistências políticas, econômicas e culturais de base popular.

Diante disso, tendo em vista os documentos encontrados que remetem aos momentos-chave de assentamento e consolidação da vila, buscar as hipóteses que envolvem a formação dos espaços públicos de Camagüey, permite-nos fazer uma revisão histórica dos elementos relacionais em sua construção, pois as ações humanas nesse movimento implicam nas transformações do espaço urbano. Nesse sentido, apoiamo-nos em Serpa (2007, p. 38), ao afirmar que o espaço público funciona “como energia vital”. Esse conjunto de significações elucidam a evolução do espaço tanto quanto suas qualidades, perspectivas e mudanças.

1.1.2 GOIÂNIA: DA CONSTRUÇÃO À INAUGURAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO

Goiânia foi uma cidade planejada durante as primeiras décadas do século XX, (1930-1935). Sob vontade política de se construir uma capital moderna no sertão¹³ do Brasil (DAHER, 2003), a cidade foi intencionalmente criada para destacar o processo de modernização do presidente Getúlio Vargas na esteira da Revolução de 30 e da chamada Marcha para o Oeste¹⁴. A transferência da antiga capital do estado de Goiás emergiu do plano político apresentado por Pedro Ludovico Teixeira, médico, governador, interventor e principal responsável por sua edificação, agiu de forma que “a mudança da capital passava ao seu significado mais global: um símbolo de ascensão ao poder, uma representação do progresso, do moderno, um divisor de águas entre o velho e o novo Goiás” (CHAUL, 2009, p. 103).

A partir de uma concepção urbanística dos espaços públicos, o arquiteto Atílio Corrêa Lima recebe a missão de elaborar o plano inicial da capital, que teve dois arquétipos urbanísticos distintos, um de orientação francesa e outro de orientação saxônica: “guardando as devidas proporções, o efeito monumental procurado é o do princípio clássico adotado em Versalhes, Karlsruhe e Washington” (LIMA, 1937, p. 140). Nesse contexto, os espaços livres fariam o equilíbrio entre as ruas dos bairros, com amplos jardins e parques verdes. Borja (2003, p. 61) afirma que os espaços públicos são pensados como vias de circulação, contudo, o que caracteriza sua natureza como local público não está nas normas regimentais, mas sim em seu uso e apropriação.

A Praça Cívica é criada sob essa configuração urbanística e se consolida como núcleo central da cidade, baseada na ideia de que ela seria o Centro Político-Administrativo, designada aos eventos cívicos e abrigando outras três importantes avenidas nascidas no processo de fragmentação do espaço público, as Avenidas Goiás, Araguaia e Tocantins (**Figura 6**).

¹³ Em 1729, Arraial de Sant’Anna é considerada a primeira capital do Estado de Goiás, posteriormente, em 1736, passou a ser chamada de Vila Boa de Goyaz, e atualmente, Goiás. O município foi reconhecido pela UNESCO, em 2001, como Patrimônio Histórico e Cultural Mundial por ter uma singular arquitetura barroca e tradições culturais seculares.

¹⁴ Promovida durante o Estado Novo, a Marcha para o Oeste tinha como objetivo desenvolver a economia do país e promover o aumento populacional no Centro-Oeste do Brasil, sobretudo em Goiânia, devido a sua localização geográfica. Com o intuito de criar vilas e núcleos de colonização para atender às demandas do estado e as propagandas políticas do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a intenção era promover também o nacionalismo e a integração do interior com áreas litorâneas, a partir da implementação da malha rodoviária que ligaria as regiões Norte e Centro-Oeste.

Figura 6 – Praça Cívica – núcleo pioneiro de Goiânia em 1930. Três avenidas demarcam o núcleo: Tocantins (esquerda); Goiás (centro) e Araguaia (direita)



Fonte: Autor desconhecido, acervo MIS, Goiânia ([s.d.]

Todos esses atributos foram recomendados no plano urbanístico de Atílio Corrêa Lima. Segundo Daher (2003), a construção da nova capital privilegiaria a luta pelo poder político instaurado em Goiás e no país afora, junto com o processo de acumulação capitalista vigente e articulada à construção do Estado-nação¹⁵. Conforme afirma Chaveiro (2007, p. 16), o discurso oficial sobre a formação de seu espaço urbano perpassa a lógica contraditória e dialética.

Goiânia resulta de um discurso moderno embora constituída na trama política da oligarquia agrária local aliada à ditadura nacional do Estado Novo; foi projetada perante o urbanismo de vanguarda, em que pese tivesse, no desenho, traços da tradição monárquica proveniente do mundo desenvolvido e foi constituída num imaginário de uma nação que queria encontrar a sua originalidade no Sertão, tido até então como “vazio geográfico sedento de

¹⁵ Ianni (1988, p. 5) afirma que a ideia de nação está presente nas nossas ações e reações. Segundo o autor, “tanto o hino, a bandeira, idioma, moeda, mercado, meios de comunicação, instituições, padrões, valores, heróis, santos conferem a todos a ilusão de que fazem parte da mesma Nação. O operário, camponês, empregado, funcionário, artesão, comerciante, estudante, intelectual e outros, compreendendo o índio, mestiço, negro, mulato, amarelo e branco são levados a imaginar-se no espelho do hino, bandeira, idioma, moeda, mercado, governo, regime, Estado. Mas a Nação está atravessada por diversidades sociais, culturais, políticas, econômicas, regionais, raciais e outras. Uns afirmam que elas são naturais, inevitáveis, como o colorido da multiplicidade; que as desigualdades são incidentes na conformação das diversidades. Outros alegam que as desigualdades freqüentemente escondem-se nas diversidades; que os antagonismos espreitam todo o tempo, desde as diversidades sociais, raciais, regionais, culturais e outras”.

história”. Por isso a sua constituição era – na ótica de quem a propugnava – justificada pelas categorias “integração”, “progresso”, “desenvolvimento”, “marcha”, “colonização”, “captura do oeste”, “desenvolvimento do capitalismo na periferia da nação” etc.

No final de 1935, o governo do Estado de Goiás decide contratar o engenheiro Armando de Godoy para assumir o segundo e o terceiro momento do plano urbanístico de Goiânia¹⁶. Na década de 1940, a expansão urbana crescia em ritmo acelerado e desordenado, chegando a ter 18.889 habitantes¹⁷, o que impactava diretamente no crescimento de loteamentos e de vazios urbanos. Logo, a ocupação desordenada dos lotes misturava-se à malha urbana com construções residenciais, industriais e de serviços etc.

No fim da referida década, a convergência das três avenidas Tocantins, Goiás e Araguaia, se hierarquiza junto à outra importante via. Nessa época, era a estrada que ligava Campinas a Leopoldo de Bulhões. Diferentemente das demais avenidas, ela teria, em seu cruzamento com a Avenida Goiás, a Praça Atílio Corrêa Lima, uma homenagem ao autor e arquiteto do plano de urbanização inicial de Goiânia (DAHER, 2003). Entretanto, atualmente é chamada popularmente de Praça do Bandeirante. O local delimitaria seu uso e função para atos de movimentos sociais, manifestações cívicas e lugar de referência espacial dos sujeitos.

Recorrendo às reflexões de Yázigi (2000), a complexa realidade vivenciada nos espaços públicos os torna cada vez mais desvalorizados socialmente, se esses espaços não permitem a heterogeneidade, automaticamente, eles anulam a copresença dos sujeitos, principalmente coletivos tradicionalmente excluídos dos propósitos urbanísticos. “En la ciudad metropolitana, el centro-centros tiende a ser el territorio de la ciudad-municipio como mínimo, que se articula más o menos bien como un sistema regional de ciudades que constituye un tejido denso de flujos y lugares” (BORJA & MUXÍ, 2001 p. 116).

A Praça do Bandeirante, como parte do sistema de circulação de trânsito de vias públicas e, concomitante, do desenvolvimento socioeconômico de Goiânia, nasce

¹⁶ Em diversos momentos após essa transição, as discussões sobre o setor central e o plano diretor de Goiânia continuaram com o engenheiro Armando de Godoy, mesmo com as obras iniciadas na época de Atílio Corrêa Lima. Godoy opta pelas cidades-jardim inglesas do urbanista inglês Ebenezer Howard. O discurso era de implantar de fato a arquitetura moderna, por mais que houvesse dificuldades com materiais de obra. Ainda tiveram como influenciadores no terceiro momento da construção da cidade, os irmãos engenheiros Coimbra Bueno (DINIZ, 2007, p. 190).

¹⁷ Censo Demográfico de 1940 a 1950 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?view=detalhes&id=767>. Acesso em 02 de dez. 2019.

no entrecruzamento da Avenida Goiás (sentido norte-sul) e Anhanguera (sentido leste-oeste). Porém, mais que uma via de circulação tomada como referência ao plano inicial, ela foi construída para ser o coração, o elemento simbólico na construção da nova capital. Centralizada (**Figura 7**), ela assume inicialmente o desejo de Atílio Corrêa Lima, em ter “um marco comemorativo da fundação da nova capital que deverá conter inteiramente o marco de aroeira que serviu para a fundação” (LIMA, 1942, p. 51). Entretanto, outros objetos foram escolhidos para dar sentido à rotatória¹⁸ da Praça do Bandeirante. Lima Filho (2001, p. 147) afirma que

Goiânia era a primeira capital moderna no sertão. Idéia materializada por uma estátua do bandeirante Anhanguera mirando para o Oeste, numa praça central da cidade, por um Monumento das Três Raças na Praça Cívica e, finalmente, pelo nome Palácio das Esmeraldas, dado ao prédio central do Governo do Estado.

¹⁸ Na Coletânea Especial sobre o Batismo Cultural de Goiânia, organizado pelo IBGE, as rotatórias, a exemplo da Praça do Bandeirante, consta a seguinte descrição: “As praças e cruzamentos principais, no trecho mais movimentado da cidade, obedecem ao sistema da circulação giratória, o mais adequado para evitar os conflitos de veículos, exigindo menor número de inspetores de trânsito. Este sistema, dispensando os sinais luminosos, dá automaticamente a passagem aos veículos sem paradas. No recente congresso realizado em Paris, foi confirmada a vantagem da circulação giratória. Os americanos que a combateram, são os primeiros a reconhecer atualmente as vantagens deste sistema, quando aplicado judiciosamente” (LIMA, 1942, p. 104).

Figura 7 – Localização da Praça do Bandeirante



<p>0 25 50 75 m</p>	<p>Universidade de Brasília Programa de Pós-Graduação em Geografia</p>	
<p>Legenda</p> <p> Principais avenidas</p> <p> Praça do Bandeirante</p>	<p>Datum SIRGAS 2000 Fonte: Google Maps/Landsat 8 (2015). Elaboração: Larissa Alves de Sousa e André Vieira Freitas.</p>	

Quando se trata da evolução das praças no contexto latino-americano, Ribera (2019) assinala que a nossa realidade urbana expõe o acúmulo de significados de outrora. Passado o tempo de projetos militares exibicionistas nas chamadas “praças

de armas”, as transformações urbanas contavam com uma política articulada aos preceitos dos espaços livres, democráticos, prontos para o “exercício da cidadania”, - de ordem burguesa –, dignos de uma destacada arquitetura no seu entorno, tornar-se-iam a nova imagem urbana renovada:

Hasta entrado el siglo XX, las plazas mayores siguieron siendo el referente principal de las ciudades, el lugar de mayor fuerza centrípeta para los ciudadanos, quienes las usaban libremente y a pesar de normativas que pretendían expulsar hábitos y personas considerados incorrectos y alejados de las buenas costumbres; eran, sobre todo y como hasta entonces, el escenario dilecto del poder para desplegar discursos ideológicos mediante edificios, monumentos, conmemoraciones y convocatorias populares (RIBERA, 2019, p. 6-7).

A autora ainda assinala que, em todos os casos latino-americanos, os espaços públicos são protagonistas, atrativos e determinantes na composição dos ambientes urbanos. Ela sinaliza que “dieron personalidad y fueron insignia de un modelo de ciudad arquetípico, el más extendido geográficamente de la historia urbana universal” (RIBERA, 2019, p. 7). A mesma reflexão guia Gomes (2012, p. 164), quando afirma que “todas as cidades dispõem de lugares públicos excepcionais que correspondem à imagem da cidade e de sua sociabilidade”, concomitante a esse movimento, “produz-se uma espécie de resumo físico da diversidade socioespacial daquela população.”

Não obstante a esses aspectos, a visão de que os espaços têm se ressignificado, a partir de uma criatividade urbana (MACHADO & ANDRÉ, 2012, p. 120), faz com que sua transformação permanente favoreça uma visão otimista sob os espaços públicos, quer dizer, “o papel do espaço público que parece funcionar aí como um fator de produção e de amplificação do meio criativo que se tem vindo a desenvolver”. Recorrendo a “cena pública” (GOMES, 2012, p. 164), parece que a relação com o outro implica numa sociabilidade normatizada entre sua condição material e imaterial, que diz respeito à ação política e ao discurso como elementos fundadores da sua dinâmica própria.

De fato, observa-se que Goiânia transforma suas necessidades urbanas de acordo com as proporções e as escalas de cada época. Assim, a construção do espaço público da capital não corresponde somente ao seu espaço físico. Por ser uma cidade jovem, ela possui a fluidez do tempo efêmero e esboça os traços de uma cidade tradicional, erguida sob aspectos culturais da população rural (CHAVEIRO,

2011a). Ainda segundo Chaveiro (2011a), a capital transitava entre a busca pelo moderno e a tentativa de apagar o atraso econômico da região central em relação ao país. A intenção de criar espaços de rememoração, sobretudo relacionados à Praça do Bandeirante, é, nesse sentido, um marco da transformação espaço-temporal. Na visão do que afirma Fernandes (2002, p. 77), sobre os contrastes de Goiânia,

Se a planta da cidade, necessariamente, estabelece normas, limites e confrontações, determinando o traçado das ruas e o agenciamento urbano, os processos da natureza humana impõe a estas regiões, por sua vez, características difíceis de controlar e prever. Contradição entre planejamento e a apropriação do espaço urbano.

Contudo, entre as décadas de 1960 e 1980, a Praça do Bandeirante tem seu espaço físico alterado drasticamente devido à intensidade de tráfego na parte central da cidade. Em contrapartida aos espaços públicos planejados, a apropriação urbana era inevitável dada as construções de lotes, comércios e aglutinações que surgiram ao longo do tempo. Nota-se também que as mudanças ocorridas entre as avenidas Goiás e Anhanguera não podem estar dissociadas da Praça do Bandeirante, uma vez que elas estão conectadas a sua criação e dão acesso ao espaço físico da mesma.

A partir desse ciclo, a presença de um espaço próprio da praça (cujas funções específicas estariam baseadas na estética, nas ideias higienistas e sociais), se confunde com os benefícios que ela seria capaz de produzir na fala de seus idealizadores (na ótica do valor funcional), no mundo contemporâneo (RIBEIRO, 2007). De uma quase ausência, suas características físicas apontam as especificidades locais, coerentes às necessidades da cidade, ao passo que os elementos da estrutura voltados a qualidade e acesso da população foram menosprezados. Face à essa relação, Gomes (2012, p. 161), afirma que “o espaço público é simultaneamente o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos.”

Com as intervenções feitas na Praça do Bandeirante, o fluxo de carros e o sistema de transporte público urbano traçou outra dinâmica ao lugar. Nesse período, ao redor da praça (**Figura 8**), destacam-se os edifícios com importância comercial, estabelecimentos bancários regionais e estaduais, como o Banco do Estado de Goiás construído na virada dos anos 1950 para 1960 (MEDEIROS, 2010, p. 231). Do ponto de vista organizacional, esses edifícios valorizavam o conjunto da praça e, ao mesmo tempo, incluíam as avenidas Goiás e Anhanguera nessa articulação. O caráter

horizontal que envolve a Praça do Bandeirante estaria vinculado às transformações ocorridas desde os vazios urbanos, até como modelo de espaço público perceptível no Plano Diretor

A percepção global da cidade era possibilitada pela inexistência de barreiras naturais e favorecida por uma preponderante horizontalidade das edificações. Durante as décadas iniciais de Goiânia, apesar de permitida a construção de edifícios de até oito pavimentos, sobressaía-se a horizontalidade, com edifícios de, no máximo, três pavimentos. A amplitude de visão se devia não apenas às ruas largas da cidade moderna, mas também aos efeitos e perspectiva das principais avenidas que privilegiavam a visão da Praça Cívica pelo transeunte, o que foi previsto pelo urbanista (MEDEIROS, 2007, pp. 220-221).

Figura 8 – Ponto de ônibus em frente à Praça do Bandeirante e Banco do Estado de Goiás ao fundo



Fonte: Alois Feichtenberger, acervo MIS, Goiânia (Década de 1980)

Desde então, as intervenções ocorridas na praça fizeram com que seu canteiro fosse drasticamente reduzido, ao ponto que, hoje, seu espaço, encontra-se limitado entre os carros particulares e o Eixo Anhanguera (linha de ônibus que roda no eixo leste-oeste) da capital. Esse fato revela, em parte, o descaso em manter o espaço físico da praça, ainda que a intenção da proposta inicial fosse a permanência vital do próprio espaço público como símbolo da construção de Goiânia. Nesse sentido, Serpa (2007, p. 28) reitera que os espaços públicos forjam uma “composição urbana que

possuem forte interdependência”, entre os espaços de origem tradicional e as novas construções no seu entorno.

A partir do giro da mobilidade urbana (BARBOSA, 2016), os processos relativos aos fluxos de redes, relações, e outros fenômenos heterogêneos impactaram direta e gradualmente no conjunto de questões que envolvem ser e estar no espaço público. As trajetórias espaciais dos indivíduos variam e, conseqüentemente, suas experiências geográficas com esses espaços também (BORJA & MUXÍ, 2003; GOMES, 2012).

Podemos encontrar aproximações que analisam o espaço público no panorama da mobilidade e acessibilidade urbana. Através de uma análise do transporte, conhecemos as vivências na cidade e as possibilidades de acesso aos espaços e lugares. Na visão de Yázigi (2013, p. 305), as cidades brasileiras e suas praças, parques e calçadas tendem a variações de análise teórica, pois

O século XIX não poderia ter formulado uma teoria muito sofisticada sobre a rua, pois não tinha experimentado os transtornos do automóvel que as transformariam radicalmente. Seria necessário esperar por sua crise grandemente advinda com a circulação automotora, para que se centralizasse tal destaque.

Fica evidente que o aspecto do espaço público da praça passou a atender as necessidades do tráfego de maneira eminente. A busca pela modernidade atravessou diversas vezes a Praça do Bandeirante, que, apesar da concepção de urbanidade desejada pelos idealizadores da nova capital do Cerrado, a prática cotidiana instituiu novas dinâmicas, como relata um professor de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, quando perguntado sobre o passado da Praça do Bandeirante,

A Praça do Bandeirante é hegemonicamente marcada e quando os movimentos sociais, - quaisquer que sejam -, ocorrem, paralisam as Avenidas Anhanguera e Goiás. A dinâmica é como em qualquer praça, mas qual o motivo disso? É porque ela é central. Poderiam utilizar a Praça Cívica, mas preferem mobilizar a Praça do Bandeirante¹⁹.

Por esse caminho, as cidades planejadas ou não coincidem com a reorganização desses espaços públicos, na medida em que eles se tornam

¹⁹ Entrevista com o Sr. J. P. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Sala dos Professores da Faculdade de Educação da Universidade de Goiás (UFG), localizada no Campus I - setor Universitário em Goiânia (GO), no dia 29 de julho de 2019.

mediadores do processo de transformação do espaço urbano. Goiânia é uma cidade criada com as marcas do modernismo, mas as características do desenvolvimento urbano da nova capital do estado de Goiás apresentam nuances (CHAVEIRO, 2011a; SILVA, 2010). Ela é planejada numa época em que os aspectos da vida social e material transformam e constroem novos espaços de convivência, dando sentido aos novos lugares, à corporeidade dos sujeitos (LINDÓN, 2000), criando perspectivas e novas formas de socialização no espaço público.

A Praça do Bandeirante, especificamente, aponta para essa direção enquanto a soma de intervenções urbanísticas propostas por projetos, como o “Corredor Anhanguera – VLT” e o “Corredor Goiás Norte/Sul”²⁰, incidem sobre seu espaço físico. Em contrapartida, sobre os aspectos positivos e negativos, Goiânia passou por um processo de tombamento, em 2003, amparado pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937), em que alguns prédios, monumentos em *Art Déco* e o traçado urbano original da Avenida Goiás foram reconhecidos como “programas especiais e estratégias no sentido da preservação de valores históricos e simbólicos” (ARAÚJO, 2008, p. 77), na dimensão do patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O caráter público incide sob essa questão quando coloca em dúvida se o espaço público está sempre de “porta aberta” (MACHADO & ANDRÉ, 2012), permitindo a comunicação e a interação. Calero, Delgado e Armas (2014, p. 3) exemplificam essa questão: “las políticas de regeneración combinan este enfoque que pone el acento en el propio espacio, interviniendo a través de un diseño disuasorio — sustituyendo bancos por sillas, colocando cámaras o cerrando los accesos”. Para Serpa (2007, p. 26), a questão da visibilidade, nesse contexto, está dada como um fenômeno:

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre visibilidade e espaço público. Eles comprovam também o gosto pelo

²⁰ Em 2009, o Programa Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que implica no eixo Leste-Oeste do Transporte Coletivo Urbano da Avenida Anhanguera, estava na lista de beneficiados pelo Programa Nacional de Aceleração do Crescimento (PAC) – Cidades Históricas, e teve a Odebrecht TransPort como uma das empresas ganhadoras da licitação, porém, o projeto não foi assinado pelos governos Estadual e Federal, não sendo assim, efetivado. O Corredor Goiás Norte/Sul abrigará a modalidade de *Bus Rapid Transit* em todo a extensão da avenida Goiás. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/9278.pdf> Acesso em: 20 de set. 2019.

gigantismo e pelo “grande espetáculo” em matéria de arquitetura e urbanismo.

No que se refere à relação entre espaço público e visibilidade, as perspectivas sobre as condições de acesso consideram as diversidades, interesses, valores, enfim. Em um de seus componentes essenciais, Gomes (2018, p. 117) considera que é “sua localização no tempo e no espaço, sua *transformação*, ou seja, tudo aquilo que faz *mudar a forma*”. O autor enfatiza que

Os espaços públicos são fortemente normatizados e discriminam, usos, comportamentos, funções, acessos etc. Os princípios da vida em comum em sociedades republicanas organizam materialmente esses espaços. Pistas de rolamento, calçadas, meio fio, faixas de pedestres, semáforos, entre outros elementos, são, nas ruas, expressões claras desses acordos e compromissos que regulam comportamentos, fluxos, funções, condições de acessos em diferentes circunstâncias e são derivados de direitos e deveres socialmente e republicaneamente estabelecidos. Esse tipo de normatização constitui, pois, a qualidade primeira desse espaço e um dos seus componentes essenciais (GOMES, 2018, p. 117).

O fato da toponímia da praça ter se alterado, desde a construção das avenidas (**Figura 9**), denota a necessidade, em primeiro lugar, de um espaço recreativo e celebrativo, de encontro; e que atualmente, pode ter perdido essa função para dar lugar à emergência do trânsito e das transformações espaciais de uma “metrópole em travessia” (CHAVEIRO, 2011a, p. 56). Mesmo que abordemos a Praça do Bandeirante como um sistema de circulação desenhada por Atílio Corrêa Lima, não podemos desconsiderar que as relações socioespaciais presentes nesse espaço público também o moldam!

Figura 9 – Praça do Bandeirante – Cruzamento das Avenidas Goiás e Anhanguera



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Silva (2010) aponta que a cidade, em busca do tempo ausente²¹, encontra-se em transcurso e configura-se como cidade projetada e construída, a partir de um marco zero, diferente das cidades brasileiras conhecidas por terem traços do espaço-tempo constituídos em seus espaços urbanos, tais como as cidades de Pirenópolis, Cidade de Goiás, Salvador, Ouro Preto, São João del Rei, dentre outras. Dada a geograficidade, o espaço público é, ao mesmo tempo, imaterial e material, no qual tece a união e instabilidade da sociedade moderna, ao passo que também vem a ser concebido por um lugar real (BERDOULAY, CASTRO & GOMES 2001).

Esses momentos que marcam as cidades, marcam também os espaços públicos como *lócus* do poder e da possibilidade de conflitos. Não só isso. São neles que, por meio da interpretação geográfica – parafraseando Gomes (2012) –, compreendemos seus usos e suas funções, e que mais tarde, evidenciarão o coexistir

²¹ Silva (2010), em seu livro “Palmas, a última capital projetada no século XX: uma cidade em busca do tempo” cunhou o termo “tempo ausente” para se referir à ausência/presença da temporalidade, marco zero/continuidade, permanência/variação no tecido urbano das cidades brasileiras planejadas e projetadas.

social. A negação ou o não entendimento desse processo entre planejar a cidade (ações) e conjecturar a dinamicidade da vida urbana (interações) nos espaços públicos, leva-nos a pura abstração imaterial do que vem a ser considerado sua forma-conteúdo (SERPA, 2007; GOMES 2012). Em suma, é aí que se constitui a Praça do Bandeirante na compreensão do que vem a ser o espaço público.

1.2 O MONUMENTO A IGNACIO AGRAMONTE COMO CATALISADOR DE PRÁTICAS SOCIAIS EM CAMAGÜEY

A justaposição de construções arquitetônicas, que se inicia no século XX, em Camagüey, marcou o espaço público da cidade, com a instalação de monumentos nacionais e regionais, sinalizando historicamente o progresso, a luta pela independência de Cuba, a resistência e a necessidade de se fazer presente como representação de um passado em comemoração aos seus mártires.

Em uma visão panorâmica da América Latina, o debate sobre as representações espaciais está associado às formas como os grupos sociais criam os significados, tanto a sua dimensão espacial como a sua forma simbólica. Os países do Sul tendem a tratar desses e de outros assuntos que dizem respeito à nossa formação territorial, suscitando a nossa constituição cultural. De maneira articulada:

Los distintos actores urbanos y prácticas sociales, materializadas estas en diferentes formas de producción de hábitat, contribuyen a la configuración de las representaciones construidas en torno a los tipos de territorios existentes y a sus residentes (ELORZA, 2019, p. 1).

Acerca do passado de combates no país cubano, a Guerra dos Dez Anos (1868-1878) marcou a cidade de Camagüey com seus personagens e líderes. Foi a primeira guerra travada entre cubanos e espanhóis, com vistas à emancipação e libertação de Cuba. Teve início com o grito de Yara e terminou com o pacto de Zanjón²², tal acordo não garantiria o objetivo maior, que era o de abolir a escravidão e ganhar a independência. Nesse contexto, existem alguns motivos expressos pelo qual a guerra aconteceria:

Esta guerra tuvo un carácter anticolonialista, antiesclavista y de liberación nacional. Además desde el punto de vista cultural ayudó a que el sentimiento de nacionalismo se afanzara. Se luchó por el progreso de la economía y sociedad, por lo que tuvo un carácter contracultural (procedió de una subcultura que se convirtió en un movimiento contracultural que trataba de derribar a una cultura hegemónica que representaba una traba para el desarrollo de Cuba y del mundo) (GARCÍA & ALFONSO, 2010, p. 3).

²² O Pacto de Zanjón foi um documento criado entre o Exército Libertador de Cuba e as tropas espanholas. O pacto sinalizava um momento de trégua entre ambos, porém, o documento não significava seu fim absoluto, não garantiria a Independência de Cuba nem a abolição da escravidão, dentre outras condições de paz (ESCALANTE, JIMÉNEZ & GÓMEZ, 2010).

Em uma das biografias escritas sobre personalidades de guerras cubanas (MOLLIN, 1997), um dos principais personagens é Ignacio Eduardo Agramonte y Loynaz. Nomeado à patente de “Mayor General do Exército Libertador”, conquistou quatro vitórias contra tropas espanholas. Nascido em Camagüey, ele contribuiu para que a cidade fosse protegida no âmbito econômico, social e territorial (QUESADA apud CENTO, 2014). Em seus principais combates, Ignacio Agramonte teve apoio de cidadãos militares de Camagüey e atuou fortemente em outras províncias, a exemplo de Jimaguayú, de modo a cumprir a missão militar designada.

Centraremos nosso debate no uso de correspondências entre Ignacio Agramonte e os membros da Divisão de Camagüey, outros cubanos estiveram envolvidos na vida pública e privada dele. Nesse sentido, usaremos, sobretudo, as cartas como fontes disponíveis, devido à escassez de documentos. Sabemos que a sua figura pública foi constituída a partir desses e de outros momentos que, porventura, aparecerão na construção deste item e nas análises seguintes. Durante um de seus combates, as correspondências indicavam a que pé estavam de avançar ou recuar no território. Um de seus chefes, Manuel de Quesada, escreve uma carta em janeiro de 1870 à Agramonte, que diz respeito à possível queda de sua tropa para os espanhóis e de sua futura nomeação ao cargo de chefe do Distrito Militar de Camagüey, que aconteceria meses depois, em abril de 1870,

La etapa que comienza a recorrer la Revolucion, será difícil; sea U. constante y firme como hasta aquí. Calme U. las pasiones adonde quiera que las vea surgir, y propenda a la union de todos los cubanos, unico medio de vencer a un enemigo que ha sabido unirse para combatirnos. En fin, amigo mio, siga U. siendo el modelo de los jóvenes y la admiracion de los viejos, y no dude que llegará a adquirir un nombre preclaro [...] (QUESADA apud CENTO, 2014, p. 286).

O cuidado com as palavras na carta, alertava Agramonte da gravidade dos acontecimentos e indicava o caminho para manter a tropa estável diante de qualquer possibilidade de reação do inimigo. O sentimento atribuído à Agramonte era de descontentamento com a política de Napoleón Arango, pois, segundo ele, Arango recuava à independência e não lutava bravamente como faziam os demais soldados cubanos, ao ponto de ser acusado como “traidor da pátria”. Nos seus dizeres, Arango estava “a un lado los insensatos fueros de familias; no se trata de los allegados de Napoleón Arango; se trata de éste; que se defienda de los cargos que contra él

resultan y será absuelto; pero si es culpable, los méritos ajenos no lavarán su mancha...” (AGRAMONTE apud EXPÓSITO, 1937, [s. p.]).

No contexto urbano, personalidades se destacam pela relação construída nos períodos de significação política. O caráter nacionalista estimulado pela história como fonte de informações, ultrapassa a subjetividade e projeta sua força em objetos, cujo interesses – público e político – assumem tal narrativa por “mensagens em forma simbólica, associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos” (CORRÊA, 2005, [s. p.]). À luz desse entendimento, a construção da imagem do herói²³, é intrínseca à sociedade que narra sua história e perpetua seu valor rememorativo por meio das práticas sociais no cenário cultural contextualizado:

Espaço e tempo, no entanto, desempenham papéis diferentes em relação ao devir das estátuas, obeliscos, memórias e outros monumentos. [...] Os monumentos, fixos e duráveis, construídos em bronze, mármore ou granito, congelam ideias e valores no espaço. O tempo, contudo, refaz ideias, valores e modos de pensar e ver, de maneira que muitos monumentos podem tornar ‘arcaicos, estranhos e irrelevantes (...) elementos inigmaticos na paisagem’ [...] Mas o curso dos processos sociais engendra novas formas simbólicas, novos objetos fixos no espaço como os shoppings centers e os parques temáticos e novos percursos envolvendo novas manifestações sociais em espaços públicos ou não (CORRÊA, 2008c, p. 130).

Ignacio Agramonte, enquanto chefe militar e membro do Departamento do Exército Militar De Camagüey, era responsável pela proteção de famílias e do território, como dito anteriormente. Sobre esse cargo, vemos o exemplo de uma carta escrita por ele e destinada aos camagueyanos, em janeiro de 1871:

El Camagüey se encuentra hoy ostigado por el enemigo. Seamos todos soldados de la libertad. Los que errantes en los bosques son inmolados sin venganza y sin gloria, forman en el campamento la milicia sagrada é invencible del derecho.- El enemigo, más que de buscar el combate, se ocupa de atormentar vuestras familias. Vamos á defenderlas con empeño, no permaneciendo a su lado, para tener que abandonarlas en la hora de peligro, sino peleando valerosamente. -Organizar y disciplinar nuestro ejército es prepararlo para la victoria (AGRAMONTE apud CENTO, p. 141, 2014).

Em 1871, ele decide renunciar ao cargo de chefe militar e se torna membro do Comitê Revolucionário de Camagüey. Sua morte veio em maio de 1873, quando caiu em combate. Como diz Séneca *apud* Expósito (1937, [s. p.]), sobre a queda de Agramonte, "sus cenizas fueron aventadas al viento de la inmortalidad". Esses

²³ Segundo Benjamin (1989, p. 73), “o herói é o verdadeiro objeto da modernidade. Isso significa que, para viver a modernidade, é preciso uma constituição heróica”.

momentos marcam, na história, a figura do herói construída por Ignacio Agramonte, não só nela, mas ao considerarmos esses elementos dignos de se perpetuarem no tecido urbano, sua importância requer uma espécie de “plano de fundo” (LYNCH, 1997, p. 88). Isto é, um lugar representativo em que os sujeitos se identifiquem pela singularidade da escultura como um marco referencial constituído a partir da estátua de Ignacio Agramonte e sua instalação na “Praça Mayor”, como símbolo de resistência na guerra pela Independência (EXPÓSITO, 1937, [s. p.]). A obra em bronze foi criada pelas mãos do artista italiano Salvatori Buemi, a escultura de Ignacio Agramonte é portadora de um imaginário e pensada como a representação de um sujeito que, com sua bravura e patriotismo, desempenhou um papel fundamental na Guerra dos Dez Anos.

A inauguração do monumento foi registrada em fotografias (**Figura 10**), que revelam a ansiedade da população em ver a escultura compondo o espaço público, além de se sentirem representados pela imagem do herói camagüeyano²⁴, que passa a ser inspiração para novos valores simbólicos e novas práticas sociais. A cidade, por sua vez, possui outras formas simbólicas presentes em seu tecido urbano, que atuam como forma de manter o patrimônio cultural e identitário do seu povo²⁵.

²⁴ No espaço público da praça, encontra-se quatro palmas colocadas em 1853. Elas simbolizam os primeiros camagueyanos que se rebelaram contra o colonialismo espanhol: Joaquín de Agüero y Agüero, Fernando de Zayas, Miguel Benavides e Tomás Betancourt, fuzilados em 12 de agosto de 1851 (TAMAMES, 2001).

²⁵ Camagüey é conhecida nacionalmente por ser “a cidade das igrejas” e pelos *tinajones*, filtros de barro feito para poupar água da chuva que desce pelas calhas residenciais, alguns chegam a ter dois metros de largura e um metro de altura (UNESCO, 2019).

Figura 10 – Estátua de Ignacio Agramonte y Loynaz em 24 de fevereiro de 1912, na “Plaza Mayor” em Camagüey, Cuba



Fonte: Coleção Monumento a Ignacio Agramonte, acervo da OHCC, Camagüey (1912)

Esse aspecto é importante porque nos permite perceber quais práticas sociais ocorrem atualmente relacionadas às imagens do monumento e sua difusão enquanto objetos “acessíveis à maioria da população” (CORRÊA, 2005, [s. p.]). De acordo com Knauss (1998, p. 56),

O monumento passa a ser assim um elemento que transpõe os tempos, justificando-se pela capacidade de se impor às diferenças sociais e históricas, assumindo seu lugar na eternidade. Por esse processo, também a pátria se eterniza e o civismo se transforma em prática para sua eternização.

Busca-se interpretar os significados das práticas sociais na tentativa de compreender em que medida esses significados estão vinculados ao monumento, faz-se necessário entrar no plano simbólico, bem como na materialidade do monumento enquanto objeto estimulante de hábitos e mudanças dos grupos sociais historicamente situados. Retomando uma expressão de Corrêa (2005), aparentemente os monumentos estão relacionados às escalas local, regional e global, mas nem sempre essas três dimensões atingem mutuamente tal proporção escalar.

Por exemplo, no artigo sobre “Las estrategias de la memoria, Barcelona 1977-2013”, Remesar e Ricart (2014) constroem um olhar sob a política nacional que, como uma espécie de espinha dorsal, rompe em determinados momentos com a política local, a fim de eliminar monumentos com ideologias que beiram o autoritarismo, substituindo-os por monumentos que celebrarão espaços democráticos. Há nessa distopia as nuances do caráter memorial que incidirão sobre as práticas sociais através do monumento, ou seja, essa escala hierárquica nem sempre é harmônica (CORRÊA, 2005, [s. p.]).

Recorrendo às fontes de jornais eletrônicos, no ano de 2012, o jornal “Cadena Agramonte” publicou um artigo sobre a conotação histórica, em que o conjunto escultórico completou 100 anos de existência. Junto a essa comemoração, tem-se o relato de práticas sociais desenvolvidas no espaço público desde a inauguração do monumento, o que nos leva a pensar sobre os atos cívicos inseridos intencionalmente no cotidiano dos cidadãos e transeuntes. No referido jornal, a escolha do local para a instalação do monumento é justificada pelo historiador Marcos Antonio Tamames Henderson²⁶:

La primera propuesta señala al Casino Campestre como lugar para la colocación de la escultura, -explica Tamames Henderson- pues se considera el sitio de progreso, del desarrollo futuro, como símbolo de la modernidad; pero, luego se considera que no debe ser despojado el centro de la antigua ciudad de una escultura de esa magnitud; y a pesar de que el parque tiene dimensiones muy pequeñas, se decide colocar en su centro, el conjunto monumental (TAMAMES, apud FABELO, 2012).

Para além das esculturas colocadas nos espaços públicos, agregando-as ao perfil da cidade, é necessário entender as relações estabelecidas com esses espaços, ou seja, como os sujeitos se identificam com o monumento e, a partir disso, compreendê-las através de suas experiências, o que nos leva à reflexão da “interconexão entre práticas de afirmação e contestação política, que à primeira vista podem parecer isoladas entre si” (CORRÊA, 2007, p. 20). Nesse sentido, Oliva (2019) afirma que na conjuntura urbana, figuras representativas emergem, tais como a de Ignacio Agramonte, mas que elas necessitam, sobretudo, estarem conectadas

²⁶ No trabalho desenvolvido por Tamames (2001), a cidade de Camagüey ganha significado por ser uma cidade histórica. O autor dialoga com a iconografia, símbolos e os significados que a província carrega a partir do patrimônio e como um “texto cultural” a ser lido na perspectiva da história, da arquitetura, das artes e da geografia latino-americana.

àqueles que fazem do ato heroico o movimento de resistência, quer dizer, em estado *continuum*.

Los pueblos necesitan de sus héroes, con ellos leyendas y tradiciones marcan el presente y el futuro de una nación, construyen el imaginario popular que se transmite de generación en generación para afianzarse como muralla irreductible contra el olvido, por ello múltiples homenajes se realizaron en el pasado siglo XX para este padre fundador de la nación. Sobresalen las conmemoraciones del centenario de su natalicio y de su muerte en los años 1941 y 1973 respectivamente (OLIVA, 2019, [s. p.]).

Surgem então, outras possibilidades de práticas sociais atribuídas à figura do herói, e que vão além das homenagens vinculadas ao discurso oficial. A visibilidade da estátua também faz com que as relações cotidianas se fortifiquem e se propaguem. Segundo Fernández-Droguett (2017, p. 99), podemos dizer que práticas sociais têm potencial transformador de manifestações comemorativas, vivenciadas todos os anos e com o intuito de fazer recordar “hechos históricamente significativos y hacerlos visibles a los ciudadanos que se identifican en torno a ellos”.

O jornal Cadena Agramonte noticia que Aurelia Castillo de González²⁷ (24 fev. 2012, [s. p.]) comentou a força da visibilidade do monumento no dia de sua inauguração, em 1942, “¡... él siempre debe estar altísimo ante nuestra vista interior, como símbolo y eterno ejemplo de pureza moral, de cívica grandeza!”. Desse modo, Corrêa (2007b, [2003], p. 178) afirma que a cidade enquanto *locus* representativo proporciona “ela própria, uma forma simbólica que em certos casos, foi criada ou transformada visando a criar valor, contido nas próprias formas da cidade”. Ou seja, a trajetória existencialista do monumento perpassa gerações; é o significado político que atravessa o sentido cultural e se dilata, alegoricamente, no processo de construção identitário e emancipatório de Camagüey. Crespo (2019) descreve a figura do herói camagüeyano presente no dia a dia dos moradores da cidade. Para o autor, a morte de Ignacio Agramonte está materializada, mas sua imagem combativa segue perpetuada em homenagens póstumas,

Agramonte se multiplicó en cada combatiente. A cada instante de la vida en campaña volvía a recordársele una y otra vez. Su nombre citado de modo permanente atraía su recuerdo haciéndolo vivo, eterno, invencible. La Revolución con él mediante continuó adelante para dar a los cubanos nuevas victorias. La muerte no fue verdad... (CRESPO, 2019, [s. p.]).

²⁷ Aurelia Castillo de Gonzalez (1842-1920) foi uma escritora camagüeyana que se dedicou à escrita de contos e poesias, ela também é fundadora da Academia de Artes e Letras de Cuba, em 1910.

Por esse ângulo, consideramos que os monumentos em Camagüey, especialmente o Monumento a Ignacio Agramonte, por estar centralizado na praça, tem potencial de práticas sociais cotidianas, uma vez que ele se coloca como receptáculo das experiências vivenciadas pelos sujeitos, seja no cotidiano, seja nas manifestações comemorativas e reivindicativas. Em entrevistas feitas durante a pesquisa de campo, foi possível identificar que,

La estatua de Ignacio Agramonte es muy simbólica. Considero que el monumento no es solo una estatua, sino que un edificio también puede considerarse un monumento. Es el conjunto monumental que está vinculado al espacio público. Cuando imaginamos objetos escultóricos o edificios monumentales, es en el espacio público donde se materializa. Hay una clase de arquitectura que trabaja con la historia de los edificios y las clases se llevan a cabo en la Plaza Mayor, porque a su alrededor desarrolla varias tipologías arquitectónicas. Puedo hablar de valor, desde el punto de vista estético de los edificios eclécticos, y también decir que este es un espacio público al que nos referimos cuando hablamos de monumentos²⁸.

Todos los días a las 05:05 pm se lleva a cabo la ceremonia de la bandera. No es solo un culto a la bandera, sino también la estatua de Ignacio Agramonte. Él fue nuestro héroe y si somos quienes somos, es porque dio su vida por ello. (...) Cuando paso y están levantando la bandera, sigo mirando aquí. Son solo unos minutos, pero para mí es muy simbólico que soy ciudadano de camagüeyano²⁹.

A cerimônia recordada pela entrevistada Sr.^a L. A., está relacionada ao evento cívico que ocorre diariamente em respeito à independência e à revolução de Cuba. A cientista social da Oficina do Historiador da cidade de Camagüey e colaboradora da Radio Cadena Agramonte, Miozotis Fabelo Pinares, comenta outros atos cívicos acontecidos desde a instalação do monumento.

Desde las ocho de la mañana del 24 de febrero de 1912, el público colma los laterales y accesos del Parque Agramonte, mientras la Banda Municipal interpreta varias melodías.... Enfrente, en los salones del Liceo, adornado su balcón con los colores de la enseña nacional, las personalidades e invitados aguardan el comienzo del acto. Allí están, los generales Javier de la Vega, Lope Recio Loynaz, Maximiliano Ramos, y Eugenio Sánchez Agramonte. Los dos primeros, antiguos jefes del Tercer Cuerpo de Ejército del Camagüey (FABELO, 24 fev. 2012).

²⁸ Entrevista com a Sr.^a M. A. R., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Gabinete dos Professores do CECODEC localizada na Universidad de Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 18 de fevereiro de 2019.

²⁹ Entrevista com a Sr.^a L. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 19 de fevereiro de 2019.

Considerando esses acontecimentos anteriores, podemos entender os motivos pelos quais os monumentos tornam-se um dos mecanismos de práticas sociais, “representações da realidade, constituem manifestações dotadas de um sentido aberto, instáveis, sujeitas a inúmeras e por vezes contrastantes interpretações” (CORRÊA, 2008c, p. 128). Essa relação simbólica, criada a partir da construção de templos e conventos ao longo do século XX, marcam o espaço público da praça que, até então estava ausente e agora passa a ser o cenário de contemplação ao monumento (**Figura 11**) do herói camagüeyano, “graças à aparente objetividade que apresentam em razão da permanência que desfrutam ao apresentarem-se como fixos, comunicando informações impregnadas de intenções” (CORRÊA, 2008c, p.136).

Figura 11 – Monumento a Ignacio Agramonte y Loynaz



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Esses registros sobre o monumento a Ignacio Agramonte, em Camagüey, possibilitam compreender, nos próximos capítulos da dissertação, a relação

existencial dos sujeitos com o espaço urbano específico. O potencial aí embutido por si só não garante uma continuidade (trajetória) de seus monumentos, o que nos exige buscar um caminho que abrange tanto a preservação destes, quanto as formas de uso e apropriação do espaço público no contexto das cidades latino-americanas. Isso implica buscar, no presente, uma análise das práticas sociais no anseio de identificar a *ativação popular do espaço público* em Cuba, especialmente no espaço público da Praça Ignacio Agramonte, localizada no centro histórico de Camagüey.

1.2.1 GOIÂNIA: O MONUMENTO AO BANDEIRANTE E AS PRÁTICAS SOCIAIS LOCALIZADAS

Goiânia é uma cidade planejada arquitetonicamente (SILVA, 2010). Durante o processo de construção do seu tecido urbano, alguns personagens que remetem ao ato fundador da capital foram homenageados, no sentido de reforçar a imagem dos bandeirantes paulistas como desbravadores do Cerrado. Por exemplo, estátuas, nomes de praças, parques, avenidas, bairros, ruas e logradouros manteriam consigo a reverência a essa identidade regionalista criada.

Tal como a razão desenvolvimentista que os levaram ao sertão brasileiro, em busca de novos caminhos para o progresso econômico e propostas favoráveis à manutenção da política nacional no século XX, está a construção mítica do Bandeirante como símbolo dessa conquista. Essa imagem estaria “forjada” não só no discurso oficial, mas também na tentativa de eleger espaços públicos dignos de recebê-los aos moldes da reafirmação do mito nacional³⁰, e de uma referência socioespacial.

Sobre a expedição paulista, Pedro Ludovico Teixeira considera que a trajetória dos bandeirantes estaria fadada à edificação de Goiânia. Em um discurso proferido por Dom Francisco Aquino Correia, na cidade de Goiás, o Arcebispo de Mato Grosso remeteu-se à imagem de Ludovico³¹, associando-a com a dignidade de um bandeirante conquistador das terras goianas. Dom Aquino Correia pronuncia palavras vangloriosas sobre a instauração da nova capital Goiânia erguida por Pedro Ludovico, em missa aberta durante uma de suas passagens pela antiga capital Goiás, ele diz:

Estamos aqui, portanto, comemorando uma significativa e fulgida etapa dessa “marcha para o Oeste”, que encontrou um dos seus mais estrênuos vanguardeiros na pessoa do Interventor Pedro Ludovico, que nestes dias, com as revelações do seu Governo, se filia galhardamente na estirpe homérica dos Buenos da Silva, os ínclitos e lendários Anhangueras, descobridores de Goiás, fazendo jus, nos fastos da nossa nobiliarquia

³⁰ Sobre a mitologia do Bandeirante, Holanda (1986, p. 26), afirma que, “a verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo”.

³¹ Souza (2015) abordou, em sua tese de doutorado, o processo de construção mítica de Pedro Ludovico na formação de Goiânia. O autor busca uma análise por meio da trajetória de vida pública e privada do interventor e quais foram os caminhos traçados (e não traçados) por Ludovico. Com sua imagem projetada mitologicamente, Souza (2015, p. 171) discorre sobre os outros bandeirantes que ergueram a cidade e justifica a imagem de Pedro Ludovico como “terceiro Anhanguera”, parafraseando a fala de Dom Francisco Aquino Correia.

histórica, ao honroso título de terceiro Anhanguera (CORREIA apud PIMENTA NETTO, 1993, p. 35).

As homenagens associadas às bandeiras são, assim, projetadas em monumentos, como vestígios do passado, que são erguidos sob a vontade maior, por seu sentido lúdico, para reforçar a forma e o conteúdo político, pois possuem em si – numa perspectiva simbólica – elementos representativos do processo de ocupação para o Oeste, a ânsia por uma formação cultural brasileira. Corrêa (2005c, p. 7), argumenta que toda a produção humana é fruto da produção simbólica, presentes material ou imaterialmente, revestimos nossas vontades no mundo, nossos desígnios “constituem signos construídos a partir da relação entre formas, os significantes, e os conceitos, os significados.” Este é o caso de Goiânia e de tantas outras cidades brasileiras, a exemplo de São Paulo (VALVERDE, 2018), que contém monumentos a outros bandeirantes fixados em seus espaços públicos.

Para Goiânia, aos anseios de Atílio Corrêa Lima, as denominadas “Praças” gozariam de esculturas comemorativas, a fim de fazer com que os espaços públicos elucidassem a imagem e semelhança de seus construtores. Esse discurso direcionava para onde seriam as futuras instalações dos monumentos. Em meados de 1935, Lima (1979, p. 142) descreve que, “no cruzamento dos eixos das Pedro Ludovico, Araguaia, Tocantins, 10, 26, 34 e 35, deverá ser erigido futuramente um monumento comemorativo das bandeiras, descobertas, e das riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura de Anhanguera.” Porém, nenhum desses propósitos foram efetivamente implantados.

O jornal “A Notícia” (**Anexo 5**), publicou, em 1 de maio de 1938, a reportagem sobre “Os Monumentos aos Bandeirantes em Goyania”. Na ocasião, Antônio Sylvio Cunha Bueno, membro da Comissão Executiva da Campanha Pró-Bandeirante, falou da necessidade de angariar fundos para que o monumento fosse instalado no centro da cidade. As propagandas políticas e o tom do discurso da imprensa formalizavam o desejo dos administradores de Goiânia,

Os monumentos são páginas vivas da história de um povo, expostas aos olhos de todos, inclusive dos estrangeiros. É errôneo pensar se terem função meramente decorativa das praças e dos jardins. Mais do que um símbolo de gratidão, eles constituem um índice de cultura. A mocidade acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo movimentou-se afim de perpetuar em mármore a glória Imorredoura dos bandeirantes, essas legendárias figuras de semeadores de cidades e recuadores de fronteiras. É como que simbólico o fato de estar Goiânia a jovem capital do futuro Estado de Goiás, situada mesmo no coração do Brasil (BUENO, 1938, [s.p]).

Na América Latina, de maneira geral, o acesso aos espaços públicos desencadeia expressões de grupos sociais que manifestam suas reivindicações políticas, sociais, educacionais, de gênero, comemorativas, contracomemorativas, atividades do comércio formal e informal, dentre outros temas; o que todos têm em comum é o desejo de comunicar-se com o outro, restituindo o caráter público do espaço (BORJA, 2003; CALERO, DELGADO & ARMAS, 2014; RIBERA, 2019). Esses fenômenos evidenciam o cotidiano das praças, e quando relacionados às formas simbólicas “têm uma localização relativa, associada à visibilidade, mas, sobretudo, à acessibilidade face a toda a cidade ao espaço regional e nacional” (CORRÊA, 2007c, p. 9). Com um enfoque similar, Knauss (2003, p. 1), esclarece que, “não há nada de aleatório no logradouro de um monumento”.

De certo, a busca pelo financiamento para a fixação do Monumento ao Bandeirante interessava ao Estado de São Paulo e à Goiânia, focados na construção de um símbolo como bem maior da capital do Cerrado para o Brasil. Sylvio Cunha Bueno continua a carta, no sentido de incorporar essa ideia ao alcance de todos:

Esse empreendimento necessita do auxílio de todos, eis porque endereçamos esta carta a V. S. Sem seu apoio, bem como dos demais brasileiros, nada poderemos fazer. Mas estamos certos de que a semente lançada por nós, frutificará no seio generoso desta Terra abençoada que os próprios Bandeirantes foram os primeiros a tornar fértil todas as idéias uteis e patrióticas (BUENO, 1938).

Com os recursos angariados, a estátua foi criada pelo artista plástico Armando Zago e inaugurada em 9 de novembro de 1942, junto ao Batismo Cultural da Cidade. O homenageado, Bartolomeu Bueno da Silva, ou Anhanguera³², recebeu, nas terras goianas, o apelido indígena da língua tupi, “Anhangá”, cujo significado é “Diabo Velho” (FREITAS, 2004, p. 39). Do discurso à materialização, a escultura representava a elite paulista e aquela propriamente goiana, que nascia do autoritarismo político em prol da modernidade e da narrativa urbana por uma identidade cultural específica. Outros monumentos e bustos foram erguidos nos espaços públicos³³ de Goiânia, contudo, a

³² O *Segundo Anhanguera*, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, era assim chamado por evocar o passado de descobertas das terras goianas que teve início na expedição comandada pelo seu pai: “dos paulistas, perpetua a memória de Bartolomeu Bueno, o descobridor de Goiás, representante dos primeiros tempos de Goiás, de uma época mítica, de fausto aurífero, de riquezas mineradora que se dizia, tinha antecedido o longo período de estagnação econômica” (PINHEIRO, 2008, p. 28-29).

³³ Busto de Pedro Ludovico Teixeira no Palácio das Esmeraldas; busto de Andreilino Rodrigues de Moraes (prefeito de Campinas no primeiro momento da construção de Goiânia) na Avenida Paranaíba;

localização escolhida para receber a estátua do Bandeirante justificava sua posição no contexto da imagem da cidade, na direção Oeste da Avenida Anhanguera. Como assinala Choay (2006, p. 18),

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

Desse conjunto, a representação do Bandeirante no espaço público reordena e direciona as práticas dos sujeitos a uma concepção do lugar com significados e no contorno da construção do espaço urbano de Goiânia. Existe aí as possibilidades de pensarmos as práticas sociais dotadas de temporalidade urbana, constituídas a partir do monumento na Praça do Bandeirante, uma vez que ele pertence aos “objetos cujos significados podem ser recriados e apropriados por instituições e grupos com motivações, interesses e práticas distintas e, por vezes, contraditórias” (CORRÊA, 2005, [s. p]).

Em fotografias encontradas durante visitas feitas ao CIDARQ da Acervo da Universidade de Goiás, em Goiânia (**Figura 12**), foi possível identificar que a presença física do Monumento ao Bandeirante, na praça que leva o nome dele, foi erguida sob o propósito de ser o “herói oficial”. Presente no cotidiano da cidade, ele é parte da geografia histórica de Goiás (FREITAS, 2004), além de estar exposto como uma representação possível de práticas sociais localizadas, “o Bandeirante ali está, como lembrança a todos que passam pelo coração de Goiânia” (PINHEIRO, 2008, p. 29).

Tais práticas, por sua vez, podem gerar significados apreendidos pelo monumento a partir da interação sujeito e objeto. Ou seja, quando se pensa o monumento como um objeto da cultura e da política, a relação com os símbolos podem representar os sujeitos em suas múltiplas espacialidades, pois “as relações entre formas simbólicas espaciais e política são também dotadas de nítida

Monumento às Três Raças (simbolizando o negro, o indígena e o branco na construção de Goiânia) fixado na Praça Cívica; Solon Edson de Almeida (Superintendente do Departamento de Propaganda e Vendas da Nova Capital), cujo busto encontra-se na Praça do Relógio; Latif Sebba (Odontólogo, foi nomeado Sub-Promotor Público de Inhumas-GO, no ano de 1939), seu busto está na praça que hoje abriga o Viaduto Latif Sebba, na avenida 85, inaugurado em 2007 pela Prefeitura de Goiânia. Ver mais em: Iconografia: Documentação Histórica e Fotográfica do Acervo Artístico no Município de Goiânia. Org. Maria Madalena Roberto Cabral. Divisão do Patrimônio Histórico, 2008.

temporalidade” (CORRÊA, 2005, [s. p.]). Chaveiro (2011b, p. 46) exemplifica essa questão:

Os dizeres a cidade edificam registros de enraizamentos de sujeitos que ali nasceram, viveram e proclamaram cursos sociais de sua existência e desenvolvem um tecido de significações diferenciadas que se desdobram das vozes desses atores sociais de narrativas urbanas. Quem diz a cidade? Quem deve dizê-la? Ora, o curso diário da prática social inclui a narrativa de todos que formularam trajetos espaciais na cidade.

Figura 12 – O Bandeirante em Goiânia



Fonte: Autor desconhecido, acervo CIDARQ, Goiânia (1942)

Nos idos dos anos 1960, o início do processo de verticalização no setor central de Goiânia fez com que os edifícios comerciais, os carros, o fluxo intenso de pessoas, enfim, todos os elementos materializados no espaço público urbano recaíssem sobre a exposição do Bandeirante e de sua proposta inicial como concepção de monumentalidade. O monumento que estava visível e “acessível à população” (CHAUL, 2002) passa a ser agora parte do emaranhado de informações visuais da

cidade que cresce. Os hábitos criados pela população nesse movimento consideravam desde as atividades cívicas até o *footing* ou o vai e vem como uma opção de vivenciar a praça nas proximidades das Avenidas Goiás e Anhanguera (OLIVEIRA, 2003). Corroborando com esses momentos, Gomes (2012, p. 191) sinaliza que “as práticas sociais não são independentes de uma certa organização espacial, e reconstituir uma esfera pública implica redefinir o espaço, em suas dimensões física e simbólica”.

Os monumentos, nesse sentido, reforçam as “representações materiais de eventos passados, integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante a paisagem de determinados espaços públicos da cidade” (CORRÊA, 2005, [s. p.]). Certo de que sua escala permitiria uma maior integração, ao mesmo tempo em que interagiria com o espaço público (**Figura 13**), ao monumento criou-se o potencial evocativo e sinalizador das ações humanas, no arranjo espacial goiano e mito fundador de origem dos espaços públicos dele. Isto significa dizer que a dinâmica do lugar é inseparável das condições urbanas (GOMES, 2012), ao passo que, “la ciudad el resultado de las prácticas cotidianas de las personas que viven en ella (CALERO, DELGADO & ARMAS, 2014).

Dessa forma, o Bandeirante assume o papel do dominador e do colonizador, conforme descreve uma das entrevistadas:

A cidade é o reflexo da perspectiva da cidade globalizada dentro da disputa das cidades e das cidades para o consumo, ela passa a ser o chão da fábrica. Então, os monumentos de Goiânia se apresentam como piloto da abertura, integração e intensificação do capital na tentativa de criar uma imagem com o poder do colonizador³⁴.

³⁴ Entrevista com a Sr.^a M. C. H. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na residência da entrevistada, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

Figura 13 – Praça do Bandeirante, ao fundo o Banco do Estado de Minas Gerais



Fonte: Alois Feichtenberger, acervo MIS, Goiânia (Década de 1960)

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, dada a mudança de escala dos edifícios comerciais do centro da cidade, a praça que abriga o monumento sofre mais uma vez com intervenções em seu traçado característico, modificando partes que compõem o conjunto monumental. As políticas de patrimônio decidem intervir no trato do espaço público da Avenida Goiás e Anhanguera e, conseqüentemente, o monumento estaria ligado a essa valorização patrimonial. Informações disponíveis no site da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo – SEPLAM³⁵, mostram o quadro de bens culturais tombados ou preservados de Goiânia, no qual o monumento encontra-se como um entre os treze bens a serem protegidos por órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

A esse conjunto arquitetônico, o Bandeirante é uma imagem que, segundo Pereira (1997, p. 118), “serviu para conferir legitimidade a um novo movimento bandeirante”, e que hoje é salvaguardado pela lógica patrimonial. A lista de bens culturais tombados pela Lei n. 6.962, de 21 de maio de 1991, afirma que:

³⁵ Cadastro Municipal de Bens Tombados, 1992-2012. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

São considerados bens culturais do Município de Goiânia, de relevância histórica, não podendo ser alteradas as suas características arquitetônicas originais, o Coreto da Praça Cívica, a Igreja Coração de Maria, a Capela São José (Vila São José), o antigo Convento dos Padres Redentoristas (Campinas), o Cruzeiro da Praça Germano Roriz, a fachada da Igreja Catedral, o antigo prédio da Estação Ferroviária, o Grande Hotel (Av. Goiás), a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva (Praça do Bandeirante, o monumento às Três Raças (Praça Cívica), o túmulo da família do fundador da cidade, Doutor Pedro Ludovico Teixeira (Cemitério Santana) e o Palácio das Esmeraldas (BRASIL, 1991).

Chaul (2002, p. 233-4) afirma que o vínculo entre a cidade e o monumento aparece como a “(...) representação do nacionalismo, do bandeirantismo, da sagacidade do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo”. Nessa perspectiva, a permanência da estátua do Bandeirante torna-se uma valorização do passado, cuja lógica de sua existência pode estar relacionada às práticas sociais, retroalimentada pelas relações entre identidade, poder e espaço (CORRÊA, 2007).

No início dos anos 2000, a aglomeração e a apropriação no centro de Goiânia provocam uma ruptura no espaço público causada pela especulação imobiliária, desde a década de 1990 (LIMA, 2018). Isso provoca uma mudança na forma como as pessoas interagem com o monumento e o espaço destinado a ele. O conjunto monumental passa por sobreposições arquitetônicas, pelas articulações políticas, pela expansão urbana, pelo acréscimo de veículos automotores no centro, dentre outros motivos que forçam mudanças urbanas³⁶.

Em 2003, após uma avaliação dos bens culturais tombados pelo IPHAN, os governantes decidem modificar a altura do pedestal da estátua, na intenção de preservá-lo no espaço público que lhe foi destinado. Na ação proposta, o arquiteto e urbanista Jesus Henrique Cheregatti foi o ganhador do concurso público (RIBEIRO, 2007, p. 153). Em entrevista ao jornal “O Popular”, no dia 10 outubro de 2003, Jesus Henrique Cheregatti justifica as mudanças na altura do monumento, e diz que considera possível a elevação do pedestal para seis metros. Conforme aponta no trecho a seguir.

³⁶ Segundo Almeida e Araújo (2007, p. 3) “[...] Goiânia se insere no contexto do Patrimônio Cultural através de seu Centro Histórico no qual, através da Portaria 507, de 18 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União, em 24 de novembro do mesmo ano, foram tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). [...] O tombamento é um instrumento jurídico que coloca sob proteção do Estado os bens de natureza material cuja preservação seja de interesse público”.

A principal alteração no projeto envolve a estátua do Bandeirante, [...] deveria ficar elevada sobre um pedestal de 10 metros, mas sua altura foi reduzida para 6 metros. Além disso, seriam construídos dois pórticos dos dois lados do monumento, com cinco pilares. Os pórticos foram suprimidos e haverá apenas três pilares de iluminação de cada lado da estátua, lembrando as luminárias criadas pelo arquiteto Atílio Corrêa Lima (O POPULAR, 10 out. 2003).

Em 2009, no Plano de Ação para Cidades Históricas³⁷, são feitas algumas considerações sobre o estado atual do pedestal e da estátua. O diagnóstico final parece gerar preocupações sobre a sua exposição pública:

correu e talvez corre risco de desaparecer da paisagem cultural de Goiânia, conforme audiência pública realizada na Câmara de Vereadores. Não é conhecida a sua representação de símbolo: bandeirante; Marcha para o Oeste; identidade da Avenida Anhanguera e direcionamento para a antiga Villa Boa, atual Cidade de Goiás – (...) que tem entre os doadores - Ulisses Guimarães; do Batismo Cultural de Goiânia - 1942; evidência do “traçado em “cruz”, cruzamento da Av. Goiás com a Av. Anhanguera - depois utilizado por Lúcio Costa em Brasília; o obra e o artista plástico Armando Zago, o “artista da dor”, que expressa nesta arte elementos com a escala, do jazigo funerário - desconstruída pela elevação da base em altura e da escala do observador - altura da perspectiva desconstruída. Teria ali Armando Zago sepultado as diversas dores da história nacional e da cidade? (PAIVA, 2009, p. 30).

O monumento ao Bandeirante completa 77 anos em 2019. Os anos iniciais e a atualidade permitem identificar, por meio de fotografias, que a estátua carece dos diferentes olhares no presente, e que, além deste tempo, as práticas sociais localizadas fazem parte de sua história tanto ideológica, quanto simbólica, através de la acción simbólica, una multiplicidad de grupos desarrolla distintas puestas en escena de lo que son, de lo que han sido y de lo quieren ser” (CRUCES, 1998, p. 27). De acordo com Corrêa (2005, [s. p.]), os monumentos detêm de “forte potencial para perpetuar antigas tradições, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos”.

Em contraste com o espaço público nos anos iniciais, o atual momento do monumento revela alguns pontos importantes: o Monumento ao Bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva encontra-se exprimido entre o cruzamento das duas importantes avenidas, Goiás e Anhanguera, ilhado em seu espaço físico, inalcançável ao contato humano. Diante das entrevistas feitas em campo, há o relato sobre o cotidiano dos sujeitos e sua relação com o monumento:

³⁷ Elaborado em parceria com o Ministério da Cultura, Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Goiás, Governo do Estado de Goiás, Prefeitura de Goiânia e Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br>.

Antigamente o Bandeirante era uma praça onde havia principalmente manifestações, protestos e hoje a praça perdeu totalmente o seu espaço. Existe uma outra ocupação que vai além do monumento, ele pauta, mas não quer dizer que essa pauta é o motivo pelo qual ele estabelece as práticas. Quero dizer que você normatiza, mas a vida urbana se modifica e se apropria disso, a partir das intervenções feitas ali, mas não há essa fixação oficial do processo vital do espaço público³⁸.

No momento em que a Sr.^a Marcia Pelá que “existe uma outra ocupação que vai além do monumento, ele pauta, mas não quer dizer que essa pauta é o motivo pelo qual ele estabelece as práticas”, demonstra que o Monumento ao Bandeirante é entendido como um elemento “quase apagado” no espaço público e que, devido as mudanças no próprio espaço físico, outras referências espaciais foram estabelecidas após a sua instalação, gerando novas dinâmicas espaciais, novas formas de interação entre sujeito e objeto (**Figura 14**).

Sobre a presença física dos monumentos, percebe-se que a intencionalidade por trás deles é composta de poder político e identitário, que busca, por meio do discurso, no fio da história, a importância de mantê-lo no espaço público por gerações, a fim de garantir a manutenção das relações de identidade (LE GOFF, 2013). Uma vez que, conscientemente a narrativa oficial se encarrega de dar continuidade às formas simbólicas espaciais (CORRÊA, 2007).

³⁸ Entrevista com a Sr.^a M. C. H. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na residência da entrevistada, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

Figura 14 – O Bandeirante no espaço público de Goiânia



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

O *monumento* e sua presentificação no *espaço público* urbano de Goiânia coexistem de tal maneira que os registros feitos nos direcionam a uma análise para o próximo capítulo, em busca de entendermos quais são os olhares e a percepção do sujeito nesse espaço da praça que se encontra reduzido em tamanho, mas com potencial de múltiplas práticas sociais cotidianas. Assim, essa interação possibilita compreender o presente e os conteúdos simbólicos existentes, a partir dos monumentos que, como ponte de acesso ao passado, criam possibilidades de *ativação popular* no e do espaço público – do presente, na perspectiva de significação de um *patrimônio-territorial* (COSTA, 2016, 2017, 2018).



**O MONUMENTO E SUA FUNÇÃO PÚBLICA NA MEMÓRIA COLETIVA
LATINO-AMERICANA**

*As penas, sejam elas quais forem, tornam-se suportáveis
se as narrarmos ou fizermos delas uma história.*

Hannah Arendt

O atual capítulo lida com a memória na dimensão dos monumentos enquanto objetos anunciadores do espaço pretérito. Eles dão sentido à experiência da ordem do vivido e suscitam, no cotidiano, as lembranças do coexistir coletivo.

Nesse percurso, buscaremos reflexões face a memória coletiva sob análise de autores que dialogam entre o campo da Geografia, Antropologia, História e da Filosofia. Mais que um objeto de estudo da Ciências Humanas, a evolução de trabalhos sobre a memória e a história caminham em comunhão com os fenômenos históricos da sociedade. Desde a Geografia, o debate proposto neste capítulo pretende abordar a memória coletiva na ótica da América Latina, para compreender quais são as trajetórias existenciais e simbólicas que levam os sujeitos a interagirem com os objetos, nesse caso, os monumentos nos espaços da cidade.

Halbwachs (2003) nos indaga se a memória individual está suprimida à memória coletiva. Para ele, a memória individual “é uma condição necessária e não suficiente do ato de lembrar”. Podemos dizer que a passagem de uma para outra se dá por meio dos contextos sociais, por meio de dados e de acontecimentos no presente. Simbolicamente, a memória individual é, senão, um instrumento da memória coletiva, apenas um fragmento que tem pontos de convergências entre a recordação e o esquecimento, articulada em si mesma.

Para ele, a memória é coletiva e pertence ao sujeito na sua individualidade, a capacidade de lembrar. As forças sociais articulam e “localizam” as lembranças, no que o autor considera como “quadros sociais da memória”, uma vez que a memória coletiva é sempre a memória de um grupo. Assim, as memórias individuais formam um caráter relacional, em que é preciso um motivo de interação entre eles:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

De acordo com Halbwachs (2003), o esforço da lembrança é estabelecido pela memória no momento do presente e no passado. Mesmo que a lembrança tenha uma dimensão subjetiva embutida, ela faz com que o tempo se torne um elemento fundamental de reconstituição das experiências sobre determinados momentos da

nossa vida. Tal qual é o espaço, que molda os grupos ao passado em comum e nos condiciona à orientação espacial, por meio de objetos fixos: casarões, monumentos, igrejas entre outros conjuntos arquitetônicos considerados patrimônio. Portanto, ao partirmos da memória individual, constituímos a memória coletiva, por meio das lembranças. Para o autor, significa que

Outras pessoas tiveram essas lembranças em comum comigo. Mais do que isso, elas me ajudam a recordá-las e, para melhor me recordar eu me volto para elas, por um instante adoto seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois experimento ainda sua influência e encontro em muitas das minhas idéias e maneiras de pensar a que não me teria elevado sozinho, pelas quais permaneço em contato com elas. Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível. Aliás, eles não seriam suficientes. Uma ou muitas pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (HALBWACHS, 2003, p. 31).

Nora (1993) trabalha com a chamada Nova História e busca refletir sobre os novos desafios da historiografia contemporânea. O autor afirma que a memória tem um peso na atualidade por se tratar de uma memória moderna, “é uma memória registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela e desacelera os sinais onde ela se deposita, como a serpente sua pele morta” (NORA, 1993, p. 15). O autor aponta os argumentos que distinguem a história da memória, ao mesmo tempo em que convergem, ambas criam uma teia de significados.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9).

Em sua análise, os “lugares de memória” são locais onde os indivíduos do mundo contemporâneo sentem a necessidade de identificação. Pois os grupos existentes nas cidades primam por uma memória coletiva que seja vivenciada no cotidiano, em momentos que compõem as relações de pertencimento a algo, mesmo

que seja algo no/do pretérito, “o passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade como operação que, de um golpe a suprime” (NORA, 1993, p. 13). Para não cairmos no abismo da memória aparente e do poder artificial que ela carrega quando manipulada e distante da lógica do passado, devemos estudá-la pelo seu lugar, visto que

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

O filósofo Paul Ricoeur (2007) considera que existe a dialética entre a presença e a ausência, do esquecimento e da organização das coisas. Seus estudos baseiam-se, especialmente, em questionar o caráter epistêmico e verídico que compõem a memória. Diante disso, a análise ricoueriana chama atenção para o caráter da memória ou o que ele chama de “deveres de memória”, trata, de forma geral, como um ato em respeito às vítimas, aqueles retirados da margem do esquecimento. Assim, remete-nos ao que ele afirma ser uma memória justa, “é a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma de futuro e do imperativo” (RICOEUR, 2007, p. 101). E ainda argumenta que existe um segundo elemento fundante, que é o sentimento de dívida com os que já se foram, este, por sua vez, diz respeito à herança. Por esse viés,

O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário (RICOEUR, 2007, p. 101).

A imagem, a imaginação e a lembrança também fazem parte de sua obra, entre outros devaneios que colocam algumas dificuldades frente à tessitura da memória, além dos seus usos e abusos. O autor argumenta que “certamente, dissemos e repetimos que a imaginação e a memória tinham como traço comum a presença do ausente, e como traço diferencial, de um lado, a suspensão de toda posição de realidade e a visão de um irreal, do outro a posição de um real anterior” (RICOEUR,

2007, p. 61). Assim, para o autor, o ato de lembrar é dizer que a memória sempre está diante de algum objeto, ou seja, daquilo que a sua capacidade apreende ao ser apresentada pelo evento original, por algo que estabeleça esse elo, que é o objeto.

Costa (2012, p. 88) define que a dialética da memória emerge “nos processos de requalificação e renovação urbanas, quando abandonamos a essência e a própria presença física das coisas que, ao mesmo tempo, tentamos resgatar”. Uma melhor compreensão desse conceito passa pelo entendimento de que há, na cidade, uma dinâmica de relações sociais que se expressa numa tensão entre grupos sociais com interesses imperantes – material e simbólico; esse esforço está envolto nesse processo, pois “representam aquilo que foram e não poderão jamais reproduzir autenticamente, de modo que aquilo que foram esboça um elemento insubstituível do processo histórico, econômico e cultural” (*ibid.*).

Como acertadamente nos alerta Costa (2015, p. 122), há uma relação de resignificação, de poder, de uso e abuso que visa obliterar os lugares e as condições de vidas já existentes, por uma nova constituição forjada pelas demandas das políticas públicas de patrimônio:

A sobrevivência só é garantida pela transcendência da funcionalidade das coisas de consumo e a utilidade dos objetos de uso; talvez esteja na memória, na recordação, o suporte da permanência das ações e dos objetos, para o uso e para o abuso da sociedade de classes. Assim, na *dialética da memória*, o patrimônio passa a representar, pois, o movimento do basicamente útil para a rememoração coletiva ao fundamentalmente estético e mercantil para uma rememoração particular; é a hibridação da identidade coletiva e da identidade do e para o capital que redundando, paulatinamente, em uma diferenciação, em um afinamento, em uma abrangência e aprofundamento das emoções que passa a suscitar a cultura estética e a estética da cultura. O princípio unificador dessa estética, em âmbito universal, torna-se a própria história territorial.

A perspectiva teórica posta em movimento conduz ao que pretendemos abordar durante este capítulo e permite-nos avançar sobre o que já foi dito no primeiro capítulo da dissertação. Eleger os lugares de memória que abrigam determinados monumentos tem suas consequências de exposição pública permanente. As perguntas de quando e como a memória coletiva será ativada e despertada pelos indivíduos requer o exercício de busca por respostas sobre a função da memória nas cidades contemporâneas. Nesse sentido, materializados, os monumentos são esforços da sociedade que, por meio dos símbolos, projetam sua força coletiva.

2.1 O MONUMENTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA EM CAMAGÜEY E GOIÂNIA

Este capítulo busca uma abordagem considerando diferentes perspectivas de compreensão dos monumentos, trabalhando o espaço público como categoria analítica na abordagem geográfica e a memória como conceito que auxiliará nessa abordagem dos monumentos na América Latina. Ao articularmos sobre esses objetos espacializados em cidades latino-americanas, identificamos questionamentos relacionadas sobre quando e como a memória é suscitada e, sobretudo, quais são suas “matérias primas” (SARLO, 2007).

Nessa perspectiva, os monumentos são vistos como propulsor de acontecimentos relativos às histórias dos sujeitos, fazendo uma denúncia na sociedade moderna (NORA, 1993). Longe de serem um ser inanimado no lugar que lhes cabe, os monumentos são objetos fixados no concreto, mas possuem movimento e suporte para a formação de uma memória individual e coletiva.

Os monumentos de Ignacio Agramonte em Camagüey (Cuba), e do Bandeirante em Goiânia (Brasil), marcam sua expressão nos espaços públicos destinados a eles. Seus lugares de instalação que levam o mesmo nome das estátuas reforçam os substratos da memória coletiva como testemunhos do que aconteceu outrora. Estão ali nos espaços públicos das praças, presentes dia e noite, passíveis de interação, de intervenção e das narrativas que podem fragmentar ou unificar as experiências, cada qual com suas memórias específicas.

Diante disso, o acúmulo de memórias concebidas nos espaços públicos das cidades na América Latina desencadeia diversas situações que, *a priori*, não parecem estar relacionadas ao monumento, mas, ao suscitarmos as experiências, percebemos referências traçadas nele como um limite inicial. É o que pretendemos tratar neste capítulo, uma análise que propõem identificar as formas de acesso à memória coletiva por meio de monumentos em Cuba e no Brasil.

2.2 O MONUMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO COMO CHAVE DE ACESSO À MEMÓRIA COLETIVA EM CAMAGÜEY

Na visão ocidental, ao evocar Halbwachs, Abreu (1998) aponta que a relação criada entre cidade e sujeito serve, por um lado, como uma ponte de sustentação da memória compartilhada e coletiva, vivenciada nas cidades, de tal forma que as construções sociais são, por si, elos conectivos e de classes hegemônicas que detêm o poder sobre quais memórias deverão ser registradas. Abreu (1998, p. 86), argumenta que:

As classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições e que são também invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de "memória urbana", são eles, também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro.

Por outro lado, a memória coletiva engloba os componentes ao espaço público como um espaço de intercâmbio, implicando na preservação do conjunto e na singularidade do objeto em seu espaço de memória, formando "imagens espaciais", refletidas em nuances. Halbwachs (2003, p. 159) argumenta que "é verdade que a impressão de imobilidade predomina por períodos bastante longos e ao mesmo tempo se explica pela natureza inerte das coisas físicas e pela relativa estabilidade dos grupos sociais" e que, "quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resistem. O grupo se fecha no contexto que construiu".

Mansilla (2014), por sua vez, apresenta a abordagem de que a memória vem a ser constituída por espaços socialmente percebidos pelos residentes. Ao pesquisar sobre o bairro *El Poblenou*, no interior da Espanha, o autor enfatiza que não se trata apenas de buscar histórias individuais contidas no interior dos bairros, mas de fazer com que os relatos alcancem maneiras de serem ouvidas e legitimadas. Segundo ele, também "no se trata unicamente de erigir estatuas o nombrar calles, parques o jardines" (MANSILA, 2014, p. 4). Existem práticas de controle social que reforçam o esquecimento através das necessidades do poder, e somente a memória coletiva pode dar conta dos seus próprios desafios, que é o esquecimento "dentro de las

medidas paliativas que estabelecem los proyectos de renovación y transformación urbana, se encuentra no ya la creación, sino el rescate de ciertos elementos de referencia común colectiva”

Así, mientras el fin de la historia es averiguar sobre hitos, acontecimientos y fechas, interpretándolos y fijándolos en libros y clasificándolos en anaqueles, la memoria no se acaba nunca de materializar, pues al minuto siguiente de haber sido registrado, cualquier hecho, por pequeño que sea, puede unirse a la misma conformando una memoria distinta (MANSILLA, 2014, p. 14).

Portanto, esses elementos, às vezes, são vinculados aos sujeitos e aos espaços da ação coletiva “de dentro para fora” dos bairros, traçam representações sobre as cidades associadas aos monumentos, gerando, inclusive, uma maior capacidade de alcance comunicacional. Mansilla (2014, p. 4), ao citar Reyes Mate, salienta que a instalação de monumentos corresponde as políticas de memória sobressalente, “sobran monumentos a los vencedores y faltan lugares que nos ayuden a comprender y mejorar el presente”. Este fenômeno não é exclusivo das cidades europeias, ele corresponde também as cidades latino-americanas.

Como um objeto constituinte do espaço público, o monumento atravessa a temporalidade urbana, faz parte da narrativa histórica oficial, se incorpora à arquitetura do lugar e se constitui como importante testemunho do passado, ou seja, ele representa as trajetórias temporal e espacial de um grupo e da sociedade no espaço em que se situam. Logo, a composição do monumento diz muito sobre o *status* que lhe foi dado, é como se a procura por suas raízes memoriais dependesse, permanentemente, da manutenção e da valorização do passado. Não obstante, como parte do catálogo protegido pela UNESCO³⁹, as descrições indicam que personalidades nacionais cubanas tiveram espaços dedicados a estátuas equestres, o que revela a preocupação do Estado em perpetuar, do ponto de vista político, a imagem do herói trasladado para a cultura popular.

É o caso da praça principal de Camagüey, que carrega a estátua de Ignacio Agramonte, transformando-a cotidianamente em uma memória significativa e expressiva dos sujeitos. Sua localização fixa desempenha um papel muito importante na cidade, visto que sua transtemporalidade anuncia os processos relacionais na sociedade cubana que, há muito, encontram-se impregnados em construções de

³⁹ Propriedade para inscrição no Patrimônio Mundial e Cenário Histórico Urbano de Camagüey. Disponível em: <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1270.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

igrejas, casas e nos monumentos, entre outras formas materiais e do habitar. Segundo Adames (2019, p. 46), a memória coletiva é um ato de resistência por uma memória histórica de pequenos grupos subalternizados, que buscam preservar características do passado da população, diante do desenvolvimento urbano crescente, “y no como simples espectadores y receptores de estas transformaciones.” A autora faz essa reflexão a partir do caso concreto no Panamá.

No âmbito das análises teóricas, Tamames (2001) identifica a origem do nascimento da escultura agramontina, desde a sua idealização até o estado atual do conjunto arquitetônico e o entorno de seu ambiente. O esforço em harmonizar cada detalhe da escultura⁴⁰, com a projeção de significado para as gerações seguintes, cumpriria o propósito do monumento: a imagem de Ignacio Agramonte recorda os dias de luta e o movimento para um não-esquecimento desse momento. As condições materiais e imateriais necessárias para compor essa memória estão dotadas de características essenciais para a compreensão dos eventos que marcam os conteúdos gerados na praça, a partir do monumento que atravessa a vida cotidiana dos camagueyanos e dos sujeitos que transitam por ali.

Capaz de envolver uma boa concentração de pessoas, os momentos lúdicos e cívico-militares celebrados em praças que envolvem monumentos marcam a história-memória de Cuba, seu passado produz uma densa lembrança que contextualiza as cidades e os elementos simbólicos que caracterizam cada uma com suas concepções e suas formas (CHAOS, 2018). Essas condições recriam o que Lopo (2010, [s. p.]), entende por localidade e “demanda generada”, quando pensamos o urbano como uma janela aberta ao acesso e contato com os objetos de memória.

A memória coletiva, nesse sentido, constitui-se dos moradores que expressam, por meio de suas relações e ações, sejam elas pequenas ou grandes, as possibilidades de uma consciência comemorativa da comunidade. Bem como a Praça Ignacio Agramonte e a Praça da Revolução, ambas em Camagüey, Santiago de Cuba é um exemplo concreto desse processo, na iminência de uma memória que contemple espaços inerentes ao ato de recordar. García (2017, p. 66) os analisa

⁴⁰ De acordo com o estilo arquitetônico da época, o traçado da escultura foi pensado para dialogar com os demais edifícios do entorno da praça: o eclético. Segundo Tamames (2001, p. 139), a mescla das expressões barroca e eclética inspirou o desenho da escultura. O que para o júri escolhido, o escultor Salvatore Buemi “ha captado la esencia del héroe representado”.

Como referentes imediatos, se tuvieron el propio Parque Agramonte de Camagüey (situado al centro de la ciudad tradicional); la de Santiago de Cuba que se encontraba en ejecución, y a pesar de estar localizada a la entrada de la población, se encontraba alejada de la misma y donde se trabajó el espacio monumental y simbólico a partir de un gran esquema vial no peatonal con capacidad para más de 100000 personas y en su entorno edificado se concibió el concepto de un gran teatro, el Heredia, diseñado por el arquitecto Antonio Quintana, que no se abría a la animación de la plaza, sino se insertaba en ella como un espacio con vida propia, con acceso solo para las actividades programadas en su interior y no como zona transitable y de accesibilidad total.

Nota-se a importância de carga simbólica tomada desde a necessidade de um objeto que seja representativo para a população. Diferentemente do exemplo buscado em Santiago de Cuba, na cidade de Camagüey, o acesso às praças e à escala dos monumentos, sobretudo, o monumento a Ignacio Agramonte, corresponde ao prestígio de uma personalidade significativa que não se perdeu no fio da história, nem caiu no esquecimento. A conservação de sua imagem faz com que investiguemos os ensejos no horizonte de algumas reflexões norteadoras deste capítulo: em que medida se trata de unir as pessoas num espaço público específico, tendo como laço dessa união o conjunto monumental de Ignacio Agramonte? E em quais momentos da vida cotidiana os sujeitos compartilham do mesmo estado celebrativo, se o monumento é um alicerce do passado?

Lopo (2010, [s. p.]), ao analisar a memória, o território e o patrimônio de Tornquist, no interior da Argentina, identifica que os objetos classificados como “âncoras do passado” conformam os lugares desses espaços e, inevitavelmente, conservam, em si, características conflitantes das identidades locais. O autor elucida uma problemática maior por trás dos critérios do patrimônio institucionalizado e de sua gestão territorial: a dimensão social, ou ainda, a voz dos indivíduos silenciados pela dinâmica do patrimônio global promovido e a tarefa de manter os recursos territoriais, em nível local, com o apoio participativo da população.

Por isso, entende-se que o monumento e tudo o que ele comporta cria narrativas, o que nos induz ao seu caráter plural como um dos artefatos urbanos. Corrêa (2005, [s. p.]), afirma que a complexidade de sentido dos monumentos está calcada na:

plurivocalidade, que opõe celebração e contestação, que é o reflexo de leituras distintas de uma mesma forma material, expressando diferenças por vezes profundamente antagônicas, que dá sentido político ao estudo dos monumentos. Mais do que artefatos estéticos, são objetos em torno dos quais diversos confrontos podem se dar.

Por meio dos levantamentos históricos, identificamos diversas situações criadas, a exemplo da cerimônia de inauguração do monumento, que contou com celebridades e demais agentes políticos presentes no evento⁴¹. Imagina-se que, pelo momento de solenidade, uma nova concepção do espaço seria gerada dali por diante, criando uma memória coletiva comum, estimulada pelo sentimento de pertencimento (HALBWACHS, 2003), com suas práticas e referências, transcorrida no concreto, na palavra, na imagem e na interação com o objeto: o monumento (**Figura 15**).

Figura 15 – Momento após a retirada total da bandeira de Cuba do Monumento à Ignacio Agramonte



Fonte: Coleção Monumento à Ignacio Agramonte, acervo da OHCC, Camagüey (1912)

Para além desses registros, é importante destacar que, em sentido mais amplo, a memória coletiva corresponde aos grupos que dão suporte a ela enquanto existem

⁴¹ Em uma rápida busca pelo site Eured, identificamos alguns nomes presentes na cerimônia: “A la par en los salones del Liceo, adornado su balcón con los colores nacionales, las personalidades e invitados aguardaban por el comienzo del acto. Entre las primeras, figuraron los generales [Javier de la Vega Basulto](#), [Lope Recio Loynaz](#), [Maximiliano Ramos González](#) y [Eugenio Sánchez Agramonte](#). Los dos primeros, antiguos jefes del Tercer Cuerpo Ejército del [Camagüey](#). [Jorge Roa Reyes](#), hijo de Ramón Roa, quien llevara el Diario de Campaña del Mayor, igualmente estuvo entre los asistentes. También [Salvador Cisneros Betancourt](#), integrante del Senado cubano y [José Francisco Martí](#), hijo del Apóstol de la independencia cubana [José Martí](#), quien fue acompañado de su madre [Carmen Zayas-Bazán](#). Entre otras dignas camagüeyanas se ubicaron [Gabriela de Varona y Varona](#) y [Ángela Malvina Silva y Zayas](#), de heroica trayectoria de lucha”. Disponível em: [https://www.eured.cu/Monumento a Ignacio Agramonte \(Camag%C3%BCey\)](https://www.eured.cu/Monumento a Ignacio Agramonte (Camag%C3%BCey)). Acesso em: 06 de nov. 2019.

vínculos que os unem (HALBWACHS, 1993), compondo o pensamento histórico latino-americano, “las ciudades son como un libro abierto que conserva la memoria de sus habitantes, lo que forja un sentido de pertenencia y apropiación” (ADAMES, 2019, p. 2019). Não por acaso, suas implicações histórico-sociais e políticas resultam na complexidade da força simbólica revestida no entorno dos ambientes constituídos por esses eventos. A esse respeito, os lugares de memória, em conjunto com as práticas comemorativas, desempenham um papel chave nessa dinâmica, como um componente transversal, a partir das premências do presente, nas palavras de Vargas (2019, p. 150), “a través del tiempo ofrece una relativa estabilidad y continuidad a la constante recreación de sus memorias e identidades colectivas”.

Para Costa (2012), há o entendimento distorcido da memória, em cidades patrimonializadas, que negligenciam seus lugares e as vidas humanas em prol de critérios mercantis também inerentes às instituições globais do patrimônio⁴². Essa “dialética da memória” consiste numa insistente mudança da essência *singular* e *particular* da cidade, “na qual os objetos geográficos e os lugares são investidos de relações de poder que se perfazem na produção do mundo material e simbólico” (COSTA, 2012, p. 107).

Por essa perspectiva, parafraseando Ricoeur (2007), a representação do passado pela memória não é tomada naturalmente, pelo contrário, é marcada historicamente por consequência de condições objetivas, visto que o ato de recordar exprime algo mais latente, que é o que se faz ao recordar. O autor enfatiza a “presença ausente” como uma noção para compreender o papel da memória como fonte da coesão social, “(...) não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou *antes* que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40). E ao referenciarmos a memória pelos monumentos, percebemos neles uma lógica existencial que marcam determinados lugares de cidades contemporâneas:

Es debido al carácter “voluntario” del monumento que debemos acercarnos a ellos de una manera crítica, teniendo en cuenta que no son un reflejo fiel del pasado al que refieren, sino una visión de este que sus creadores querían

⁴² O autor tece o diálogo sobre o projeto de patrimônio universalizante em cidades históricas, na lógica do sistema capitalista e seu impacto nas periferias urbanas. “Através do uso, da troca e do simbolismo que se cria sobre as cidades históricas, o capital é capaz de fragmentar, subdividir e subjugar, absorver e recriar, metamorfosear e projetar seus sentidos histórico-memoriais, de favorecer distinções paisagísticas e territoriais. Em uma palavra, o capital mobiliza, em sentido amplo, e consolida, localmente, uma *dialética da memória*, quando se busca rememorar fatos e objetos no mesmo movimento de desconstrução das coisas fabricadas e alvos de tal recordação” (COSTA, 2015, p. 122).

legar a la posteridad; no es su mundo, sino como ellos querían que las futuras generaciones lo recordaran (VARGAS, 2019, p. 155).

Identifica-se que os sujeitos estão em comunhão tanto com seu passado longínquo quanto recente: “é *compartilhado na existência do cotidiano*”. Essa afirmação pode ser constatada nas entrevistas dos moradores da cidade, que se relacionam com os monumentos e os têm como representações espaciais formadoras de uma identidade local, das memórias individuais e coletivas:

por qué un monumento está aquí y no allí, qué significa, cómo se fundó y qué historia tiene con su espacio previsto. Esto es para hacerles saber la historia y también tomar posesión de la cultura desde el surgimiento de Camagüey. Por eso es importante para nosotros mantener la transmisión de la memoria en la escuela y más allá. Nuestras actividades en los parques, en las plazas, frente a la estatua de Ignacio Agramonte, son en estos lugares donde recordamos quiénes somos y tenemos una idea de los caminos que queremos seguir como ciudadanos de Camagüey⁴³.

[...] la memoria habita como parte de la cultura, que se apropia de la construcción y producción de espacios, lugares, monumentos como José Martí y Ignacio Agramonte, y el lugar donde estos objetos se consideran un espacio para el intercambio de tradiciones, experiencias y manifestaciones culturales que enriquecerán el espacio público⁴⁴.

Observa-se que ambos os entrevistados expressam um sentimento de orgulho: “esto es para hacerles saber la historia”; e o desejo de passar pelas gerações seguintes: “la transmisión de la memoria en la escuela y más allá”; o sentimento de pertencimento como mencionada pela Sr^a. M* “el intercambio de tradiciones, experiencias y manifestaciones”. Fica evidente que a construção da memória tem uma função a ser desenvolvida no âmbito das gerações futuras, e que, a partir delas, o reconhecimento dos sujeitos com os espaços – e propriamente com os monumentos – são parte fundamental na construção de uma memória coletiva, pois ela significa as nossas últimas referências de algo que já aconteceu, na realidade de um momento pretérito (RICOEUR, 2007).

Não basta que sua exposição seja durável, mas o fato de a escultura permanecer no lugar, durante séculos, reflete no modelo organizacional do espaço ocasionado pelas políticas de memória, “estos elementos singulares perseguirían convertirse en una especie de *hilo conductor* con el pasado de los vecinos”

⁴³ Entrevista com o Sr. R. G. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

⁴⁴ Entrevista com a Sr.^a M. M. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte em Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

(MANSILLA, 2014, p. 4-5), de modo que o monumento posto sobre tal influência reverencia que “no solo existen diferencias notables entre historia y memoria, sino que además, tanto una como otra, pueden ser usadas por determinados intereses para condicionar y garantizar comportamientos colectivos”.

Tais memórias suscitam diversas formas de manifestações nas quais se consolidaram no espaço ocupado pelo monumento a Ignacio Agramonte e que, ao longo do tempo, também contribuíram para que fossem ressaltados os aspectos experiencial e testemunhal, no sentido de salvaguardar bens e edificar lembranças. Assim, como valor cultural concebido:

Desde la inauguración del conjunto, el espacio popularizó su nombre de Ignacio Agramonte, resignificando el área que desde la segunda mitad del XIX se prestó a recreación social. A partir de entonces, asumió una connotación política que se reveló en ser punto de partida o llegada de manifestaciones y protestas contra regímenes republicanos. Como obra escultórica fue la primera pieza artística que, bajo el reconocimiento social, ocupó el espacio urbano de mayor significación histórica y cultural de la ciudad para orgullo de los camagüeyanos, que con satisfacción elogiaron el parecido físico entre la obra y el héroe representado en relación con la alegórica mujer empleada para representar a la patria. La inauguración significó un acontecer cultural en toda la ciudad (TAMAMES, 2001, p. 145).

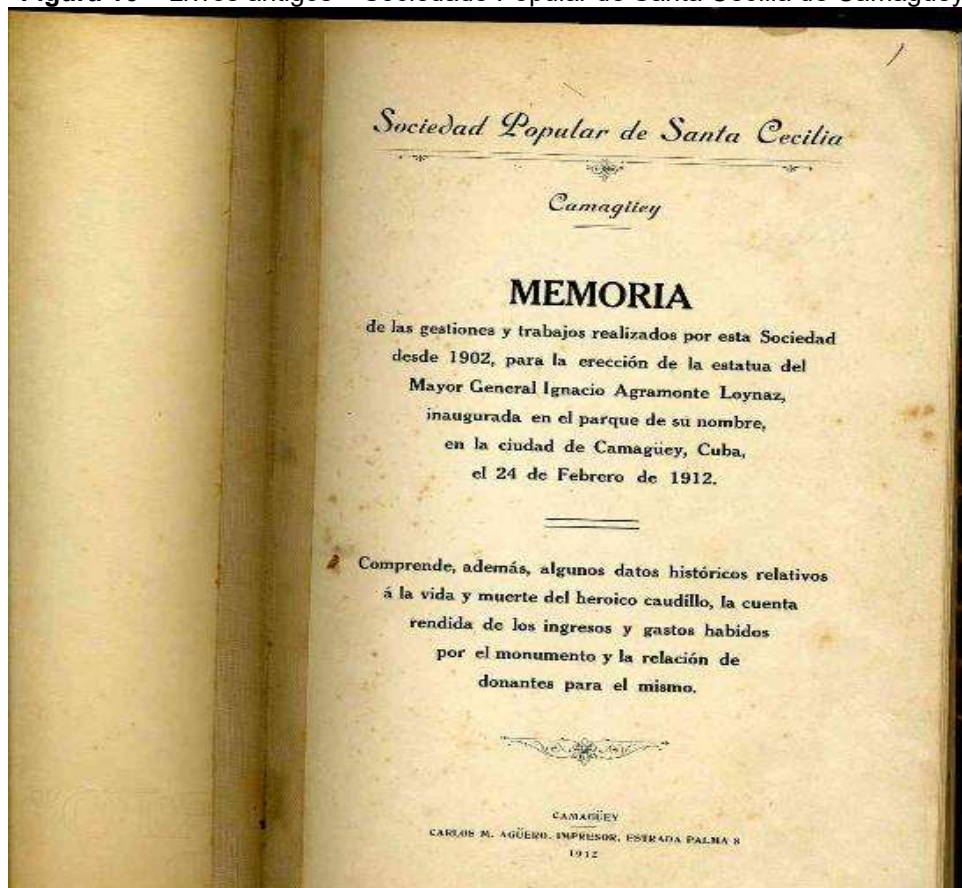
Instituições como a Sociedad Popular de Santa Cecilia de Camagüey, fundada em 1864, vincula a inauguração do monumento a Ignacio Agramonte a uma memória construída a partir da sociedade burguesa e intelectual. Tal fato sinaliza ações dos indivíduos que, em grupos, organizam um referencial de lembranças, cuja função é disseminar a importância da instituição e do monumento, com a intenção de desenvolver possíveis manipulações e deturpações de memórias e sobre elas, sua veracidade (RICOEUR, 2007). O poeta uruguaio Achugar (2003, p. 214) questiona a existência democrática da memória e suas formas de “justiça social” entre memória e esquecimento na visão de: *quando, onde e porque* a memória deve ser suscitada em âmbito nacional e local por meio dos monumentos,

el monumento, en tanto hecho monumentalizado, constituye la celebración del poder, del poder tener el poder de monumentalizar [...] Pero, al mismo tiempo, la representación es un borramiento, una tachadura, una cancelación pues el monumento borra, tacha, cancela toda otra posible representación que no sea la representada por el monumento [...] de ese modo realiza el mayor efecto del poder de la representación y la celebración: condena al olvido, a la invisibilidad, a la no presencia de aquello o aquellos que no tienen el poder para representarse o ser representados (ACHUGAR, 2003, p. 206).

Ainda, segundo Tamames (2001), a instituição de cunho privado (**Figura 16**) tinha como regra fundamental a segregação racial, e, para isso, seus membros deveriam ser brancos e ter boa conduta perante a sociedade. Esses requisitos vinculados à classe média de outras instituições privadas culminaram em atos racistas presenciados na praça onde o monumento foi fixado. Tamames (2001, p. 150) diz que

Desde lo alto de El Liceo, el 28 de noviembre de 1915, algunos individuos lanzaron disparos a varios grupos de negros que paseaban por el parque haciéndoles saber con ello que el parque era solo para blancos. El tema tuvo una ardua polémica por parte de la prensa, y algunas de sus notas, lejos de esclarecer con un sentido de igualdad el altercado, terminaron entrelíneas, testimoniando el difícil panorama racial en el espacio.

Figura 16 – Livros antigos – Sociedade Popular de Santa Cecília de Camagüey



Fonte: Mercado de Antiquidades Todo Colección ([s.d.]

A memória forjada pela Sociedade Popular de Santa Cecília, diz respeito a uma memória coletiva social que não comporta “todas as memórias”, pois mesmo se tratando do contexto no qual se localiza culturalmente, ela restringe, limita e segrega a diversidade, impulsionando a não-inclusão dos conteúdos das memórias individuais relacionados ao mesmo lugar (HALBWACHS, 2003).

Diante disso, a memória de grupos hegemônicos, que perduram no tempo e no espaço, forçam o movimento de incorporação à cidadania, utilizam da inauguração do monumento para difundir seus ideais e para estabelecer uma ordem civil e ideológica de acordo com seus princípios (ACHUGAR, 2003). Voltando ao pensamento de Halbwachs (2003, p. 162), “os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais”. Portanto, a memória coletiva faz parte de uma experiência essencial da vida, do que fazemos dela e com ela, ou seja, de seus usos e abusos. Nesse sentido, Ricoeur (2007, p. 102) afirma que

não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo mais sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama portavoz da demanda de justiça das vítimas. É essa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso.

A multiplicidade de memórias constituídas nos grupos e em momentos específicos nos leva ao monumento de Ignacio Agramonte como um dos caminhos a serem percorridos sob a rota turística da cidade-monumento (CHAOS, 2015). Através dessas memórias, a Oficina del Historiador de la Ciudad de Camagüey (OHCC)⁴⁵ tem produzido um papel específico na difusão imagética da escultura e sua hibridez na teia das relações (de consumo, do cotidiano e de lazer), que compõem a memória coletiva (de forma contextualizada), por considerar a estátua um atrativo situado dentro das políticas de conservação e preservação do patrimônio. Atos de promoção cultural⁴⁶ e focados no alcance de público consideram o monumento uma fonte de perpetuação da história sociocultural cubana.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.ohcamaguey.cu/?s=parque+ignacio+agramonte>. Acesso em: 19 nov. 2019.

⁴⁶ Cuba comemora o Dia da Cultura Cubana no dia 20 de outubro. Entre as atividades em espaços públicos, está o hino nacional *La Bayamesa*, escrito por Perucho Figueredo em 1868. Ele é tocado por bandas locais e cantado pela população em forma de coral. Em 2019, a Oficina del Historiador de Camagüey comemorou vinte anos de existência e foi celebrada no mesmo dia da comemoração pela herança cultural nacional. “En el acto celebrado en el céntrico parque Ignacio Agramonte, se colocó una ofrenda floral a la estatua de El Mayor y el dúo voces interpretó la letra íntegra del Himno de Bayamo, tal y como lo hicieron los propios bayameses el 20 de octubre de 1868. La Medalla Conmemorativa XX Aniversario de Oficina del Historiador de la ciudad de Camagüey fue instituida para reconocer a entidades y personalidades y de forma excepcional a trabajadores, involucrados en el arduo trabajo que por y para la ciudad se acomete”. Disponível em: <http://www.ohcamaguey.cu/reconocimiento-valido-a-los-que-trabajan-por-y-para-la-ciudad/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

Para Adames (2019, p. 37), o turismo é uma via de mão dupla que sustenta as práticas locais, ao mesmo tempo em que forçam os residentes a buscarem novas formas de viver e habitar, adaptando-se às estratégias de desenvolvimento turístico em cidades latino-americanas, “poniendo en peligro el tejido social del barrio y la pérdida de la memoria colectiva”. Por essa perspectiva,

se hace necesaria la participación ciudadana en la toma de decisiones tanto de los barrios afectados como del resto de la ciudad, así como de políticas públicas puntuales en cuanto a cómo encajan los residentes de estas áreas en las transformaciones de sus barrios (ADAMES, 2019, p. 45).

Costa (2015), ao evocar os preceitos de uma “dialética da memória”, constrói seu olhar sobre cidades da América Latina, que passam por processos de “patrimonialização global”⁴⁷. Por essa perspectiva, entendemos que o processo de eleição patrimonial de Camagüey sustenta esteticamente as concepções tradicionais do lugar, ao mesmo tempo em que se apoia em mecanismos culturalmente construídos sobre a lógica patrimonial e que organiza hierarquicamente os lugares, as classes sociais, circunscrevendo a memória (individual e coletiva) ao vislumbre desses lugares. O paradoxo reside na incorporação, cada vez mais crescente, pelo Estado-mercado nas políticas públicas de patrimônio, perfilam-se outras formas de exclusão e de divisão que acarretam desigualdade e abusos que ressignifica os lugares da vida, na perspectiva do autor.

A OHCC, utiliza-se do jogo de palavras e imagens, produzindo uma noção da memória incorporada aos valores sociais, políticos e dos próprios habitantes vinculados à história da cidade, unifica as lembranças que, ao mesmo tempo, registram uma coisa e esquece de outra (RICOEUR, 2007). A instituição aparece ainda como um órgão que renova as tradições e o novo como características da sociedade contemporânea (FALLS & CHAOS, 2018). Sendo assim, é possível afirmar que a memória dos residentes se mescla à memória dos viajantes que transitam pelo espaço público onde está o monumento, dentro da rota turística/arquitetônica?

⁴⁷ Segundo Costa (2015, p. 37), a patrimonialização global é um processo, incorpora o movimento que interage as escalas global-local no contexto do patrimônio urbano e perfaz as intervenções territoriais, acelerando as relações de produção econômico-materiais. Parte-se da interação universal-particular, capaz de revelar a complexidade da totalidade urbana, o que nos permite pensar o conceito patrimonialização global como “uma potência vertical de transformação dos lugares singulares, uma generalidade que transforma particularidades e que é movida, dialeticamente, pelas últimas”.

Segundo Chaos (2015, p. 663), a estrutura espacial de cidades como Camagüey potencializa o acesso à memória coletiva pelo monumento, pois os motivos aparecem

Dentro de estas agrupaciones numerosas ciudades patrimoniales o núcleos monumentales pueden seleccionar entre sus atractivos a componentes tangibles e intangibles entre los que pueden mencionarse a los templos religiosos que encierran valores arquitectónicos, históricos, artísticos y simbólicos, al patrimonio arquitectónico doméstico que define el mayor número de sectores en la morfología de las ciudades, al patrimonio civil y a los sitios históricos y conmemorativos muchos de los cuales se recuerdan a través de tarjas y monumentos.

Atualmente, a ação da instituição OHCC intitulada “Ciudad que vivo, CIUDAD QUE SOY, Campaña de Bien Público”, tem por finalidade mobilizar a população local ao cuidado de bens culturais e a fortalecer a responsabilidade cidadã. Uma vez espacializados, os símbolos tem seu entorno incorporado ao comércio, tornando-se parte envolvida na dinâmica espacial e no sentido funcional do Monumento a Ignacio Agramonte. Por fim, as atividades comerciais e turísticas são atribuídas ao espaço que abriga a estátua, os monumentos fixados neles “no permanecen estáticos, sino que advierten trayectorias, recorridos, están moviéndose constantemente” (VARGAS, 2019, p. 152).

Diferente do período revolucionário⁴⁸ na década de 1950, o legado de disputas por uma memória em Camagüey se mescla às campanhas institucionais impulsionadas pela qualidade de cidade patrimonial em escala global, desde 2008. Porquanto, a lógica patrimonial, conforme afirma Costa (2015), é resultante de processos e fenômenos globais ocorridos durante o século XXI, que impacta diretamente as cidades e seus habitantes em escala local. Esse movimento que atravessa as cidades patrimonializadas, faz com que a memória coletiva seja sucumbida diante da mercantilização dos modos de vida nas cidades, em favorecimento à “patrimonialização global”.

A nossa consciência individual nos desperta à memória coletiva, por meio dos “ambientes sociais que transitamos materialmente ou em pensamento”

⁴⁸ Segundo Tamames (2001, p. 167-8), o conjunto monumental está para a praça Ignacio Agramonte como “una obra de arte capaz de asumir y portar las más diversas y sutiles manifestaciones económicas, políticas, sociales y culturales que la contemporaneidad trae consigo, elementos complejos en sí mismos y en su vinculación. Sumamente interesantes resultan, en primer orden, los puntos de partida para las transformaciones que se operan en el parque y su entorno, en correspondencia con los presupuestos revolucionarios, caracterizados por centrar su atención en la sociedad y el espacio”.

(HALBWACHS, 2003, p. 69). A essa lógica, somam-se os fatos de que a memória coletiva vista pela ótica institucional enfatiza o conjunto de ações que buscam reafirmar o monumento simbolicamente ligado ao passado, nas entrelinhas de eventos ocorridos no presente em percursos turísticos. Cabe ressaltar que não se trata de enfatizar o papel das instituições frente à constituição da memória coletiva. Pretende-se trazê-las para o debate enquanto órgãos que conservam imagens que ainda atuam como referenciais na construção da memória.

Nesse sentido, a contrapartida dos grupos sociais afetados e excluídos está na força da memória coletiva e na resignificação das coisas e de si mesmo (RICOEUR, 2007). Exemplo disso, é o hasteio e arrio diário da bandeira nacional (**Figuras 17 e 18**), que se converteu em um evento institucional diário, mas que faz parte do conjunto de memórias criado nesse lugar, como resultado da interação com os fatos, os quais fortalecem a lembrança de cada indivíduo em seu contexto social (NORA, 1993). Ao analisarmos o monumento a Ignacio Agramonte como parte da vida dos camagüeyanos, tecemos o esforço de rememoração para que ele, enquanto integrante da memória coletiva, não caia no esquecimento.

El objetivo de preservar la memoria colectiva y sus manifestaciones culturales, sólo puede hacerse como resultado de una rigurosa investigación histórica que fundamente las acciones de intervención en los paisajes culturales urbanos y a su vez que fortalezca la denominada ciudadanía cultural (CHAOS, 2011, p. 165).

Figura 17 – A bandeira nacional sendo arreada em cerimônia simbólica, na Praça Ignacio Agramonte



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 18 – Cumprimento regular ao público após ato cerimonial da bandeira cubana



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Compreender os limites entre as reconstruções ou interpretações de Camagüey significa buscar entender a história e a memória coletiva que os sujeitos carregam, para ampliar o conhecimento geográfico, por meio de perspectivas que elaboram e escrevem o passado de acordo com as suas experiências individuais, no coletivo. Nesse sentido, conhecer o monumento a Ignacio Agramonte como um dos mecanismos de acesso à memória coletiva se faz tarefa imprescindível.

Cabe dizer que, no lugar onde o símbolo é visível, há um emaranhado de histórias que tecem conexões, situações, rede de significados e comportamentos, podendo desvelar os grupos sociais que reivindicam visibilidades tal qual àqueles que não estão presentes nesse espaço temporal. Conforme diz Galeano (1999, p. 216), “mais do que nos museus, onde os pobres se entendiam, a memória está no ar que respiramos; e ela, no ar, nos respira”.

2.3 PASSADO E PRESENTE: A ESPACIALIDADE DO MONUMENTO EM GOIÂNIA

Quando visitamos o centro de uma cidade, esperamos encontrar imagens, sons e cheiros que nos fazem querer permanecer no lugar. Esse misto de informações que nos chegam individualmente cria significados capazes de construir e reconstruir constantemente a nossa memória, por meio dos sentidos (HALBWACHS, 2003). Goiânia retrata a cena urbana produzida e pensada para agregar, na sua história, os espaços celebrativos, e sendo uma metrópole contemporânea, busca preservar os bens culturais materiais do tempo de uma cidade ainda em construção (CHAVEIRO, 2011). Mas, sobretudo, a importância simbólica vinculada a esses objetos materializados depende do conhecimento e reconhecimento dos sujeitos no campo das representações (BOURDIEU, 2007), e de uma legitimação desses elementos culturais.

Em seus estudos sobre os processos comunicativos dos monumentos no século XXI, Achugar (2003) afirma que há uma relação de objetivação desses objetos que conformam a memória. O autor destaca ainda que essa ligação entre sociedade e monumento vem de outras épocas:

Memoria, comunidad y relato o preservación del pasado han estado ligados desde siempre en la construcción de monumentos, especialmente en los funerarios. Más aún, muerte y monumento, memoria y comunidad, pasado y relato del pasado han sido materia permanente de las más diversas sociedades a lo largo de la historia (ACHUGAR, 2003, p. 198).

Ademais, esses processos apontam que por trás das disputas de memória existem perguntas que pairam sobre quem são os portadores legítimos de tais memórias? É possível que elas sejam mediadas, comemoradas, ou até mesmo petrificadas em objetos rememorativos? Esses questionamentos trazem à luz reflexões de Achugar (2004, p. 130) sobre a visibilidade e invisibilidade de estátuas petrificadas como fonte inesgotável de conhecimento do passado, “la angustia nace no sólo de la más que probable posibilidad de transformarnos de sujetos de la memoria em objeto de la memoria, sino también de transformarnos de amos de nuestra memoria em esclavos de la memoria de otros”.

O fato de Goiânia ser uma cidade-capital planejada, não quer dizer que ela fique engendrada numa utopia urbanística (CHAVEIRO, 2011; CHAUL, 2002), mas sim no traçado do desenho que a cidade terá, pois as relações sociais construídas em

cidades planejadas e não planejadas convergem entre si dentre diversos fatores: econômico, político, social etc., e é nesse instante da realidade criada, num determinado contexto de tempo, histórico e de lugar, que a cidade projetada revela sua particularidade específica, suas funções e características que a difere das demais cidades sem planejamento. São também nessas relações capazes de produzir memórias, narrar o passado e fazer recordar, que a função pública e o significado das esculturas emergem como “formas simbólicas espaciais” (CORRÊA, 2007).

A investigação proposta leva-nos a compreender as lacunas no espaço-tempo de Goiânia, para conhecer o seu passado e entender o que se passa com o monumento no presente. Dessa forma, as marcas ou a representação do passado, segundo Ricoeur (2007), são importantes instrumentos-chave que guardam narrativas e as desviam do esquecimento no silêncio. Quando falamos dos monumentos na direção do esquecimento, queremos dizer sobre a relação entre afirmação ou exclusão de seus significados na memória. Sob o mesmo prisma, Nora (1993, p. 09) salienta que,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações.

Segundo Fernández-Droguett, López e Piper (2018), os lugares onde os monumentos se espacializam tomam forma quando percebidos pelos sujeitos, variando de acordo com a reação de cada um, no seu íntimo, pois são aspectos vinculados à percepção do espaço físico, desenvolvidos na complexidade do campo da visão⁴⁹. Os autores chamam a atenção para a interpretação das experiências sintetizadas no que os sujeitos veem, ao mesmo tempo em que apreende o que vê, “la disposición hacia la memoria y mensaje propuesto por el lugar en el presente, puede conducir también a un posicionamiento generacional, no sólo por referencia a los hechos que se recuerdan” e qual sua influência nisso, “sino también a la forma en cómo se ejecuta ese recuerdo a través de las condiciones materiales y simbólicas que presenta el lugar” (FERNÁNDEZ-DROGUETT, LÓPEZ & PIPER, 2018, p. 4). Nesse ponto de vista, os monumentos contam a história da cidade num determinado período da sociedade. A constante rememoração do Monumento ao Bandeirante necessita

⁴⁹ Ver o debate mais aprofundado em Hall (2005).

ser reafirmada e ativada por sua imagem. Nesse contexto, as falas dos entrevistados nos convidam a compreender o passado,

Há uma disputa do processo de formação do pensamento da América Latina, por isso o símbolo é tão importante nesse link histórico, até mesmo para entender as outras memórias diversas. A exemplo da memória subjugada que vai sendo apagada, a partir da criação institucional e normativa, tem-se uma amnésia histórica do processo que coloca somente o processo europeu, colonizador, que seja do branco - a exemplo de Portugal. Porque a arquitetura tem esse poder, ela não define - entre aspas, mas ela é muito importante por que a paisagem diz isso. Os próprios espaços dizem isso, por exemplo, no México e em Cuba houve o crescimento do movimento onde as práticas sociais e a memória se fazem do processo em disputa, assim como na imagem do Bandeirante aqui em Goiânia. Não há ingenuidade, quem está no poder fará a manutenção disso e não há como ler o objeto, seja ele qual for, até as configurações das ruas, se a gente não compreender todo o processo histórico, e nesse contexto, o espaço geográfico é fruto disso⁵⁰.

O monumento pode interferir na vitalidade do espaço público na medida em que a memória social e política é absorvida pela população. Então, o monumento enquanto figura ali colocada e fixada, representa a vida e a história das pessoas. Caso contrário, não. Se você vai em Cuba e vê uma estátua do José Martí, a criança vai saber quem foi, a população também. Se você chega em Manágua e vê um Sandino, as pessoas vão saber, mas você chega em Goiânia e pergunta – quem é esse Anhanguera? -, para a população que vem de ônibus e a população que está vendendo as bugigangas ali no centro de Goiânia, eles não vão saber quem é o Anhanguera, ou seja, há uma distinção do saber. O saber está relacionado à vivência e a identificação ao mesmo tempo em que está relacionado à memória. E a memória, no caso da população de Goiânia, passa por um processo de constante destruição para uma reafirmação do branco, do coronel que veio de São Paulo trazendo o Bandeirante. No máximo a população sabe que existe o Bandeirante, mas quem ele é, ou o que fez, não... Não há essa relação⁵¹.

A intencionalidade original dos monumentos passa por várias reconfigurações conforme a época e conforme o usuário também. Por exemplo, para alguns, o monumento é o local que dá abrigo noturno para dormir, mas não resta dúvidas que o monumento é um marcador físico do espaço urbano, sendo uma referência espacial dentro da cidade, ele orienta para ensinar endereços. Outro exemplo é quando falamos das políticas de cultura urbana, em que há a necessidade de manter os monumentos no calendário de datas festivas, ou significativas para a cidade, é onde as políticas de memória variam e alguns podem até mesmo acentuar, enfatizar esse sentido original. Essa é a maneira de passar de geração em geração⁵².

⁵⁰ Entrevista com a Sr.^a M. C. H. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na residência da entrevistada, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

⁵¹ Entrevista com o Sr. J. P. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Sala dos Professores da Faculdade de Educação da Universidade de Goiás (UFG), localizada no Campus I - Setor Universitário em Goiânia (GO), no dia 29 de julho de 2019.

⁵² Entrevista com o Sr. P. C. A. B., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Sala dos Professores da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), localizada no Campus II – Samambaia em Goiânia (GO), no dia 30 de julho de 2019.

Os entrevistados falam sobre a permanência e a transformação de símbolos na formação da América Latina, até chegarmos na escala local de Goiânia. Quando a Sr.^a Marcia Pelá diz que: “a memória subjugada vai sendo apagada”, diz respeito a uma reflexão sobre o quê e o porquê que as sociedades pensaram e pensam a respeito da existência de sobreposição dos tipos de memórias, quais práticas memoriais ressaltam a memória oficial e afugentam outras. O Sr. José Pietrafesa, utiliza-se, por exemplo, da “vitalidade do espaço público”, que coloca à tona alguns temas da cena pública ou do reconhecimento, a partir das leituras espaciais do passado, sobretudo quando afirma que: “o saber está relacionado à vivência”, trazendo diferentes visões que acentuam memórias. Por último, o Sr. Pedro Célio fala da localização espacial dos monumentos enquanto elementos fixos: “ele orienta endereços” de casas, comércios, igrejas, bares, entre outros aspectos de rememorações referentes aos calendários anuais. Conforme afirma Fernández-Droguett, López e Piper (2018, p. 4), “los lugares desarrollan un trabajo con la espacialidad y la materialidad con el fin de situar y comunicar sus memorias”.

Nesse sentido, a memória opera no presente, e nesse processo diário há uma relação direta entre ela e a política. A sua dimensão política, como nos lembra Le Goff (2013), depende necessariamente de ser constituída por grupos que estão no poder, – no campo da ação de uma memória social e de uma memória política –, o que nos ocorre dizer que a memória coletiva passa por fragilidades pelas quais a história oficial elege os conteúdos, as comemorações e os rituais celebrativos dentro de um viés ideológico e dotado de intencionalidade. Essa perspectiva vai ao encontro da *dialética da memória*, no âmbito das cidades em processo de renovação, que acentuam os “projetos de modernização do território, com mudanças formais, de maneira que, por vezes, propicia a demolição de bens construídos” (COSTA, 2012, p. 89).

Nora (2009, p. 09) afirma que a memória se torna um mecanismo de afirmação das identidades, “a ideia de que são os coletivos que têm uma memória implica numa profunda transformação do lugar dos indivíduos na sociedade e de sua relação com o coletivo”. Portanto, o fenômeno da espacialidade ocorre, pois, na organização do espaço urbano onde são desveladas as complexidades que, quando analisadas, apresentam as materialidades produzidas, descortinando os significados existentes nela e por ela (KNAUSS, 1999; CORRÊA, 2005).

Segundo Vargas (2019, p. 156), levando em consideração as especificidades da espacialidade dos monumentos que necessitam de mecanismos também específicos de apreensão, – até mesmo de suas memórias –, os monumentos

Dejan de ser los emblemas extraordinarios y espectaculares que alguna vez fueron (o que se planeó que serían) para constituirse en meros puntos de referencia o encuentro de los ciudadanos. Los monumentos encarnan y legitiman un régimen político, un orden social, una historia. Es por eso que cuando estos regímenes, órdenes e historias son desafiados por revoluciones u otras movilizaciones, los monumentos son uno de los primeros blancos de ataque. Casi siempre son destruidos.

Assim, as representações espaciais evidenciam uma relação visual com o entorno, inserindo os sujeitos nessa dinâmica, ao mesmo tempo em que o espacializa (VARGAS, 2019). Por essa perspectiva, os estudos sobre os monumentos enfocam a espacialidade, elevam a celebração e a contradição, a iconografia, a localização, o poder comunicacional e o alcance espacial; esta última já seria, em si, geográfica, por permitir uma articulação da espacialização e da interpretação das formas simbólicas, pois ela está sujeita à ação humana e à temporalidade,

Por meio da necessária espacialidade que os monumentos têm, implicando em localizações fixas e dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado face aos modernos meios eletrônicos de comunicação que instantânea e simultaneamente produzem imagens impregnadas de intenções, no entanto, os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valor estético e simbólico (CORRÊA, 2005, [s. p.]).

Diante dessa afirmação, é como se o Monumento ao Bandeirante através da sua trajetória simbólica tivesse “findado” seu percurso feito na Marcha Para o Oeste e paralisado no tempo e no espaço, concretizando-se por meio da espacialidade da escultura no espaço público da atual capital de Goiás. Por meio da experiência com os lugares de memória, conseguimos visualizar e compreender “las dimensiones sensoriales y emocionales de a interacción” (FERNÁNDEZ-DROGUETT, LÓPEZ & PIPER, 2018, p. 4) que os espaços de memória carregam.

E São Paulo colocou o Bandeirante bem no centro da nova capital goiana, no cruzamento das Avenidas Anhanguera com a Goiás – como que vindo do leste, olhando, caminhando para o oeste, alimentando o mito, talvez insinuando que aqui tudo começou com um intrépido paulista, que a história de Goiás é herdeira do descobridor paulista, sua antiga capital foi fundada

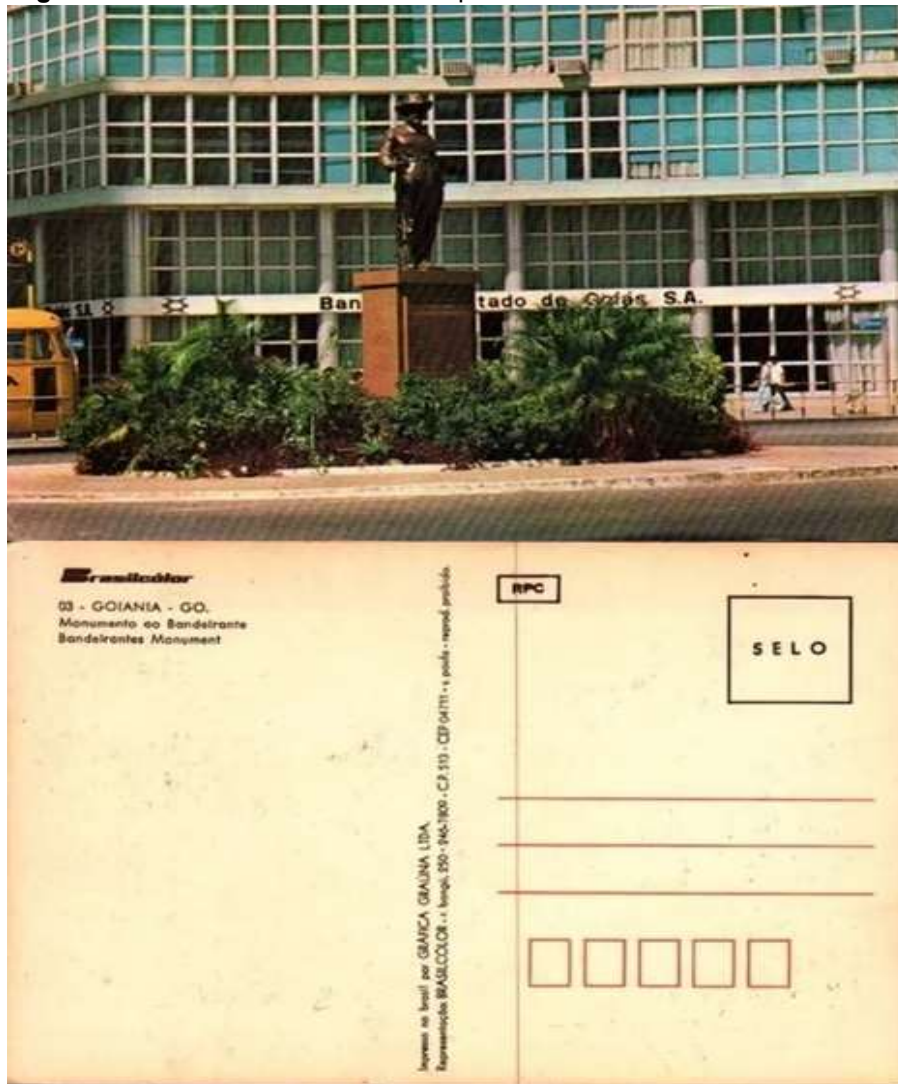
por ele – sua nova capital inaugurando um novo tempo não poderia apagar feitos tão memoráveis (PINHEIRO, 2003, p. 28-29).

Dentre alguns cartões postais de Goiânia feitos na época de sua construção (**Figura 19**) está a imagem do Bandeirante, que, ao mesmo tempo em que chamava a atenção de turistas, também se consolidava entre os moradores em efeito propaganda como “a nova capital do Cerrado” (PINHEIRO, 2003), reforçando assim a presença das bandeiras paulistas na construção de uma memória coletiva. Duas reflexões nos auxiliam a pensar sobre esse cartão postal, uma delas é que o centro urbano foi projetado e desenhado pelas mãos de arquitetos e que contêm nesse traçado interesses modernistas embutidos (CHAUL, 2002; PINHEIRO, 2003). A outra reflexão está na latência de uma memória coletiva daqueles que a construíram com suor e trabalho, mas que, embora a tivessem erguido, não teriam sua memória preservada em quaisquer lugares de lembranças⁵³. Segundo Vargas (2019, p. 164),

resulta fundamental que sean las propias víctimas o comunidades quienes, desde sus territorios y de acuerdo con sus intereses, perspectivas y representaciones, narren sus pasados, hagan sus duelos, propongan sus propias iniciativas y tácticas de hacer memoria, más allá de las políticas de memoria oficiales del Estado o de las demandas del mercado capitalista.

⁵³ O professor Dr. Pedro Célio Alves Borges, é sociólogo e representante da Universidade Federal de Goiás na Comissão Estadual de Memória, Verdade e Justiça de Goiás. O autor faz um importante estudo sobre fragilidade das políticas de memória no âmbito da capital goianiense, sobretudo, a respeito do Monumento ao Trabalhador em Goiânia, que foi destruído entre 1969 e 1986. Dentre as ações de ativistas feitas pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), está o derramamento de piche que, por sua vez, resultou num processo de degradação ainda maior: a carência de cuidados com a obra arquitetônica e as diversas intervenções ocorridas na praça que leva o mesmo nome, culminou em seu desaparecimento material do espaço público. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n2/0102-6992-se-32-02-00345.pdf>. Acesso em: 9 de dez. 2019.

Figura 19 – Frente e verso do cartão postal do Monumento ao Bandeirante



Fonte: Autor desconhecido. Mercado Livre – Gráfica Brasilcór ([s.d])

Mesmo que Goiânia tenha emergido de um marco zero, sua materialidade urbana pode ser capaz de produzir conteúdos simbólicos que se retroalimentam e criam, através dos monumentos, as representações espaciais como marcos referenciais de memória. Em síntese, ao evocar a escultura por meio da espacialidade, Corrêa (2007, p. 10) afirma que os elementos de representação espacial estão expostos no presente para:

- Glorificar o passado, acentuando alguns aspectos julgados relevantes para o presente e o futuro;
- Reconstruir o passado, conferindo-lhe novos significados. Nesse caso, como no anterior, algumas tradições podem ser reinventadas;
- Transmitir valores de um grupo como se fossem de todos. Nesse caso estão envolvidas fortes relações de poder;
- Afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social. A identidade nacional tem sido objeto de inúmeras formas simbólicas;

- Sugerir que o futuro chegou, sendo portador de características julgadas positivas;
- Criar “lugares de memória”, cuja função é a de estabelecer ou manter a coesão social em torno de um passado comum.

Tais momentos se acentuam em acontecimentos, muito mais neles do que nos livros, que guardarão consigo outras perspectivas e *status* dos fatos. O ponto de reflexão sobre os monumentos diz respeito aos seus lugares de memória e, portanto, “os motivos de memória viram-se sobre si mesmos, duplicam-se em espelhos deformantes que são sua verdade. Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores” (NORA, 1993, p. 23). Para Achugar (2003, p. 131), são as tensões e conflitos criados nesses lugares que redimensionam a ordem e a estabilidade evocadas pela interação com os objetos e seus “motivos” existenciais.

O assunto dos eventos que envolve a espacialidade do monumento vem com destaque pelo jornal Diário da Manhã, publicado online, em 17 de fevereiro de 2016. A notícia intitulada “Policiais militares agridem mulheres durante manifestação” relata, no decorrer do texto, que manifestantes caminharam por pontos de encontros específicos, até pararem na Praça do Bandeirante. Lá eles manifestaram algumas pautas sobre o sistema de transporte público coletivo, dentre outras demandas locais e nacionais:

Os estudantes se reuniram às 17h30 de quarta-feira na Praça Universitária em manifestação contra o aumento da passagem de ônibus, que passou de R\$3,30 para R\$3,70. No meio da praça, os jovens empunhavam cartazes de protesto e cantavam rimas chamando os cidadãos para vir à rua ajudá-los. Entoavam as palavras “Não pago, não pagaria, transporte público não é mercadoria”. Homens, que os jovens julgavam ser policiais sem farda, chegavam perto do grupo e se afastavam após os gritos dos manifestantes. Quando estavam todos reunidos, os manifestantes andaram pela praça em direção à Avenida Universitária, passando pela Praça Cívica, Avenida Goiás. O grupo parou por fim na Praça do Bandeirante. Até o presente momento a manifestação foi tranquila, cinco carros da polícia acompanharam o grupo dos 250 manifestantes até seu destino. Lá os jovens pararam e se sentaram no meio do cruzamento da Goiás com a Anhanguera espalhados pela avenida. Em meio à discursos em repressão à imagem da estátua do Bandeirante, considerado pelos jovens “assassino de índios” e afirmando que ele “não representava o povo”, os estudantes queimaram sacos de lixo cheios de papel ao pé do monumento. Sem qualquer policiamento para impedir a depredação, logo após o ato, estudantes arrancaram a placa que contém informações sobre a estátua e por fim a jogaram em meio ao fogo (DIÁRIO DA MANHÃ, 2016, [s/p]).

A notícia em questão sinaliza para um episódio coletivo, onde o descontentamento com a política de preço no transporte público parte do individual para um conjunto de pessoas com objetivos comuns, por meio da socialização. Porém, diferentemente de outras matérias que constam fotografias como parte da ação comunicacional e jornalística, apenas o texto informativo foi encontrado no site do jornal. Segundo Vargas (2019, p. 152), atualmente os meios de comunicação têm contribuído para transmitir o propósito de grupos sociais, dando visibilidade e continuidade sobre seus assuntos reivindicados nesses espaços. O alcance comunicacional está, sobretudo, ancorado “en aquellos lugares de sociabilidad en donde sus integrantes convergen: plazas, parques, avenidas, escuelas, etc.” Para evocar nossas lembranças, precisamos da mediação com o outro, ou seja,

não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2003, p. 39).

O intercâmbio das experiências⁵⁴ também é fundamental para impedir que a memória seja suprimida e para que haja a preservação dos saberes dos sujeitos na vida cotidiana. Vargas (2019, p. 152), ao citar Nora (1993), destaca ainda a importância de se conhecer o passado por meio dos “veículos de memória”, pois são eles e por eles que os lugares constituem movimento, fricção, ação e reação presentes nos fluxos das cidades. Ricoeur (2007, p. 98) enfatiza que há uma função exercida pelas narrativas, especificamente, “que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração”. Logo, ainda que no limite da dúvida sobre o peso de cada uma, as ações dos grupos correspondem a uma memória coletiva mais densa do que daqueles que proporcionam um meio adequado de eternizá-la (HALBWACHS, 2003).

Como vemos na imagem abaixo (**Figura 20**), a fotografia feita por um dos presentes⁵⁵ na mesma manifestação de 2016, tem algo a dizer para além do texto

⁵⁴ Benjamin (1994) afirma que a experiência está ligada as nossas lembranças e esquecimentos. O autor explica que “somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado com o desaparecimento dessas coisas, como o poder da morte” (BENJAMIN, 1994, p. 210).

⁵⁵ A fotografia foi autorizada pelo autor para constar na produção da dissertação.

jornalístico citado anteriormente. O título original da foto faz associação ao jogo de palavras e imagens, o que nos lança a questão sobre a homenagem feita pelo Estado de São Paulo à Goiás, por meio do Monumento ao Bandeirante: a pessoa de feito notável na história do nascimento da cidade, construiu seu mito heroico sob qual(is) narrativa(s)?

Figura 20 – “Herói de quem? Para quem?”



Fonte: Miguel Alves (2016)

A dicotomia criada na imagem do monumento, como um símbolo de todos, revela uma suspensão no espaço-tempo. Ao fazermos a leitura da fotografia que trata do passado recente, encontramos problemáticas vinculadas “aos acontecimentos fundadores” (RICOEUR, 2007, p. 98), e de sua imprevisibilidade enquanto um objeto cristalizado. Em uma perspectiva similar, Fernández-Droguett, López e Piper (2018, p. 2) destacam algumas reflexões sobre a ditadura militar no Chile, onde os visitantes vão aos lugares de memória e, a partir desses locais, os autores contrastam as reações das gerações mais novas sobre o passado recente do país,

La relación entre estos espacios con sujetos que no corresponden a los emprendedores de memoria ni a los gestores del lugar, resulta fundamental para comprender el poder que éstos tienen en el procesamiento del pasado desde un punto de vista social más amplio, más allá de las funciones de reparación simbólica hacia las víctimas que está contenida en todos ellos. Abordar esta relación permitiría conocer las potencialidades que estos lugares tienen para la construcción de memorias en otros actores sociales, pertenecientes a distintas generaciones, y que no fueron víctimas directas de violaciones a los derechos humanos.

Amplamente, os autores fornecem subsídios para se pensar que em determinados locais vinculados às violações dos direitos humanos, pessoas de outras gerações estão invólucros nos processos de construção da memória coletiva no contexto social, cultural e nas tensões políticas do país.

No caso de Goiânia, o passado do lugar, no sentido de salientar o direito à memória, especificamente nesse lugar – visto que nele abriram-se caminhos urbanos –, é pulsante em relação a outras memórias que seriam capazes de descrever históricos de vida dos grupos coletivos ou de indivíduos (para além das narrativas oficiais contadas), quer dizer, as potencialidades estão embutidas em locais que identificam os sujeitos na relação espaço-temporal. Nora (1993) considera que os lugares onde a memória se cristaliza passa por um processo de ruptura com o passado, numa espécie de submissão ao esquecimento pelo qual a sociedade atual passa. Segundo o autor, as ditas “sociedades-memória”, vividas no período em que a conservação de tradições era repassada em grupos como a família, a igreja, o estado, a escola, passam atualmente por uma crise emergente de eventos sociais, relacionados ao processo de globalização (SANTOS, 1996).

Os setenta e sete anos que separam a implantação da escultura no seu lugar de memória são marcados por eventos, tais como, reivindicações, manifestações sindicais e diferentes formas de ativismos, dentre outras práticas espaciais que atualizam a memória coletiva recriada fora do contexto de uma memória oficial e que vai se sustentar no presente através da memória; e na vertente do passado, como um documento-monumento, como nos lembra Le Goff (2013). Por essa perspectiva, a espacialidade do monumento provoca, intermitentemente, uma tensão entre a relação histórica do Bandeirante e a transmissão do saber, produzindo o que Nora (1993, p. 23) considera que os “acontecimentos emergem para sempre a ele ligados”.

O tempo presente também está na constituição do nosso patrimônio histórico ou cultural, e este, por sua vez, é salvaguarda do acervo da memória coletiva pelo processo de tombamento arquitetônico e urbanístico (CHOAY, 2006; LE GOFF, 2013).

Não quer dizer que ela esteja paralela à patrimonialização, mas sim caminhando lado a lado, dialeticamente, face aos câmbios urbanísticos que requalificam as cidades-patrimônio no mundo contemporâneo (COSTA, 2013, 2015). Não nos deteremos em aprofundar o debate sobre patrimônio, mas cabe levantar questões importantes que dialogam com o conceito de monumento, espacialidade e de memória coletiva, tratados neste capítulo.

Nesse sentido, o Monumento ao Bandeirante tendo um *status* patrimonial concebido pelo IPHAN, torna-se um vetor do tempo e de indagações sobre seus significados, de atribuição de valores incorporados como testemunhos e de diversas memórias, protegidas pela legislação brasileira referente ao tema (BRASIL, 1988). Para Adames (2019, p. 39), as ações desenvolvidas nesses espaços, a partir deles como parte de uma função restauradora de esfera pública e comunitária, faz com que as memórias coletivas se apaguem, “las ciudades se encuentran múltiples elementos que le recuerdan a sus residentes y ex residentes un pasado de experiencias y recuerdos que conservan en la memoria.”

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (CIDARQ)⁵⁶ da Universidade Federal de Goiás recebeu, em 2009, uma doação do acervo pessoal sobre a instalação do Monumento ao Bandeirante e recortes de notícias de diferentes jornais da época, que reproduziram os acontecimentos na praça vinculados a sua imagem. O órgão realizou uma exposição pública de fotografias e de documentos sobre o monumento, entre 2009 e 2010. A descrição dessa atividade no site diz que, “mediante a exposição e sua história, o público pode construir caminhos para reflexão sobre os monumentos que povoam nossas cidades e reavivar a memória e a história daqueles que participaram da saga, sacrifícios e feitos, mas ficaram no anonimato” (CIDARQ, 2009-2010, [s. p.]).

O fato de um acervo familiar ser doado a uma instituição de preservação da memória corresponde ao acesso às informações e à leitura no primeiro ponto de vista

⁵⁶ Em 1987, o acervo pessoal foi doado pelos familiares de Dr. Antônio Sylvio Cunha Bueno à Universidade Federal de Goiás, e somente em 2009 a documentação esteve aos cuidados do CIDARQ. Segundo o órgão, “os documentos receberam tratamento arquivístico e estão disponibilizados para consulta pública na base de dados de descrição arquivística ICA-ATOM. Foi realizada higienização, acondicionamento, classificação, descrição e a digitalização do acervo documental, composto dos 468 documentos textuais e 35 documentos fotográficos. A classificação e a descrição do acervo foram realizadas com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, para garantir e facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional”. Disponível em: <https://www.cidarq.ufg.br/p/9559-exposicao-monumento-aos-bandeirantes-2009-2010>. Acesso em: 10 de nov. 2019.

pelo sujeito do grupo familiar, e a segunda vista pelos novos leitores que terão contato com o acervo no ambiente de exposição do passado. E é justamente nessa transição que a questão da memória coletiva é colocada à postos⁵⁷.

Ressalta-se aqui, enquanto algo hipotético, o movimento de contrapartida analisado pelas trajetórias de vida dos sujeitos – nos grupos, nas comunidades, que fazem da memória coletiva um suporte de *resistência* a esse movimento global. Buscamos, portanto, o outro lado que reside na perspectiva da memória apresentada por Costa (2017, p. 55), na dimensão do patrimônio-territorial⁵⁸, pela tomada de consciência dos “sujeitos situados e em situação espacial”, como refere o autor.

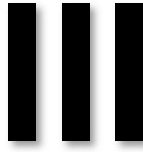
Goiânia seria uma cidade pensada, planejada e representada, simbolicamente, a partir da espacialidade do Bandeirante e do ponto de vista desse conjunto arquitetônico? A batalha por uma memória forjada em um sentido da história oficial e eternizada pela materialidade do Bandeirante não depende também dos sujeitos coletivos que farão com que seu significado seja transmitido por gerações? Compreendemos até aqui que, sem os motivos que estabelecem a relação entre eles, dificilmente haverá o sentimento de que a memória dele pertence a nossa, de tal maneira que fazemos parte de sua essência.

As homenagens associadas às bandeiras são projetadas em monumentos como vestígios do passado, erguidos sob a vontade maior por seu sentido lúdico ou que reforcem a forma e o conteúdo político, e que possuem em si – do ponto de vista simbólico – elementos representativos do processo de ocupação para o Oeste, e simultaneamente integralizam a dimensão espacial do Bandeirante, na ânsia de uma formação cultural brasileira, na existência de uma memória individual e coletiva.

Através do percurso feito durante os trabalhos de campo, serão apresentadas, no próximo capítulo, narrativas encontradas que culminaram na existência espacial do Monumento ao Bandeirante, no sentido de encontrar a relação da tríade: monumento, a praça e sua ativação popular.

⁵⁷ Halbwachs (1925) apresenta em seu livro intitulado “Os quadros sociais da memória”, as primeiras noções da memória coletiva. O autor aponta reflexões acerca dos estudos do filósofo francês Bergson, que criou a teoria da dupla memória.

⁵⁸ O debate sobre este conceito será aprofundado no terceiro capítulo desta dissertação.



**A UTOPIA NECESSÁRIA DA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO:
“a *pracialidade* e o monumento”**

*El mundo tiene dos campos: todos los que aborrecen la libertad,
porque sólo la quieren para sí, están en uno; los que aman la
libertad, y la quieren para todos, están en otro.*

José Martí

3.1 O FENÔMENO DA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO NA AMÉRICA LATINA

Inicialmente, cumpre ressaltar que há, em nossa história latino-americana, um passado difundido pela tradição econômica e política colonial que utiliza de mecanismos violentos na segregação e dominação dos grupos sociais (QUIJANO, 2005).

Diante disso, buscamos, nesse capítulo, pensar ou propor alternativas para romper com os processos constituintes de base impositiva cultural e social à América Latina, como estimula Costa (2018, p. 2), ao retratar o quadro de vida dos sujeitos urbano-rurais subalternizados por esse processo; para tanto, o autor indica o conceito de “patrimônio-territorial” no prisma latino-americano, que compreende “una utopía de resistencia popular que afronta por medio de sujetos, grupos y bienes culturales no institucionalizados la ideología que legitima históricamente la colonialidad del poder y del saber”. A partir disso, podemos levantar questões que pautam as práticas sociais e os movimentos contra-hegemônicos, que ainda hoje, estão sob os riscos de velhos interesses dos grupos dominantes⁵⁹. Nesse sentido, o patrimônio-territorial, visa reconhecer resistências espaciais populares:

a partir da sistematização de um conhecimento popular situado, por meio de uma agenda de iniciativas sociais, organizativas, administrativas e universitárias, todas locais. Tais ações e pesquisas podem contribuir para identificar, catalogar e mapear o acervo simbólico da história territorial dos subalternizados latinos, para intervenções concretas na implantação de roteiros patrimoniais de assentamentos [com sinalização interpretativa], museus temáticos de bairros, restaurantes criativos com respeito à história de formação e alimentar do lugar, espaços ou centros culturais e de identidade local, espaços de lazer ou recreação, cafés com artes locais, bares temáticos e outros (COSTA, 2016, p. 9).

Sobre a perspectiva do patrimônio-territorial, o autor indica que sua ativação popular protagoniza o que resiste espacial e popularmente nas cidades-campo latino-americanas, pois diz respeito ao movimento da ação individual para a práxis coletiva,

⁵⁹ O caminho de construção dessa dissertação vem de preocupações levantadas no GECIPA/UnB, coordenado pelo prof. Everaldo B Costa. O grupo de pesquisa problematiza resistências culturais em territórios urbanos-rurais, a partir de um olhar interno sobre a América Latina e o Caribe. A proposta que aqui se desenvolve, entende que o fenômeno da ativação popular do espaço público (pelo patrimônio-territorial), tem raízes sociais e culturais nos sujeitos latino-americanos, busca por meio de uma epistemologia situada, alternativas que afirmam a nossa cidadania e a nossa *resistencia* (COSTA, 2017).

a partir de uma prática cultural ou política em setores ou pontos do território; envolve apropriação, usos e o direito à cidade ou seus setores (COSTA, 2017). Nesse sentido, o elo entre a ativação do espaço público e o patrimônio-territorial, segundo Costa (2018, p. 20), consiste na “relación directa entre **acceso, movilidad y movilización** con la constitución de espacios públicos en América Latina y el Caribe”, que se faz presente na interação entre o mundo objetivo e subjetivo, na qual a ativação popular carrega a essência da sociedade que resiste e se apropria dos espaços públicos, que o mobiliza, bem como na valorização e preservação de saberes, fazeres e fatos:

La emergencia del espacio público, accesos, moviidades y movilizaciones favorece la continuidad, por ejemplo, de las fiestas populares mitigadoras de riesgos, por fomentar solidaridad espacial. La cultura popular, expresada como patrimonio-territorial, exige la descolonización del pensamiento y de las prácticas eurocentradas del patrimonio en América Latina y el Caribe (COSTA, 2018, p. 21).

A resistência forma práticas sociais mencionadas e adquire perspectiva geográfica, por localizar, suscitar e mobilizar o que o autor entende como *duração espacial* dos sujeitos na América Latina. Portanto, o fenômeno da ativação popular (sinônimo de práxis espacial popular) defendido por E. Costa aparece como potencialidade de ressignificação do espaço público, pelo conjunto de valores simbólicos gerados pelos habitantes, que valorizam a relação efetiva (e afetiva) entre os campos da subjetividade e da objetividade como possibilidades de experiência espacial, por meio do patrimônio-territorial latino-americano.

Em diálogo, o conceito de “pracialidade” proposto por Queiroga (2003) nos estimula a pensar os espaços públicos em seus usos tradicionais e contemporâneos. Ao problematizar as relações sociais estabelecidas nesses espaços, é possível criar situações, apropriações espontâneas, práticas sociais (espaciais) próprias da vida pública, por meio da pracialidade. Queiroga (2003, p. 140), defende que, em sua origem conceitual, a pracialidade envolve ações comunicativas da vida pública, ações políticas e ações representativas que exercem forças, especialmente, no campo simbólico, “(...) pracialidades são, portanto, concretudes, existências que se situam no espaço-tempo, participando da construção e das metamorfoses da vida pública”:

Tratou-se de reconhecer que as ações que outrora caracterizavam as praças públicas – convívio, encontro e manifestações públicas – lugares por excelência da esfera pública geral e da esfera pública política, não mais se estabeleciam com exclusividade neste espaço livre público. As ações típicas da praça verificam-se nos mais diversos espaços em função dos diferentes contextos urbanos que assim lhes propiciam ocorrer. Por exemplo: –

manifestações políticas em avenidas simbolicamente importantes de cidades médias e grandes; – campinhos de futebol em periferias, sobretudo aos finais de semana, em função do tempo livre das classes trabalhadoras, transformam-se em ricos locais de convívio e encontro público; – certas praias urbanas, frequentemente lindas a bairros de elite, diante de sua visibilidade pública e alto poder imagético, se prestam não somente para o lazer e convívio cotidianos, como também para protestos públicos ocasionais (QUEIROGA, 2012, p. 60).

Em sua análise, a pracialidade se desdobra para além dos espaços já formalmente denominados como lugares públicos, são logradouros, ruas, parques, largos, jardins, que podem desnudar um “estado de praça” ao serem apropriados eventualmente ou numa constância, desde que se predomine como lugar de encontro e permita a comunicabilidade (QUEIROGA, 2012). O poder atrativo e as possibilidades de interação, criam motivos da pracialidade.

A crítica que o autor faz refere-se ao contexto urbano, em bairros que concentram médio e alto poder aquisitivo, mas com densidade baixa e reafirma que “as praças centrais são mais dinâmicas, conflituosas, carregadas de memória e história, mesmo que, em muitos casos, as municipalidades não cansam de reformá-las, mais do que restaurá-las”, em vista daquelas que estão desprovidas de cuidados, “em bairros periféricos, a precariedade na implementação de praças é regra, mas a existência de pracialidades em espaços improvisados pela população, e o intenso uso das áreas qualificadas demonstram a pertinência de investimentos públicos (...)” (QUEIROGA, 2012, p. 95). Quer dizer, os usos e apropriações constroem o sentido simbólico da pracialidade:

Sem dúvida, a praça revela a vida pública, ou a ausência dela, em relação à sua vizinhança. Não existe uma boa praça, enquanto forma-conteúdo, se o contexto urbano não lhe é favorável, pois não basta bom projeto e boa manutenção para garantir apropriações públicas e diversificadas (QUEIROGA, 2012, p. 95-96).

Assim, parte-se de uma perspectiva que expressa o cotidiano dos sujeitos nos espaços públicos ou a *ativação popular do espaço público* no debate do *patrimônio-territorial*; ativação significativa de “um elemento de resistência e mobilização popular nas periferias latinas, quando as expressões que envolvem autonomia política, econômica ou cultural dos empobrecidos tendem a ser estigmatizadas socialmente” (COSTA, 2017, p. 65). Esse fenômeno que envolve as cidades na formação dos espaços públicos, resulta em uma imagem carregada de símbolos que podem ou não

gerar uma ativação popular específica, a partir dos monumentos como representações espaciais históricas.

Essa base conceitual possibilita indagar o espaço público das praças Bandeirante em Goiânia e Ignacio Agramonte em Camagüey, onde o sujeito é visto como o protagonista que esclarece a dimensão social de tais espaços públicos, a partir das práticas sociais exercidas que desvelam as possibilidades de uma ativação popular. A pesquisa pode contribuir no caminho da reflexão crítica que debata a duração e a vida social das cidades, na ótica da preservação patrimonial na América Latina, de modo a compreender os processos que levam aos sentidos dessa preservação e às potencialidades aí embutidas, pelo sujeito em *situação espacial duradoura*, como entende Costa (2016).

Quando as perspectivas teóricas na academia tomam forma e criam meios de análise do espaço, direcionamos a nossa compreensão aos fenômenos socioculturais, objetivando entendê-los sob a orientação que estabeleça a base e os procedimentos para realizar o estudo de caso. Nesse sentido, a investigação sobre a ativação popular do espaço público como processo de resistência espacial latino-americana, vem numa dimensão que busca dar conta da descrição, apreensão e da categorização de alguns elementos espaciais constituintes das cidades escolhidas.

Camagüey e Goiânia são duas cidades com realidades diferentes, mas que apresentam situações semelhantes quanto ao espaço urbano latino-americano. A busca por oportunidades, o reconhecimento do lugar, a defesa de causas e as transformações visíveis nos espaços públicos, mostram espectros de questões que ligam a ativação popular (como um elemento da cultura espacial urbano-rural), as criações, ações e representações existentes nas cidades.

Trata-se, portanto, de analisar os espaços públicos da Praça Ignacio Agramonte em Camagüey e da Praça do Bandeirante, em Goiânia, no ensejo de encontrar, nas entrevistas e na empiria, uma experiência singular das partes e do todo que interagem, – reconhecendo que o objeto é movimento –, para interpretar os fenômenos através da abordagem geográfica, que por definição, compreende o empírico como método fundamental que não limita a teoria, pelo contrário, agrega ao conhecimento teórico revisado no empírico (COSTA & SCARLATO, p. 644, 2019). São elementos simbólicos que suscitam os significados tanto de seu espaço público, quanto dos monumentos inseridos no ponto central de cada uma das praças (**Mapa 1**). Em exposição pública permanente, a dimensão diurna e noturna dos monumentos

acompanha a vida dos sujeitos, cada uma reservada a sua natureza fenomênica. Logo, a busca de compreender a relação entre espaço público e monumento é a proposta original deste trabalho, incorporando a abordagem da ativação popular e da pracialidade, o que perfaz um desafio e estímulo para seguir e aspirar, também, uma utopia urbana.

Essa pesquisa se apresenta como um dos caminhos possíveis de uma compreensão da realidade, a partir da leitura dos monumentos em Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil), e a ativação popular do espaço público na América Latina. O esforço pela compreensão das representações, envolve a concreticidade do espaço, tendo a cidade como um fato e o simbólico, por culminar os sentidos da experiência urbana do sujeito ou do entrevistado, pois há uma relação entre a subjetividade e a materialidade do mundo, ou seja, o empírico não apresenta de imediato a concreticidade do mundo, mas uma parte da realidade a ser decifrada na dimensão subjetiva-objetiva do mundo, como analisam Costa e Scarlato (2019).

3.2 O ESPAÇO PÚBLICO COMO POTENCIAL DE PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL (Pp) NA AMÉRICA LATINA

Como já indicado, esta abordagem emerge da preocupação com as resistências espaciais, que culminam no fenômeno da ativação popular do espaço público, pelo viés do patrimônio-territorial significativo de lugares, saberes, práticas culturais e religiosas da maioria popular latino-americana. Maioria que busca resistir cotidianamente nas periferias urbano-rurais do continente. Tal ativação interpreta as práticas dos residentes nos lugares, que são os conformadores de concretas possibilidades futuras desde o presente, sua função é “o reconhecimento da importância, da influência, da resistência e da opressão pela qual passaram os povos ancestrais no bojo da dominação, da representação e da valorização do espaço continental” (COSTA, 2017, p. 71). As práticas sociais que pressupõem o cotidiano são evidenciadas nos espaços públicos, e quando fazemos a abordagem em uma escala macro na América Latina, percebemos um movimento de resistência espacial face ao processo civilizatório europeu e suas consequências (LEMOS, 2018).

Essa prática social, histórica e culturalmente situada, torna-se ainda mais complexa quando miramos o interior de cada país da América Latina e Caribe. Tal complexidade de sentido foi um dos motivos que impulsionou E. Costa a realizar um minucioso estudo sobre urbanização e patrimonialização no continente, pesquisando sete cidades de cinco países, incluindo Ouro Preto, no Brasil, e Lima e Cusco (Peru), Guanajuato e Guadalajara (México), Camagüey (Cuba) e Portobelo (Panamá)⁶⁰.

Em seu artigo intitulado “Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe”, Costa (2018) faz a análise geográfica do nível de riscos (*R*) e o potencial de preservação (*Pp*) dos sítios considerados patrimônio da humanidade, focalizando as cidades anteriormente citadas. O estudo trouxe importantes dados que revelam a emergência de um mapeamento das resistências sociais localizadas e dos territórios vulneráveis que estão sob diferentes tipos de riscos e vulnerabilidade. Costa (2018, p. 2) faz uma denúncia dos problemas que incidem sobre as cidades citadas, a tese defende que esses problemas afetam

⁶⁰ Por um critério rigoroso de eleição, as cidades escolhidas para análise crítica, estão, de acordo com o autor, na rota do turismo mundial. Além de serem consideradas patrimônio por órgãos institucionais em escala global e por terem atrativos urbanos em risco (COSTA, 2018).

diretamente a qualidade de vida e o próprio patrimônio declarado ou não declarado, no continente:

los principales riesgos para el patrimonio latinoamericano y caribeño provienen de la asimilación e incorporación regional de una política de preservación eurocentrada. Adoptada de manera irrestricta, dicha política descuida la fuerza de participación consciente de los sujetos locales en la elección de bienes declarados y no declarados. Se observa una paradoja cuando los riesgos que afectan el Patrimonio Mundial del continente se incrementan debido a la fuerza de la racionalidad eurocéntrica.

Ao pesquisar a cidade de Camagüey, Costa (2018) apresenta dados que colocam a cidade cubana no contexto de um patrimônio sumamente valorado pelos habitantes. Os riscos assumidos, segundo o autor, correspondem ao fenômeno do turismo que incide sobre as casas residenciais e ao comércio desencadeando a “*tugurización*”⁶¹; aos eventos climáticos e inundações existentes que atingem a cidade; a infraestrutura e o desenvolvimento que vem acompanhado dos problemas com propriedades (afetivo, judicial e gestacional), estes são exemplos de riscos evidentes e incipientes, em menor ou maior grau.

Os potenciais de preservação identificados pelo autor, apresentam estratégias que buscam mitigar ou reduzir os impactos desses riscos ao patrimônio. Tais como, o espaço público em seus usos e apropriações, que garante o acesso e a permanência dos sujeitos ao respectivo; a habitação social por possuir alto grau de *Pp* ao favorecer a permanência de famílias com suas tradições e laços afetivos; o acesso, a mobilização e a mobilidade são representativos e significantes como potenciais de preservação; as festas locais também representam uma ativação popular no contexto da preservação patrimonial; bem como a consciência e sensibilização do patrimônio por intermédio da educação e da cultura, em que estudos de universidades e instituições trabalham em conjunto com a população para preservar o patrimônio dos riscos.

O quadro síntese elaborado pelo autor (**Quadro 5**), revela dados importantes sobre a ocorrência dos riscos *R* e do potencial de preservação patrimonial *Pp* latino-americano e caribenho. Os resultados da pesquisa elucidam o trato do turismo em cada uma dessas cidades, onde através do empírico, pôde-se chegar a uma análise

⁶¹ A tradução do termo para o português é *favela*. É feita pelo turismo ou habitação quando um único edifício concentra, às vezes, dezenas de pontos comerciais ou residências sem estrutura para tal transformação, o que implica na má qualidade de vida e coloca em condições precárias os edifícios e o conjunto.

concreta da carência e da necessidade de conexão espacial da comunidade, pois à ela compete estabelecer o laço afetivo com o território e sua inclusão na gestão de políticas patrimoniais que salientam o potencial do atrativo, e juntos podem criar condições para que se viabilize práticas econômicas alternativas nas cidades da América Latina e do Caribe.

Cabe ressaltar que, revisitar o quadro síntese desenvolvido e finalizado pelo autor, auxilia na contextualização deste mestrado, para o que pretendemos abordar do espaço público e sua relação com o monumento ou a relação entre ativação popular do espaço público e patrimônio-territorial na América Latina, a partir dos casos que foram analisados. Nesse sentido,

Enaltecer el espacio público activado como potencial de preservación patrimonial significa entender la realización de la vida social cotidiana en el sitio patrimonial y el entorno; plazas, calles, atrios (apropiados, usados como potencial de preservación), etc., son fundamentales para operar la conexión territorial afectiva de los bienes por la población local y/o turistas (COSTA, 2018, p. 19).

O vínculo espaço público e patrimônio-territorial, para Costa (2018, p. 20), também ocorre quando as praças são potenciais lugares de “debate político, expresión artística y sobrevivencia económica”. Os espaços públicos apropriados e ocupados pelos residentes, podem se mesclar à preservação desse patrimônio “cuando el comercio y el turismo fueron desarrollados dentro de una ideología que aprehende el territorio en una constitución objetiva y subjetiva de la vida colectiva urbana y no como recurso de clase” (COSTA, 2018, p. 20).

Quadro 5 – Síntese de Riscos (R) e Potencial de Preservação Patrimonial (Pp) na América Latina e Caribe

<i>RISCO [R]</i>	Lima (PE)	Cusco (PE)	Guadalajara (MX)	Guanajuato (MX)	Camaguëy (CU)	Portobelo (PA)	Ouro Preto (BR)	<i>POTENCIAL DE PRESERVAÇÃO [Pp]</i>
Turismo	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(2)	(-2)	Espaço público
Comércio	(-2)	(-1)	(-1)	(-1)	(2)	(-2)	(-1)	Uso residencial
Estigma espacial	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(-2)	(1)	Acesso, mobilização e mobilidade
<i>Tugurización</i>	(0)	(1)	(2)	(-2)	(1)	(2)	(1)	Festas populares localizadas
Catástrofes, desastres, acidentes	(0)	(1)	(2)	(-1)	(0)	(-2)	(-2)	Conexão com patrimônio-territorial
Desenvolvimento e infraestrutura	(-2)	(-1)	(1)	(-1)	(2)	(-2)	(1)	Sensibilização patrimonial [educação e cultura]
Problemas de propriedade [afetivos, jurídicos, gestão]	(-1)	(1)	(1)	(-2)	(2)	(0)	(2)	Estudos científicos crítico-propositivos
LEGENDA								
Não evidente* [R]	Evidente e incipiente [R]		Evidente e progressivo [R]		Evidentemente elevado [R]		(-2) (-1) (0) (1) (2) [Pp ativado ou seu risco]** Grau de ativação [Pp]	

*A *evidência* refere-se à forma da percepção, verificação, identificação [ou não] e análise, em pesquisa de campo. **Esta graduação, que vai de (-2) [efetivo risco ao potencial de preservação] a (2) [potencial de preservação claramente ativado], é entendida na experiência de campo. O (-2) sugere o maior risco ao potencial de preservação identificado, por negligência clara ao mesmo. Graduação (-1) trata de relativo risco ao potencial de preservação. Já os graus (1) e (2) assinalam, respectivamente, ativação parcial e total do potencial de preservação. Potencial (0) revela sua não identificação no campo realizado [por não existir, por não ter relação com a tipologia de patrimônio ou por não ser encontrado, durante a verificação].

Quadro-síntese de Riscos (R) e Potenciais de preservação (Pp) na América Latina e Caribe

Fonte: *Elaboração própria a partir de levantamento e síntese de investigação de campo [Peru, México, Cuba, Panamá e Brasil].*

Fonte: Costa (2018)

Costa (2016, 2017, 2018), ao apresentar um panorama sobre a urbanização e a patrimonialização na América Latina, demonstra que os espaços públicos se tornam um potencial vigoroso do patrimônio-territorial, por permitirem a potencialização e a visibilidade de diferentes formas de resistência espacial, a comunicação e o acesso coletivo às cidades, a efetivação do direito à cidade por meio dos usos e da implementação de lutas; reconhecer as lutas e as mobilizações de cunho popular situa o espaço público como lugar de encontro e revolução, além de ser espaço destinado as mais variadas formas de economia ou comércio, de reprodução da vida individual e coletiva. Atraem desde movimentos populares, atividades turísticas a manifestações culturais populares de bairros.

Uma das autoras utilizadas para entender o conceito de espaço público é Ribera (2019). Em suas teorizações, nos chamou a atenção o espaço público ser considerado um “bién comum para el futuro”, em processo constante de cidadania e resistência ao poder:

Mientras hacemos que eso sea posible, trabajemos, cada quien desde su trinchera y siempre en colaboración, por un verdadero encuentro entre los habitantes de la ciudad y los especialistas. Presionemos para que una administración local honesta y con espíritu de servicio y salvaguarda de lo público abra con nosotros el camino para la construcción de ciudades equitativas, en las que nuestras plazas mayores y alamedas, pequeños lugares esenciales de nuestra identidad histórica y territorial, maravilloso bien común, patrimonio colectivo (RIBERA, 2019, p. 12).

Por mais que os espaços públicos tenham se alterado fisicamente ao largo dos séculos, devido as intervenções urbanísticas e seu sentido público tenha sido, por vezes, contestado, ele permanece em essência e simbolicamente constituído pela multiplicidade de relações sociais participativas⁶², leva-se em conta que os sujeitos se constituem sensibilizados por memórias, pela história, com a própria experiência, interpelados pela “ideologia política do desenvolvimento urbano latino” (COSTA, 2018, p. 23), o que se incide na apropriação do espaço público. Assim, concordamos com Calero, Delgado e Armas (2014, [s/p]), ao afirmarem que “en estas políticas de hacer ciudad, el espacio público es considerado no solo como un indicador de calidad urbana sino también como un instrumento relevante para mantener y renovar los antiguos centros (...)”.

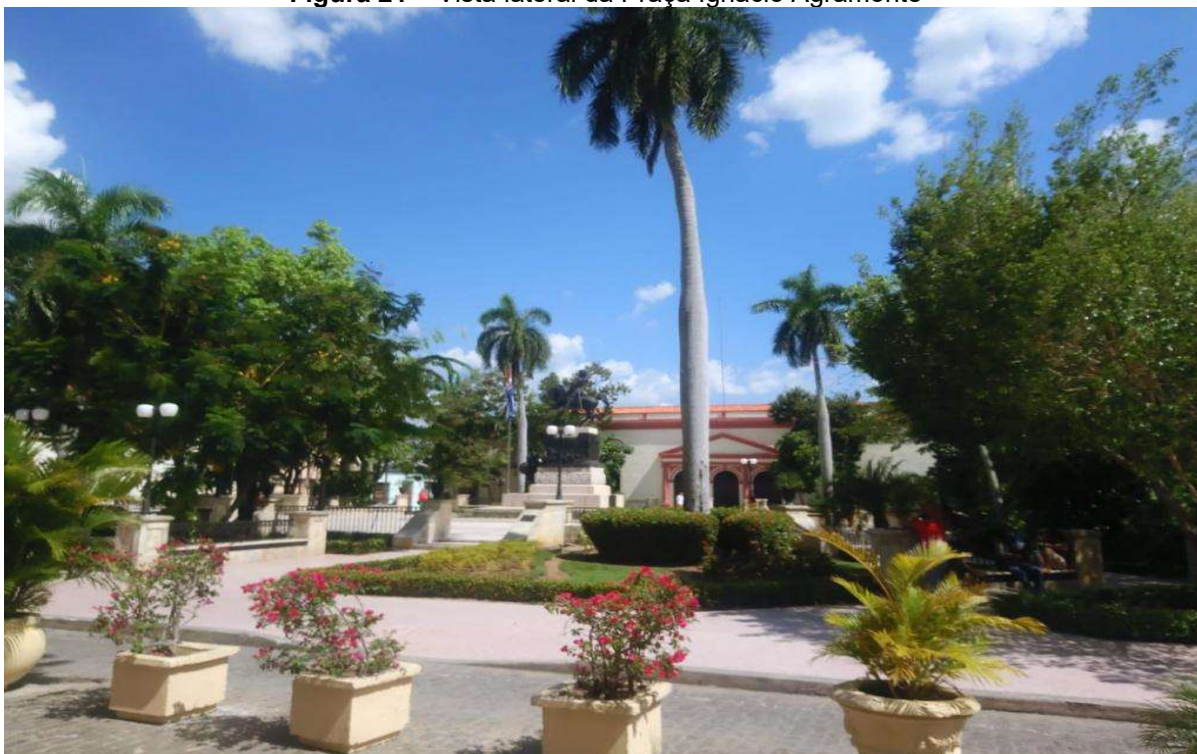
⁶² Sobre expressão participativa, ver Dilla (1996).

Para Ribera (2019, p. 11), em diálogo com o que foi posto até aqui o espaço público é um bem coletivo a ser preservado tendo em vista sua especificidade, ademais, por ser historicamente o lugar de referência nas cidades, “siempre habrá que tener en cuenta su polifacética esencia gestada historicamente”, o que decorre da relação também singular que o turismo estabelece nesses espaços, e os definem; significa também considerar o espaço público como fonte de preservação patrimonial (por isso, no quadro 1, o espaço público aparece como Pp, ora em risco, ora ativado).

Os monumentos, por sua vez, têm uma relação singular com os espaços públicos; por serem componentes interrelacionáveis eles se constituem como legados culturais, tornando-se referentes localizáveis nos espaços. Corrêa (2005, [s/p]) afirma que os significados que emergem neles auxiliam na compreensão de sua representação, “simbolismo, visibilidade e acessibilidade compõem, juntos os fins e os meios que giram em torno do monumento”. Assim, as imagens da cidade são constantemente reconstruídas pela imagem do monumento no espaço público. Essa perspectiva, vai ao encontro do que Halbwachs (2003) considera por intuição sensível ao objeto e da existência das coisas materiais pertencentes ao lugar, à cidade, por criarem uma imagem simbólica que perdura, sobretudo, na memória.

Segundo Chaos (2011), historicamente, a cidade de Camagüey possui uma configuração dinâmica datada do século XVI, em que as transformações urbanas e suas funções, formas-conteúdo e significados, se apresentam concretamente e representam a possibilidade da ação comunitária na valorização desse espaço. Tais fontes de preservação foram essenciais para fomentar a discussão e auxiliar na compreensão da investigação proposta e na identificação do monumento como ativador popular da praça Ignacio Agramonte (**Figura 21**), um dos objetivos desse trabalho.

Figura 21 – Vista lateral da Praça Ignacio Agramonte



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

O próximo item concretiza nossa proposta e explica como essa ativação popular do espaço público pelo simbolismo do monumento estimula e revela o potencial de preservação *Pp*, o que se traduz pelas narrativas existentes na e sobre a praça em Camagüey, em articulação com outras práticas sociais (acesso, mobilização e apropriação). O monumento será revisto na lógica das representações espaciais e em sua dimensão simbólica e material, o que justifica a reflexão sobre os elementos promotores dos espaços públicos no contexto da América Latina.

3.3 DISTINTAS NARRATIVAS EXISTENCIAIS NA/DA PRAÇA EM CAMAGÜEY: UM MONUMENTO NA ATIVAÇÃO POPULAR DO ESPAÇO PÚBLICO

Nos capítulos 1 e 2, foram discutidos os conceitos de monumento, a partir de Corrêa (2005), Le Goff (2013) e Choay (2013); e sua relação com o espaço público, focado em Serpa (2007), Gomes (2012), Berdoulay (2012); e memória coletiva, desde Halbwachs (2003), Nora (1993), Ricoeur (2007), respectivamente, no sentido de buscar o vínculo entre tais conceitos e o empírico realizado também na praça Ignacio Agramonte em Camagüey, Cuba. A fim de contemplar o quadro teórico que permeia a análise desta dissertação, este capítulo busca, por meio do diálogo com o sujeito ou do empírico, encontrar, nas entrelinhas das palavras, referências que corroboram na construção de alternativas populares.

Uma das instâncias⁶³ que movem a ativação popular do espaço público é protagonizada pela comunidade, em contato com as Universidades. As iniciativas criadas pela comunidade colaboram na salvaguarda do patrimônio-territorial, por viverem o protagonismo individual e coletivo dessa ativação, sugeriu Holstensky (2018), em seu mestrado. De acordo com Costa (2017, p. 69), a universidade reconhece o utopismo que envolve o patrimônio-territorial; a comunidade demanda, aponta e opera, na utopia pensada, o possível realizável; as instituições retêm a utopia de serem potenciais catalizadoras do ativado (popularmente) patrimônio-territorial; elas coroam a realização do novo nos territórios populares, por meios materiais e virtuais de conexão de pessoas e lugares.

No centro histórico, percebemos a existência dessa relação ratificada pelo valor patrimonial em vários níveis, um deles é a força do centro como atrativo turístico e a presença de monumentos nos espaços públicos que reafirmam essa valorização. Conforme já comentado sobre a chancela da UNESCO em 2008, há uma particularidade na relação dual entre Universidade e comunidade, no qual o departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidad de Camagüey – UC é responsável por projetos e disciplinas que dialogam especificamente com o patrimônio da cidade, por exemplo, na disciplina sobre “Rehabilitación arquitectónica y patrimonio”,

⁶³ Segundo Costa (2017, p. 68), existem alguns fatores e iniciativas que em conjunto sustentam o patrimônio-territorial, “há níveis, escalas e temporalidades a serem consideradas na iniciativa de ativação popular do patrimônio-territorial latino-americano. Os níveis de iniciativa envolvem: universidade, comunidade e instituições (não necessariamente nessa ordem)”.

os estudantes são estimulados a desenvolver projetos que apresentem soluções aos problemas da área urbana de Camagüey. Um dos alunos desenvolveu um estudo que visa melhorar a qualidade urbana que conecta a zona periférica ao centro histórico de Camagüey, com o título: “Proyecto de rehabilitación urbana de los primeros kilómetros de la Avenida Finlay y su área urbana inmediata, desde el parque Finlay hasta el hospital Amalia Simoni” (FERNÁNDEZ, 2017). A pesquisa realizada durante o curso, entre 2016-2017, preocupa-se em desenvolver uma proposta de reabilitação urbana que contribua para melhorias locais e na qualidade de vida da população.

Como já mencionado no item 1.1.1 do capítulo 1, e em entrevistas feitas com professores do CECODEC, foi possível verificar que alunos e professores compreendem a importância da continuidade dos estudos sobre espaços públicos, não só pelas informações que interessam à UNESCO, mas pela manutenção da qualidade de vida da população local. Em uma dessas entrevistas, a professora arquiteta Adela García Yero comenta sobre essa importância:

Hay diferentes estructuras de vivienda de las que tendríamos. Donde pudo haber habido, en un momento dado, confluencias y puntos en común. Por lo tanto, existe una riqueza significativa en América Latina, pero también genera espacios de exclusión. A lo largo de la historia de Cuba, existe una dualidad de esclavos, porque los esclavos eran burgueses. Entonces, hay un paisaje homogéneo y un salto a 1940 cuando querían otro espacio público. Luego, con todas estas características, surge el interés en valorar el espacio público a partir de la intervención urbana que tuvo lugar entre 2009 y 2014, caracterizando el centro histórico de Camagüey como una zona de alto valor patrimonial. Desde entonces, las disciplinas han tratado de desarrollar investigaciones que articulen, por ejemplo, la tipología arquitectónica, la arquitectura revolucionaria y la conservación histórica, la calidad de las calles y espacios públicos, la ingeniería y otras⁶⁴.

Há o entendimento de que a universidade cumpre o papel de diálogo com a comunidade. Contudo, a iniciativa maior pelo reconhecimento e valorização desses bens passa pelo sujeito, por se manifestar de acordo com seus valores e interesses, suas tradições e hábitos, suas aspirações e necessidades, seus modos de vida, enfim, da forma como se identificam espacialmente. Conforme afirma Serpa (2007, p. 133), “é principalmente a história pessoal do indivíduo que determina sua relação com os espaços que compõe o seu cotidiano. O lugar se transforma e vira história pessoal”.

⁶⁴ Entrevista com a Sr.^a A. G. Y., concedida à Larissa Alves de Sousa, no Gabinete dos Professores do CECODEC localizada na Universidad de Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 07 de fevereiro de 2019.

Baseada na concepção de que a ativação popular do espaço público se refere, sobretudo, ao seu uso e apropriação (o que defende Costa, 2017), entendemos que é justamente nesse movimento que as práticas sociais se efetivam, por considerar suas dimensões física, política e social (VALVERDE, 2007). “O arranjo físico das coisas e fenômenos constitui um agente ativo na realização e na qualificação de ações sociais e que essa ordem espacial deve ser percebida como uma condição para a produção dessas ações” (GOMES, 2012, p. 20-21). Quando questionados sobre a importância da praça Ignacio Agramonte em suas vidas, de modo a identificar seus usos, os frequentadores afirmam que ela é um bem público a ser valorizado por estar vinculada às suas rotinas. As respostas seguintes evidenciam esse vínculo, um deles afirma que ela se torna uma atração turística, por associar seu estado de conservação como um dos pontos positivos para este fato:

Me encanta estar aquí. Para mí, la plaza es el corazón de Camagüey, de todo lo que hemos construido hasta nuestros días y para nuestras generaciones futuras, es decir, me gusta todo lo que está aquí y todo lo que siento cuando estoy aquí⁶⁵.

Creo que la plaza está bien conservada físicamente, que yo sepa, ha sufrido algunos cambios, pero siempre atrae a mucha gente. Sabes que es una ruta turística, ¿sí? Así que es encantador pasear por la Plaza Maceo, la Plaza Mayor, luego está la Plaza de la Mercedes y tiene varias dimensiones de espacio público a unas pocas millas cuadradas. Aquí me gusta más porque hay árboles y bancos y puedo descansar un poco, a diferencia de los que solo atravesamos en su espacio⁶⁶.

Nota-se que o espaço público se concretiza nas diferentes relações que os sujeitos têm com o mesmo, quer dizer, as múltiplas práticas sociais que ocorrem na praça podem reafirmá-lo como lugar de encontro com o outro. Para Berdoulay (2012, p. 29), não é renunciar às diferenças, mas fazer com que cada indivíduo se permita experimentar a coabitação, é fazer do espaço uma referência coletiva, por isso não se pode dizer que a acessibilidade é restrita a um grupo específico, o espaço público é onde reside as “liberdades individuais” e o lugar do “bom convívio social”. Para a Sr.^a D* a praça Ignacio Agramonte é “como una continuidad nuestra, ¿sabes? un lugar que

⁶⁵ Entrevista com o Sr. R. G. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

⁶⁶ Entrevista com a Sr.^a M. M. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte em Camagüey, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

ha estado aquí por tanto tiempo, solo puede ser bueno para todos nosotros y para nuestros hijos y nietos, ahora, el turismo está allí en nuestro siglo, así que no sé [...]”.⁶⁷

Sua narrativa justifica a relevância em compreender o fenômeno da ativação popular no espaço público à luz do patrimônio-territorial, que relaciona os sujeitos aos espaços públicos das cidades e as representações espaciais como aspectos específicos do lugar. Tal assertiva vai ao encontro do que Calero, Delgado e Armas (2014, [s/p]), afirmam, que a ocupação dos espaços públicos é reforçada também por manter a imagem da cidade como uma espécie de “marketing urbano”, que atua na comercialização em prol do turismo.

A praça Ignacio Agramonte, em Camagüey, tem resistido às mudanças urbanas articulando precisamente os usos com as apropriações dos residentes, se contrastarmos a imagem 5 apresentada no capítulo 1, com as imagens 17 e 18 presentes no capítulo 2, veremos que ao longo dos anos, ela sofreu poucas alterações físicas. Diferentemente da praça do Bandeirante em Goiânia, que teve seu tamanho reduzido devido ao crescimento urbano do centro, juntamente com a expansão urbana de outros setores, forçando as pessoas a ocuparem os espaços das calçadas das avenidas Goiás e Tocantins, como demonstrado nas imagens 3, 4 e 8 do capítulo 1. A fala de uma moradora do centro histórico de Camagüey nos ajuda a compreender esse passado:

Vivo muy cerca de la plaza y generalmente vengo a ver a mis amigos y hablar sobre las cosas de la vida, (...) Creo que la plaza es la misma de siempre, es nuestra y vivo al lado, ¿por qué no visitarla? Soy católica y siempre vengo a misa, también hay muchas otras cosas, el monumento, la Trova, el Café Ciudad (...)⁶⁸.

Nota-se que existe um sentimento afetivo com o espaço público, a Sr.^a M* tem a praça como um lugar do passado e do tempo presente, uma relação de uso-significado, uma referência espacial que resistiu material e simbolicamente, os elementos que ela suscita como o monumento e a igreja tornam-se símbolos que evocam sua memória, – os lugares de memória que para Nora (1993) formam raízes no concreto. Esses aspectos acentuam a permanência e o intercâmbio de informações que ocorrem no lugar, corroborando na carga de sentido simbólico que o

⁶⁷ Entrevista com a Sr.^a D. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 19 de fevereiro de 2019.

⁶⁸ Entrevista com a Sr.^a M. M. N., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 16 de fevereiro de 2019.

espaço público transmite nas gerações e como uma referência espacial que ativa a praça por seu significado social. Gomes (2001, p. 94) sinaliza que o espaço público analisado geograficamente, contribui para um entendimento e “um novo olhar sobre a dimensão espacial”, que tem as práticas cotidianas como componentes fundamentais dessa dimensão.

Somada a essa compreensão, a ativação popular do espaço público em relação com o monumento tem na sua essência a visibilidade dessas práticas cotidianas e o reconhecimento dos sujeitos como detentores de sua história, identidade, memória, cultura e tradição, como ensina Costa (2016, 2017). Durante a observação participante percebemos que além dos mais jovens, a presença de idosos e de crianças na praça é muito forte, sobretudo, durante o entardecer e a noite (**Figura 22**). As crianças, porque aproveitam o espaço físico da praça e o veem como entretenimento após a saída das escolas e frequentemente nos finais de semana; e os idosos, que pelo comportamento observado o utilizam como o lugar do descanso e do encontro com amigos e familiares. O discurso de uma moradora evidencia esse fato:

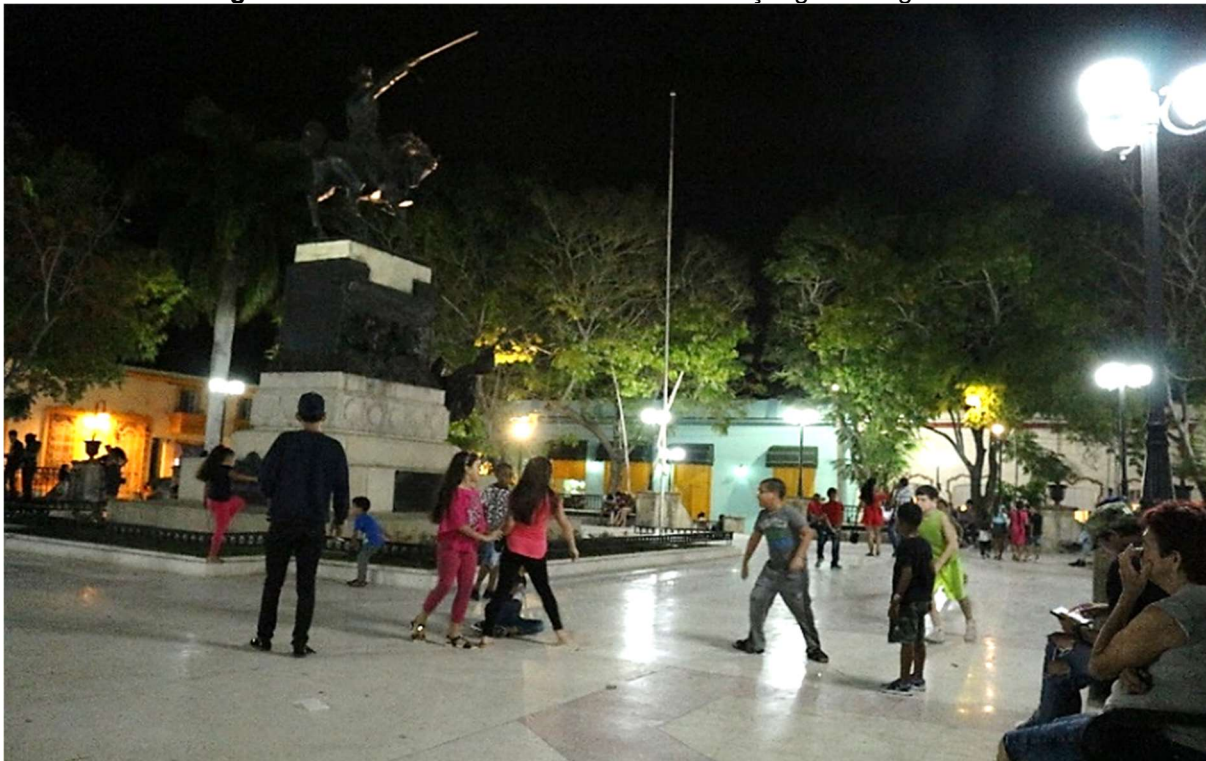
Le decía a mi nieta que aprendí a andar en bicicleta aquí, porque siempre viví cerca y ella también aprendió. Ahora estamos esperando a un amigo para que pueda salir a caminar con la bicicleta. Me gusta todo en esta plaza, no cambiaría nada porque ha sido así durante años y quiero que dure, quiero que la plaza Agramonte dure muchos años para que más personas puedan aprender a andar en bicicleta, cuando puedo el fin de semana siempre estoy aquí. Creo que todos los espacios aquí son así, deben ser respetados, ¿sabes? porque no hay razón para ser diferente. Las tiendas, las casas, esa pizzería allí (señalando la pizzería al lado de la plaza), el monumento también, todo esto mi nieta tiene que vivir lo que yo viví en ese espacio⁶⁹.

Ao ter esse contato com pessoas mais velhas, percebemos o quanto a praça significa para elas: o deleite do encontro e de vencer as limitações físicas do corpo e da mente, a apropriação dos espaços, o poder experienciar a cidade; o misto de sentimento e memórias de outras épocas que permanecem no presente pela qualidade de acesso que a praça proporciona (**Figura 23**). Enfim, há uma mescla de afetos e lembranças que ecoam na espacialidade humana e na *resistência* no/do espaço público (**Figura 24**). Essas experiências ratificam que o monumento contribui

⁶⁹ Entrevista com a Sr.^a M. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 17 de fevereiro de 2019.

como testemunho de intervenção das práticas sociais, da iminência de uma ativação popular e como símbolo espacial de suporte à memória.

Figura 22 – Momento de lazer noturno na Praça Ignacio Agramonte



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 23 – Praça Ignacio Agramonte e Catedral Metropolitana de Camagüey



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Por meio das análises das imagens já apresentadas nos itens 1.1.1 e subsequentes, comprovou-se que a disposição de bancos, o qual a manutenção da praça está ligada a atividade turística, favorece seu acesso⁷⁰. Serpa (2007) afirma que os espaços públicos passam por fragmentações e equipagens urbanas em detrimento das novas formas de produção e consumo, assim como faz o turismo, ao estabelecer atividades turísticas e atrair um tipo específico de público.

Singularmente, em Goiânia, foi possível identificar a dinâmica de uso e apropriação das diferentes faixas etárias que utilizam a Praça do Bandeirante para fins de trabalho, consumo e serviços, – o espaço público assume a função das necessidades locais e globais provenientes das desigualdades que assolam nossas cidades brasileiras. A medida em que a praça em Goiânia alterna entre lugar do comércio e de manifestações, as relações com e no espaço público modificam sua construção simbólica, por desvelar as ações conectadas ao consumo e ao movimento dos empobrecidos na nossa sociedade atual (COSTA, 2017, 2018).

Figura 24 – Grupo de idosos em prática de Yoga na praça



Fonte: Trabalho de campo de Everaldo B. Costa (nov. de 2018)

Em uma das saídas de campo a caminho da praça Ignacio Agramonte, conversei com o Sr. R* que me relatou alguns aspectos relacionados ao uso e as

⁷⁰ Pelas pesquisas e entrevistas, estes equipamentos urbanos são frutos de projetos de melhoria do mobiliário das praças, ruas e parques, presentes nos trabalhos de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo.

práticas que ocorrem ali. Ele gentilmente almoçou comigo e fizemos a entrevista nos bancos da praça enquanto conversávamos sobre os comércios nas áreas adjacentes, ele também me contou que frequenta o espaço público com a família para momentos de lazer, mas que devido à crise econômica que assola o país desde 1990, se viu afetado e teve como alternativa trabalhar como bicitaxi, que segundo ele, é utilizado sobretudo, por turistas. Essa narrativa evidencia as problemáticas mencionadas no item 1.1.1 desse trabalho:

He estado trabajando aquí como bicitaxi por un tiempo y la plaza siempre está ocupada. De lunes a lunes permanece así, como ves, ¿sabes? Día y noche tiene movimiento, yo también la uso en el fin de semana. La gente viene aquí para traer a sus hijos, o para usar Internet, para sacar una foto de la estatua de Agramonte, para tomar un café en los bares alrededor de la plaza, hay la pizzería más famosa de la plaza y la gente come aquí. Es un movimiento solo para peatones, los autos solo pasan (señalando las calles laterales) y, sin embargo, siempre hay personas. ¿Ves estos bares? Una vez que fue otro tipo de comercio, Café Ciudad, por ejemplo, ha estado aquí durante mucho tiempo. Alguna vez fue una heladería un día. Estos cambios en mi opinión estimulan el movimiento de personas en la plaza Ignacio Agramonte, pero depende de nosotros los ciudadanos preservarlo⁷¹.

Em sua fala, percebe-se a quantidade de atividades comerciais que existem em áreas próximas à praça, um aspecto interessante é de que a realidade do espaço público está nas transformações que ocorreram no arranjo espacial urbano, como mostra as figuras 25, 26, 27 e 28, o Sr. R* fala com propriedade de que estes fatores influenciam na qualidade da praça e, conseqüentemente, nos usos e apropriações. Nesse sentido, emerge da compreensão da *ativação popular do espaço público* uma das possibilidades de aproximar também da lógica da resistência social gerada com a valorização das práticas populares no cotidiano das cidades latino-americanas, conforme entende Costa (2017).

Não se quer dizer que existe um ordenamento territorial comercial em Camagüey desprovido de lutas, conflitos e disputas no e pelo espaço público, mas existe um movimento das etapas de construção que vão desde o ano de 1528 e compreende o que vemos hoje, em constante expansão urbana, desenvolvimento cultural, social, econômico e identitário (CHAOS, 2005). Esses elementos também condicionam as estruturas de poder por proporcionar o poderio civil e religioso, além do poder econômico que remete as construções coloniais de casas e prédios que

⁷¹ Entrevista com o Sr. R. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

valorizam o conjunto monumental da praça Ignacio Agramonte, conforme visto nos capítulos 1 e 2. Nesse sentido, a arquitetura dos espaços pode levar ao que Valverde (2007, p. 102) considera por “ordenamento espacial estrito”, e em razão dessa ordem, moldar novos comportamentos que influenciarão na vida do espaço público urbano.

Essa dinâmica na América Latina é expressiva, pelos processos e contextos gerais de colonização dos sujeitos subalternizados e pelas necessidades econômicas territoriais desencadeadas com o fenômeno do turismo. De acordo com Costa (2018), as atividades turísticas, se não são pensadas e concretizadas numa lógica que inclua a comunidade local, perdem as possibilidades reais de gerar alternativas populares e os sujeitos são os mais afetados que beneficiados pelo turismo oriundo de uma *patrimonialização global* cega às demandas locais.

A *patrimonialização global* é movida por e gera interesses alheios que não correspondem aos espaços construídos e aos significados locais; são ações que inibem a participação cidadã nas decisões sobre os problemas que afetam os espaços públicos, pois desconsideram a importância histórica e dos símbolos do lugar para a comunidade.

Figura 25 – Rua Independência e Café La Perla de Cuba



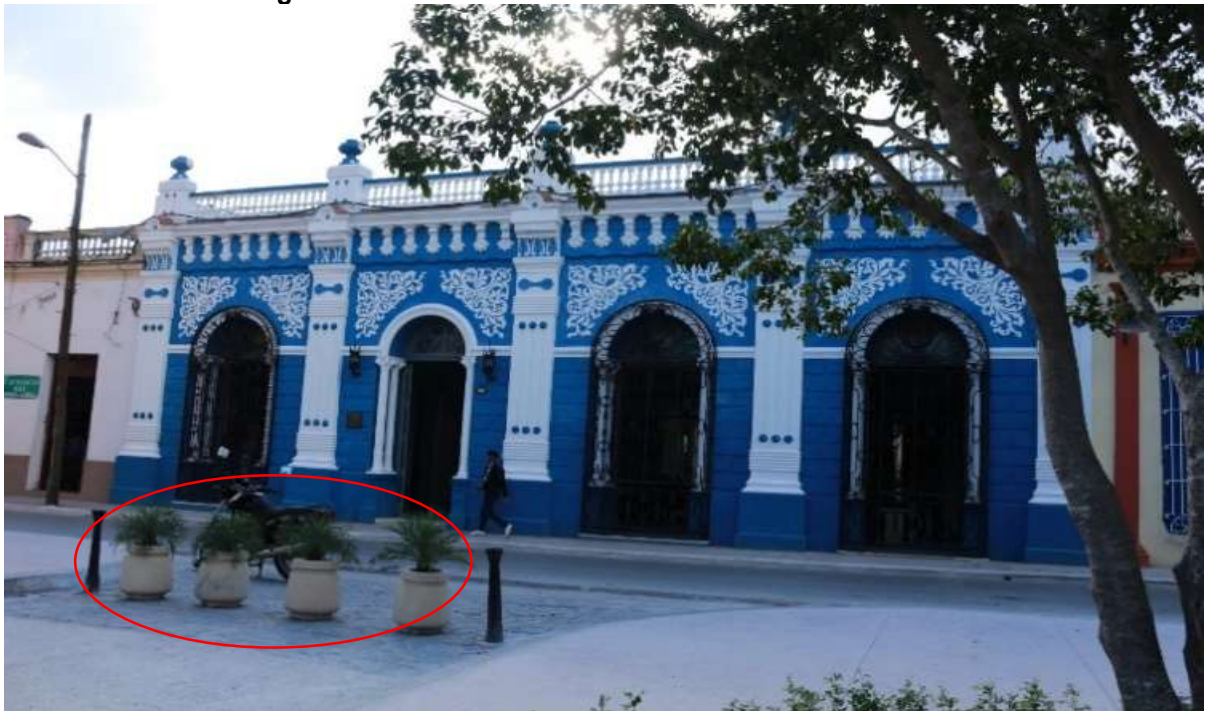
Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 26 – Rua Independência e Grimau Padaria & Doceria



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 27 – Rua Cisneros e Centro da Diversidade Cultural



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 28 – Rua Martí, Café Ciudad e Centro de Interpretación (Maquete)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Outro importante ponto a ser destacado no contexto de Camagüey, é que a dinâmica da cidade acontece de forma diferente no centro e nas áreas distantes. Uma delas é que, devido ao contexto histórico-cultural de Camagüey, percebe-se que há a conservação do patrimônio gerado pela riqueza material de construção das casas (coloniais, ecléticas, artes decorativas), dos comércios e de centros religiosos, que ultrapassa a escala temporal da cidade; e uma segunda questão compreendida está motivada pelo turismo impulsionado pelos desafios econômicos e financeiros que a ilha, de modo geral, enfrenta. Sobre esses aspectos, a maior parte dos sujeitos abordaram essa questão implicitamente. Em contato com a professora arquiteta Mabel Teresa Chaos Yeras da Universidad de Camagüey, foi revelado durante a entrevista que: “no se trata solo de las actividades cotidianas de la vida cotidiana, sino de la solidaridad, la convivencia y los valores simbólicos generados en el uso del espacio público, en definitiva, una manifestación popular específica”⁷².

O turismo é um risco incipiente e evidente, – conforme demonstrado no quadro 1 –, então, uma vez que o sentimento de patrimonialidade está contido nas ações e relações no cotidiano, a população cria consciência do espaço público como bem

⁷² Entrevista com a Sr.^a M. T. C. Y. concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 06 de fevereiro de 2019.

público comunitário e o vê como lugar de memória e de *resistência*, em que a comunidade se torna a “guardiã da preservação cultural e da difusão da memória, até onde deseja” (COSTA, 2017, p. 70). Em seus trabalhos desenvolvidos sobre Camagüey, Chaos (2011, p. 285-286) analisa os espaços públicos tal como um mosaico socioespacial formado a partir da Praça Ignacio Agramonte “Plaza Mayor”, como sistema simbólico:

Como resultado de este proceso, en el que se construye también la imagen de la ciudad simbólica, se obtiene un trazado que respeta en su punto central, o sea, la Plaza Mayor, lo establecido como modelo para las nuevas fundaciones, y rompe con ello en la configuración del resto de la trama urbana, la cual resulta un tejido irregular en el que, si bien no está presente la linealidad de sus calles y manzanas, subyace un trazado que da respuesta a las relaciones funcionales principales de la villa.

Em outros momentos do campo, identificamos na praça Ignacio Agramonte a existência do sentido político-cultural que ela possui fortalecido pela presença do monumento ao herói agramontino, em que as práticas sociais descortinam os significados do monumento nos sujeitos, ainda que haja “uma experiência fragmentada”, conforme afirma Gomes (2012). Momentos cívicos unem às pessoas em alguns períodos pontuais, conforme já comentado no capítulo 2 (**Figuras 17 e 18**). As respostas dadas às entrevistas permitiram compreender as significações estabelecidas entre a praça, o monumento e os sujeitos na ativação dos encontros e da sociabilidade (COSTA, 2017; GOMES, 2012).

No recuerdo que no haya esta actividad de bandera aquí en la plaza, porque para nosotros, ya se ha convertido en parte de nuestra vida, ¿sabes? (...) Es como un ritual cultural, que une la plaza, la gente, el monumento a Ignacio, es así, no recuerdo haber sido diferente, ¿entiendes?⁷³.

Hay varias escuelas cerca de la plaza, así que prácticamente todos los días los niños pasan por la plaza, el monumento, su actividad (...) Si los niños crecen viendo que el monumento es parte de nuestra identidad, lo recordarán cuando sean mayores. Entonces, esto es algo que forma parte de nuestra vida diaria, crecemos con los campesinos subiendo y bajando la bandera⁷⁴.

Estes fragmentos de falas selecionados demonstram que existe uma mobilização pela memória do herói, que vai sendo provocada por meio do contato com o monumento, numa trama de vivências com as representações espaciais (VARGAS,

⁷³ Entrevista com o Sr. P. H. V., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 18 de fevereiro de 2019.

⁷⁴ Entrevista com o Sr. M. B. H., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 18 de fevereiro de 2019.

2019). Nas narrativas, percebe-se tamanho sentimento de que os monumentos os representaram na infância, na juventude e nos dias atuais sendo preservado às mudanças urbanas. Essa é uma comprovação da importância do monumento na ativação popular do espaço público na América Latina e, notoriamente, nos casos aqui referenciados.

De acordo com Tamames (2011, p. 136), os motivos por trás do monumento estão ligados a uma função que conecta a estátua ao “destinatário”, ou seja, os sujeitos se identificam de tal maneira com a imagem de Ignacio Agramonte que sua significação se torna incontestável, é o que, do ponto de vista geográfico, implica na construção de sentidos que se dá na relação sujeito e objeto (CORRÊA, 2005). Além disso, há a necessidade de reforçar sua imagem como um símbolo vital nos espaços da cidade (CHOAY, 2006).

Um incidente marcante ocorrido em meados de 2015, ficou na memória dos residentes, pois envolve a remoção da figura feminina⁷⁵ do conjunto monumental de Ignacio Agramonte, conforme ilustra as imagens 29, 30, 31 e 32 disponibilizadas no site oficial da OHCC. A fala da Sr.^a M* novamente merece transcrição, pois elucida o episódio comentado, ao mesmo tempo em que suscita o significado do monumento para os camagüeyanos:

Mira... hay historias interesantes que marcan nuestra memoria, (...) Una vez que un niño borracho subió a la estatua y parte de ella cayó, las autoridades volvieron rápidamente a su estado original. Este episodio marcó la ciudad, porque nadie hace vandalismo, por el contrario, celebramos nuestra fuerza aquí, cerca del monumento agramontino, para nosotros es la imagen de la plaza y la ciudad⁷⁶.

⁷⁵ A figura feminina representa o nascimento da República e a liberdade do povo camagüeyano.

⁷⁶ Entrevista com a Sr.^a M. M. N., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 16 de fevereiro de 2019.

Figura 29 – Trabalhadores aguardam reforço de maquinário para colocar a estátua em seu lugar de origem



Fonte: Rodolfo Blanco Cué (2015)⁷⁷

⁷⁷ Disponível em: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/43920-en-fotos-mancillan-monumento-a-ignacio-agramonte>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Figura 30 – Estátua da figura Feminina no chão da praça Ignacio Agramonte, após incidente com transeunte



Fonte: Rodolfo Blanco Cué (2015)⁷⁸

⁷⁸ Disponível em: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/43920-en-fotos-mancillan-monumento-a-ignacio-agramonte>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Figura 31 – Estátua Feminina fora do conjunto monumental da Praça Ignacio Agramonte



Fonte: Rodolfo Blanco Cué (2015)⁷⁹

Figura 32 – Trabalhadores verificam danos em estátua Feminina na praça



Fonte: Fonte: Rodolfo Blanco Cué (2015)⁸⁰

⁷⁹ Disponível em: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/43920-en-fotos-mamcillan-monumento-a-ignacio-agramonte>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁸⁰ Disponível em: <http://cubasi.cu/cubasi-noticias-cuba-mundo-ultima-hora/item/43920-en-fotos-mamcillan-monumento-a-ignacio-agramonte>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Costa (2017) afirma que as práticas cotidianas emergem de uma teia de significações e subjetividades complexas ligadas aos sentidos, valores, símbolos e experiências individuais e coletivas dos sujeitos espacializados em movimentos singulares que ativam popularmente as ruas, as praças, os parques, os logradouros, etc. Por esses aspectos, buscamos a potência da “*ativação popular do espaço público*” proposta pelo autor, ao evidenciar que os sujeitos, através dos usos e apropriações na e da praça, ressignificam o lugar e seus elementos (como o monumento) ao referenciá-lo como parte de suas vidas, assim como o fazem com as representações espaciais, que tem a ver também com sua “função memorial” (CHOAY, 2006, p. 25), tornando-se um elemento de mediação entre sujeito e memória e coletiva.

Segundo Halbwachs (2006, p. 30), mesmo que vivenciemos individualmente as experiências, nos recordamos em comum e nossas lembranças se lançam coletivamente, “permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. Resultado disso, é o pensamento e trabalho em conjunto com o outro. Em outras palavras, é a espacialidade da ação no espaço público (VALVERDE, 2007), – que guarda o monumento –, enquanto possibilidade de ativação popular de um patrimônio-territorial, o qual favorece a preservação do conjunto e a duração da vida dinâmica cidadã no espaço público ativado (COSTA, 2016, 2017). Assim, o monumento aparece como ativador de práticas favoráveis à ativação popular do espaço público (como potencial patrimônio-territorial).

Um traço marcante verificado empiricamente, é de que o monumento é um transmissor de significados que se manifesta através de práticas sociais, além disso – como já salientado no capítulo 2 ao tratarmos do monumento e sua vitalidade secular –, sua existência exprime uma continuidade que não cessa e não se encerra, pelo contrário, ele incorpora os sujeitos ao espaço público e o faz *lócus* dessas práticas.

Os espaços públicos com seus monumentos são lugares depositários da memória coletiva e, no caso de Camagüey, os sujeitos são vigilantes do conjunto monumental, as atuações positivas constituem a praça como espaço de memória, “se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Por essa perspectiva, ao monumento acrescenta-se à experiência por fazer parte da dinâmica urbana, atrativos, eles focalizam para si a trajetória e história de vidas dos sujeitos no cotidiano dos espaços públicos. Sobre essa experiência, alguns entrevistados tecem os seguintes comentários:

Para mi, la estatua de Ignacio Agramonte es la que más me gusta de la ciudad. Hay muchos otros en las calles, no sé si caminaste por las calles o si viniste aquí directamente a la plaza, pero hay muchas estatuas. Creo que también tiene que ver con la centralidad de la plaza, que influye en la cantidad de personas que se detienen aquí y toman fotos, se convierte en un lugar de reunión, ¿no? Con la imagen de la escultura al fondo⁸¹.

El monumento a Ignacio Agramonte en la plaza es uno de nuestros símbolos y crecimos escuchando sobre nuestro héroe. Para mí, es como si fuera parte de nuestra historia, ¿sabes? En la escuela aprendimos sobre él y se puede ver que en nuestra ciudad hay muchas otras esculturas, pero él es central. El representa nuestra resistencia⁸².

De acordo com esses relatos, o Monumento a Ignacio Agramonte faz perpetuar afetivamente os feitos do passado, pois o consideram um objeto fecundo do espaço público de Camagüey. A praça, para esses entrevistados, atinge uma proporção comunicativa muito maior quando exhibe o monumento, por fazer de si, uma lembrança. Isso elucida os significados do monumento na comunidade e sua função pública que vigoriza as práticas sociais e acentua a ativação popular do espaço público, ele é estímulo de rememoração de fatos e de acontecimentos que virão. Por isso, Choay (2006, p. 18) considera que o monumento está relacionado a uma prática de conservação do patrimônio, com uma essência afetiva tocada principalmente por invocar um passado significativo específico, “ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos”.

Também de acordo com moradores do centro histórico, o conjunto monumental da praça representa um lugar de homenagens aos que trabalham por e para a cidade (**Figura 33**), para eles, essa prática de resistência local é uma missão de cidadania que remete ao orgulho em ser camagüeyano: “*somos nosotros por nuestra cultura en esta ciudad*”⁸³. Em uma comemoração que envolve a ação da OHCC (GARCÍA, 2019), a instituição promove o encontro entre cidadãos, bandas, trabalhadores e alunos de

⁸¹ Entrevista com o Sr. C. V. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

⁸² Entrevista com o Sr. R. G. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

⁸³ Ibidem.

escolas para celebrar o Dia da Cultura Nacional aos pés do monumento, conforme já mencionado no capítulo 2.

Esta plaza y monumento es parte de la vida cotidiana de la ciudad, nos apropiamos e interactuamos con este lugar a través de las manifestaciones culturales que se realizan aquí. Te puedo decir que cada día tiene dos momentos de la bandera nacional que simboliza nuestra vida camagüeyana⁸⁴.

Esta plaza nos pertenece a todos, la plaza, la iglesia, el monumento, y todos queremos estar siempre aquí. (...) Por varias razones, solo sé que nos pertenece a nosotros, a nosotros, los camagüeyanos y los cubanos⁸⁵.

Costa (2018, p. 20) afirma que “la interacción espacio público activado, patrimonio y monumentos potencializa el imaginario y la práctica de la movilización social y el derecho a la ciudad por la apropiación efectiva del espacio”. Por esse caminho, compreende-se que o monumento apresenta na atualidade uma dimensão de significações localizadas, muitas vezes transitórias no espaço e duradouras na memória, porque envolve perpetuar a história local e o uso de sua imagem como uma referência espacializada, concreta e/ou imaginariamente.

Nesse sentido, o monumento é uma ação política criada intencionalmente, cuja sacralização em estátuas, bustos, nomes de ruas, praças, parques, logradouros, etc., equivalem as construções sociais que reafirmam essa ação, ele proporciona a preservação da identidade e se constitui como um “legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2013, p. 486), e um objeto singular na história, que é capaz de potencializar uma ativação popular de lutas, de demandas ou de lazer.

⁸⁴ Entrevista com a Sr.^a M. M. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte em Camagüey, (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

⁸⁵ Entrevista com o Sr. R. G. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (CU), no dia 15 de fevereiro de 2019.

Figura 33 – Celebração do Dia da Cultura Nacional



Fonte: OHCC (2019)⁸⁶

O que se observa, é que as experiências com o monumento são latentes nesses momentos, pois indica que a estátua representa um simbolismo do ponto de vista político e cultural. Exemplos de práticas sociais e culturais que estariam ligadas a constituição da memória através dos monumentos, é evidenciada por Le Goff (2013), ao expor os acontecimentos, experiências individuais e de grupos que se identificam com o passado, que viveram ou não tal situação, em que, inicialmente são formadas por personagens nos lugares como locais de comemoração e rememoração. É nesse sentido, que as ações e manifestações políticas, artísticas e culturais constituem, via memória do ou sobre o monumento, a *ativação popular do espaço público* enquanto um patrimônio-territorial, seguindo a proposta de Costa (2017, 2018).

Em Camagüey, a ativação popular do espaço público, busca, por meio do monumento enquanto patrimônio-territorial (sendo a praça Ignacio Agramonte o lugar de memória), reconhecer a resistência simbólica e material que não é dada, mas encontrada nas relações vividas, contrária a lógica que rege a patrimonialização global. Ademais, no contexto da globalização (SANTOS, 1996), o processo de

⁸⁶ Disponível em: <http://www.ohcamaguey.cu/reconocimiento-valido-a-los-que-trabajan-por-y-para-la-ciudad/>. Acesso em: 16 de jan. 2020.

patrimonialização implica em fatores econômicos, tecnológicos que levam a uma “uniformidad, imitación y la destrucción de las culturas nacionales” (CHAOS, 2011, p. 286).

Enfim, importantes elementos foram apresentados sobre o aspecto simbólico e concreto da praça Ignacio Agramonte e de seu monumento, enquanto primordial ativador popular do espaço público. No esforço dessa compreensão, verificamos que o espaço público é onde se vivifica, reside e perdura ou, negativamente, pode ser obscurecida ou abolida a participação cidadã e, por isso, é o lugar não somente das experiências individuais e coletivas, mas de contextos sociais que inserem tanto os sujeitos, como as políticas públicas específicas.

A ativação popular do espaço público nasce desse conjunto de pensamentos e ações sobre a importância da prática cidadã, da incorporação de valores que surgem da criação, da subjetivação e da ressignificação do lugar face aos motores da *patrimonialização global*. Constatou-se que tais práticas, vinculadas ou não ao monumento, ativam popularmente o espaço público e retroalimentam o simbolismo do mesmo. Retomando à nossa questão de pesquisa, a fim de respondê-la e de modo a alcançar o nosso objetivo geral, vimos que o monumento é fato concreto da ativação popular do espaço público, por fazer parte da formação histórico-cidadã e por construir ações e relações com e da sociedade, nas quais desvelam a função intrínseca da memória coletiva atribuída ao monumento na produção de significados, constitutiva dos sujeitos e do espaço público.

Por essa razão, considera-se que as narrativas estudadas na e sobre a praça Ignacio Agramonte são alguns exemplos de práticas, encontros, manifestações e histórias que se relacionam através do espaço público. Constatou-se que o monumento e a praça formam um conjunto presente no cotidiano de Camagüey e que a totaliza. Logo, a dimensão social existente está contida também na memória, uma vez que ela é latente pelo espaço e os grupos assumem, – mesmo com as adversidades –, operar na praça as múltiplas possibilidades de diálogo e de conteúdo por meio da *acessibilidade* e da *ativação popular do espaço público*.

3.4 A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA PRACIALIDADE E DO MONUMENTO EM GOIÂNIA ENQUANTO *UTOPISMO PATRIMONIAL* PELA AMÉRICA LATINA

Torna-se pertinente, quando falamos de América Latina, considerar alternativas que permitam pensar sobre nossa realidade no campo social, cultural, econômico, político e ideológico continental. Em função disso, a palavra “utopia” aparece como possibilidade de enxergar novos modos de viver; no pensamento ela nos projeta ao futuro e abre caminhos possíveis através das ações.

Canclini (2012) defende que a sociedade atual necessita da articulação por uma perspectiva do possível, por uma mudança profunda, que perpassa a esfera da cultura imposta pela sociedade fortemente hierarquizada e essa hierarquia se sustenta na condição histórica latino-americana, na manutenção do poder dos sujeitos que ocupam determinadas posições frente a outros, silenciados e segregados. Nesse sentido, o pensamento utópico recupera os sujeitos aparentemente destituídos de poder e concentra forças em seu *devir* cultural.

Nesse contexto e com enfoque geográfico, Costa (2016) inaugurou o debate sobre *utopismos patrimoniais* e diz que a utopia é potencial transformador da realidade dos lugares e representa um marco referencial do patrimônio-territorial, por ser estratégia de ressignificação espacial e cultural da situação histórica concreta latino-americana frente aos órgãos da patrimonialização mundial. Segundo o autor, uma saída crítica a essa universalização imposta⁸⁷, requer a utopia como a base de um projeto latino-americano, que resgate localmente os sujeitos subalternizados e afetados pelo *modus operandis* da modernidade/colonialidade.

E. Costa justifica, ainda, que enquanto as políticas públicas de patrimônio operam, economicamente, em setores territoriais exclusivos e nobilitados de cidades, o patrimônio-territorial ativado pode valorar, popularmente, setores de cidades e exige, pois, compreender uma realidade heterogênea, de práticas plurais contra hegemônicas nesses espaços. A mobilização popular não está somente em busca de uma prática menos segregadora, ela atua como forma de afirmação de culturas

⁸⁷ Refere-se a UNESCO e aos organismos internacionais de financiamento da patrimonialização, por universalizar bens e lugares, mal considerando a dimensão social local concreta: “paradoxalmente: acirram competições ou confrontos entre agentes e atores no território; favorecem a concorrência da oferta de lazeres entre cidades e países; estimulam uma corrida global pelo selo supremo da patrimonialização; setorizam a destinação de verbas públicas para intervenções urbanísticas classistas; privilegiam políticas, restritamente, aos bens patrimoniais cancelados etc.” (COSTA, 2016, p.11).

diversas dentro das possibilidades de uma tríade conexa de *utopismos patrimoniais*⁸⁸ (COSTA, 2016).

Nesse sentido, considera-se que a utopia tem o potencial de fazer emergir o trato da ativação popular que recai sobre a própria manutenção vital do espaço público. A utopia amplia o horizonte construtivo do ser social. São as iniciativas dos sujeitos que uma vez localizados, tendo consciência e sentimento de pertencimento ao lugar, conseguem revelar as suas necessidades e anseios no espaço social; logo, no espaço público da cidade. Desde a utopia como método e em diálogo claro com a teoria social crítica decolonial, Costa (2016, p. 2) conceitua ou propõe os “utopismos patrimoniais”, abrindo o debate com o utopismo patrimônio-territorial como:

um projeto histórico-geográfico; esse utopismo perpetua ambições, ideias e matérias, além de denunciar contradições, todos situados. Universalmente, **o patrimônio-territorial:** i) anuncia as estratégias da conquista ibérica do continente latino-americano, em abertura para a modernidade, e a organização colonial do mundo; ii) indica que a América Latina “entra” na modernidade como sua “outra face”, dominada, explorada, encoberta, pois teria como ponto de partida fenômenos intra-europeus; iii) reforça o projeto transmoderno enquanto “co-realização do impossível para a modernidade; solidariedade de: centro-periferia, mulher-homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, humanidade-Terra, Cultura Ocidental - Culturas do mundo periférico ex-colonial, por incorporação, partindo da Alteridade”. Particularmente [...] **o utopismo patrimônio-territorial latino-americano** enfatiza bens a serem preservados e difundidos, assegurados por prestígio adquirido na história das barbáries da própria modernidade. Denuncia, se apropria e perverte simulações impostas à história cultural latina. Considera que a sociedade estabeleceu-se e permanece dividida em classes, etnias e regiões, assumindo que esse e outros disparates estão na essência da grandiosidade de obras, fatos e sujeitos históricos. Esse utopismo intensifica voz dos indígenas, mulheres, pobres urbanos; legitima a diversidade das memórias nacionais e acusa dismantelamentos por guerras e ditaduras. Reconhece que a mudança social no continente está nas mãos dos despojados e dos humilhados, perfazendo-se neles próprios. (grifos nossos)

⁸⁸ A tríade que concentra os utopismos, estão definidos por três conexões: o *utopismo patrimônio-territorial* se refere a resistência espacial dos sujeitos frente a lógica de dominação colonial fortalecida pelo espiral da modernidade cujas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais são muito reais; o *utopismo patrimonial singularista* diz respeito aos interesses da comunidade local negada ou excluída do processo de internacionalização que rege a lógica patrimonial mundial. O foco deste utopismo favorece a localidade, os projetos urbanos coletivos e os sujeitos, pois eles próprios reafirmam sua existência e experiência, operam diante dos bens universais instituídos; o *utopismo patrimonial existencialista* refere-se ao exercício efetivo do *sujeito situado*, ressaltando uma consciência social e da durabilidade do patrimônio em risco, quer seja os ideais advindos da produção humana, “aniquilamento, perdas, política, tecnologia, mercado, modernização” (COSTA, 2016, p. 4), que colocam o patrimônio e as vidas em risco sob a esteira do Patrimônio Mundial. O *utopismo patrimonial existencialista* vem no sentido de reverter essa lógica através de alternativas concentradas nos sujeitos situados e mobilizados.

Esse utopismo é basilar para os outros dois utopismos (patrimonial singularista e patrimonial existencialista), porque busca reverter totalmente a lógica segregadora que visa a excluir e silenciar os empobrecidos, uma vez que o utopismo patrimônio-territorial, “depende da iniciativa dos sujeitos localizados e interessados em reforçar seu protagonismo de lutas passadas, numa nova história feita solidaria e comunitariamente” (COSTA, 2017, p. 72). Nesse sentido, tais utopismos, segundo Costa (2016), localizam os sujeitos e os lugares, a partir dos *roteiros patrimoniais utópicos* provocando mudanças de perspectivas decoloniais: o monumento, sua história e força de memória representam a utopia necessária da ativação popular do espaço público, por fortalecer a práxis.

Em Goiânia, os espaços públicos são produtos arquitetados em épocas distintas e os processos que levaram as suas transformações urbanísticas moldaram a Praça do Bandeirante com aspectos peculiares no centro da capital: com os sujeitos, com as avenidas, com os agentes imobiliários e privados, etc., caracterizando o que vemos hoje pelos usos e apropriações dos sujeitos no lugar. Fazendo uma retrospectiva desse processo, Oliveira, A. e Chaveiro (2008, p.193) argumentam que:

Ao longo da década de 1980, quando o fenômeno urbano se revelou a Goiânia, a reivindicação da cidade feita pelas camadas sociais segregadas pelo autoritarismo do capital – com destaque aqui ao capital imobiliário – as colocou no espaço público. Movimentos sociais foram responsáveis por uma nova ordem da cidade, a ordem dual: de um lado, a cidade planejada pelo Estado – na institucionalidade do poder público municipal –, expressante de uma lógica de ordenação excludente, na qual as camadas populares se viam restritas ao acesso da urbanidade. De outro, a cidade resultante da ação cotidiana destas mesmas camadas, que na busca de garantia de sua sobrevivência, reinventaram a cidade na produção de seus espaços de referência, contraditórios com a centralidade; produziram uma heterotopia conformada à feição das desigualdades socioespaciais. Porém, a produziram na polifonia de suas ações coletivas, rompendo com a mordaza imposta pelo regime militar. As camadas populares se fizeram sujeitos da cidade, da polis, buscando definir uma situação de cidadania.

Contemporaneamente, pensar na utopia com base no território, como propõe E. Costa, nos dá possibilidade de ver as diversidades das relações ativas do espaço público face às mudanças históricas, sociais e culturais em Goiânia. Nesse sentido, o empírico realizado em Goiânia auxilia a reforçar o *utopismo patrimônio-territorial*, haja vista que localizar espacialmente os sujeitos e identificar suas referências memoriais parece uma utopia necessária no momento político que atravessa América Latina, especialmente o Brasil (onde o neoliberalismo ganha fôlego) e em Cuba (que padece, todavia hoje, do histórico embargo econômico estadunidense).

A Praça do Bandeirante é resultado das etapas de construção de Goiânia, porém, a cidade não pode ser caracterizada somente pela materialidade urbana, simultaneamente, ela demanda das experiências individuais e coletivas dos sujeitos como um dos fatores que determinam suas transformações. Nesse sentido, compreendendo que é no espaço público onde se constitui a vida social cotidiana, pretendemos, em diálogo com os sujeitos localizados, suscitar os usos, as apropriações, os monumentos como elementos simbólicos, e quais práticas sociais se dão atualmente nesse espaço, e se há uma resistência espacial que configure suas ações uma ativação popular na busca de uma utopia, como sugere Costa (2016, 2017).

Nesse sentido, Queiroga (2001) ao cunhar o conceito de *pracialidade*, coloca-nos à tona questões relacionadas ao espaço e sua dimensão pública, no caminho da utopia necessária relativa à ativação popular. Para o autor, de nada adianta pesquisá-lo materialmente se o que o faz pulsar está na interface das relações sociais, na construção dos signos, dos símbolos e dos significados constituídos cotidianamente na praça. Para o autor, o sentido público do espaço enquanto praça, dependendo do lugar onde seja possível encontros diversificados, é que reside fortes pracialidades:

A praça é um signo do lugar, revelador de contradições e conflitos sociais. Na praça, expõe-se a sociedade em seu movimento. A praça, mesmo na realidade megalopolitana, ainda é um importante sub-espaço, a despeito das afirmações neo-liberais que insistem, propositadamente, em apontar para o fim da esfera pública (QUEIROGA, 2001, p. 50).

A pracialidade é uma articulação entre os usos e apropriações do lugar, são as pessoas que fazem do lugar, a praça (QUEIROGA, 2001). Ela é uma forma de resistência dos sujeitos e dos espaços públicos frente as mudanças contemporâneas ou dos fatores que condicionam sua vitalidade: econômico, político, social, ideológico, cultural, pois o espaço público permanece na memória dos sujeitos, que seguem apropriando com usos tradicionais e contemporâneos desses espaços. Na perspectiva de Queiroga (2012, p. 61), são “(...) espaços livres residuais resultantes da implantação de avenidas, de espaços públicos apenas vegetados em bairros de renda alta e baixa densidade habitacional, rotatórias, dentre outros”.

A Praça do Bandeirante é fruto dessa construção espacial complexa, por apresentar traços que a vinculam na trajetória de vida dos sujeitos ao movimento de resistência espacial, seja pelo hábito de vida inicialmente ruralista, seja pela recusa

de novos hábitos que a capital de Goiás, forçadamente, criou (ALVARADO & COSTA, 2019)⁸⁹. Nesse sentido, os espaços públicos revelam, através das práticas sociais, a multiplicidade de interpretações existentes que situam as pessoas no cotidiano da cidade (GOMES, 2012; SERPA, 2007), como também revelam os anseios dos sujeitos, que projetam suas utopias na praça.

Cabe ressaltar, que o espaço físico da praça do Bandeirante encontra as Avenidas Goiás e Anhanguera uma extensão territorial de sua existência (**Figura 7**). Conforme apresentados no capítulo 1 dessa dissertação, a diminuição do tamanho desse espaço público ocasionou ao longo dos anos, em ocupações nas áreas adjacentes das duas avenidas vinculadas à praça, previstos inclusive no plano do arquiteto Atílio Correa Lima (LIMA FILHO, 2001).

No caminho por uma pracialidade e ativação popular do espaço público forjados pelo monumento, encontramos narrativas que desvelam os motivos dos usos e o conjunto de representações espaciais, as quais dão subsídio à composição de imagens sobre a cidade. Quando perguntados sobre o significado da Praça do Bandeirante para eles, de modo a identificar as representações espaciais e as práticas sociais que ocorrem ali, os entrevistados relataram pontos de vista no qual conseguimos perceber as multiplicidades de relações que o espaço tece:

Ah, minha filha! Naquela época, a gente passeava aqui na praça, a estátua era mais baixa, a gente tinha uns banquinhos, tinha iluminação boa, eu mesmo não tinha carro, eu trabalhava no Banco de Goiás, pra você ver a minha idade com a idade de Goiânia (...) Não que hoje a praça não tenha essas coisas, claro que tem, mas hoje eu vejo que isso aqui está bem diferente, e se a gente não acompanhar o fluxo da cidade, a gente atrofia (...) Eu moro ali no Edifício Sayonara, então para mim essa praça é meu quintal⁹⁰.

Eu trabalhei a vida inteira ali no Palácio Pedro Ludovico na praça Cívica, sabe? Morei no centro, depois me mudei pro Setor Oeste e voltei para cá em 2010 porque minha filha foi embora e eu fui morar sozinha, achei mais fácil vir para o centro porque consigo fazer tudo a pé, então para mim a praça é um lugar que eu passo por ela, entende? Desde 1966 ela faz parte da minha vida, eu lembro que o ritmo era mais devagar porque também não tinha muito veículo (...) Eu sou goiana, então de domingo a domingo eu passo aqui, eu

⁸⁹ É importante destacar, nesse contexto do debate sobre construção de alternativas via patrimônio-territorial, a necessidade de superar a dicotomia rural-urbano ou campo-cidade, o que Alvarado e Costa (2019) propõem, na dimensão de uma situação geográfica gerada entre pequenos núcleos (ruralizados e idílicos) e as metrópoles, via imaginário gerado desde a metrópole e a virtualização do rural e dos elementos culturais dos pequenos núcleos populacionais.

⁹⁰ Entrevista com o Sr. J. F. G., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

vejo que isso aqui nunca para mesmo, é uma loucura de carro, de comércio, das lojas, esse som alto, de ônibus, de gente o tempo todo⁹¹.

A praça do Bandeirante é um ponto histórico nosso, ela faz parte da história de Goiás, infelizmente está um pouco depredada e esquecida pela questão geográfica da cidade, eu sinto falta de como era antigamente, porque a cidade expandiu e o centro ficou abandonado nesse sentido⁹².

Percebe-se, pelas narrativas, que há um sentimento de nostalgia pela praça ao relembrares uma outra época, em que o caminhar por ela durante uma pausa e outra era possível, era o “agir comunicacional” e a “dinamicidade” – parafraseando Gomes (2012, p. 161). Se contrastarmos as imagens 34, 35 e 36, veremos que na primeira há a prática de eventos automobilísticos (entre comícios, lazer, festas cívicas e manifestações), que caracteriza o fluxo de pessoas na década de 1940 (OLIVEIRA, 2015), em que as ruas laterais são ocupadas assim como seu espaço central; na segunda imagem há uma outra dinâmica que se configura pela admissão do transporte público em 1980, na terceira imagem vemos que manifestações recentes⁹³ tomaram conta de todo o espaço da praça.

Pela centralidade que ela exerce, as práticas locais tradicionais deram lugar ao uso e ocupação mais intensa de manifestações populares de estudantes e professores, movimentos sociais, etc., o espaço público foi ressignificado por intervenções culturais e políticas de pautas tanto local, quanto nacional, conforme já mencionado no capítulo 1 e 2. Concordando com Ribera (2019, p. 11), as praças ratificam “su importancia simbólica y una cultura urbana de ocupación natural las reafirma como los lugares más importantes de nuestra identidad histórica, y los lugares de todos en el sentido más democrático”.

Com essas mudanças, a praça tende a ser ocupada no intuito de questionar a ordem dominante, as possibilidades de uma ocupação por diversos grupos sociais e de classes distintas. Configura-se, um novo uso e apropriação material e simbolicamente, de maneira a surgirem várias espacialidades contra hegemônicas.

Para mim a Praça do Bandeirante é a base de Goiânia, de tudo que é bom e ruim em Goiânia, é o nosso caos organizado, e quando fazemos

⁹¹ Entrevista com a Sr.^a J. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

⁹² Entrevista com o Sr. P. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

⁹³ Manifestantes protestaram contra as reformas trabalhistas e previdenciárias na Praça do Bandeirante em abril de 2017, o protesto reuniu centenas de pessoas entre trabalhadores, centrais sindicais, estudantes e professores universitários.

manifestações, a gente fala e aponta que não estamos satisfeitos com todas as questões que envolvem a cidade, entende? mas fazemos os protestos aqui porque somos vistos e ouvidos. (...) Ela é a nossa infância e a nossa juventude, e ao meu ver a praça em si não vai ser alterada, porque para nós ela é a identidade do lugar, não é só um lugar de passagem, você tem vidas, tem toda uma relação que é do lugar e das pessoas que estão aqui e se envolvem de alguma maneira com ela. Para mim, é isso⁹⁴.

É interessante notar, que o discurso do entrevistado aponta características e atributos contidos na essência da Praça do Bandeirante, reconstruídos culturalmente, esses elementos conformam as práticas sociais de geração em geração, a praça é também um espaço público de confluência cultural que dá o sentido existencial da vida urbana na cidade contemporânea. Essa assertiva vai ao encontro do debate sobre o espaço público do geógrafo Valverde (2007, p. 127), ao afirmar que “o espaço não apenas contém os fenômenos, mas também os referencia e os qualifica”.

Figura 34 – Prática esportiva de automobilismo na Praça do Bandeirante



Fonte: SEPLAM, Goiânia (Década de 1950)

⁹⁴ Entrevista com o Sr. F. C. A. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

Figura 35 – Praça do Bandeirante vista do alto



Fonte: Jornal Opção, edição de 1980. Acervo Instituto Histórico Geográfico de Goiás ([s.d])

Figura 36 – Manifestantes protestam contra a “Reforma da Previdência” na Praça do Bandeirante



Fonte: G1 (2017)⁹⁵

⁹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/goias/noticia/manifestantes-impedem-circulacao-de-onibus-do-eixo-anhanguera-em-goiania.ghtml>. Acesso em: 18 de jan. 2020.

Durante o campo realizado em Camagüey, um elemento específico do espaço público foi evidenciado: a temporalidade. Um elemento que marca a presença dos sujeitos na praça Ignacio Agramonte pelo tempo de permanência, o ritmo da cidade faz com que a praça seja um lugar central e com função específica voltada as atividades turísticas, ao mesmo tempo em que ela permite uma pausa no movimento urbano, fazendo com que os sujeitos primem pelo valor de uso desse espaço, contestando as práticas impostas pelo turismo. Em outras palavras: o acesso à praça, além de apresentar essas características específicas, também tem como um dos objetivos a *resistência* dos sujeitos locais que ultrapassam a lógica da contemplação e do entretenimento.

Goiânia, por ser uma cidade brasileira planejada, nascida de “um marco zero” pode parecer condicionada a uma única razão mercadológica, existencialmente arquitetada para suprir as necessidades das classes hegemônicas da época de sua construção, porém, essa visão unilateral elimina os sujeitos desse movimento no espaço público urbano (PELÁ, 2014). Para Valverde (2007), o espaço público é considerado um lugar de disputas e conflitos, é frágil e passa por mutações constantes. Porém, quando debatemos este tema, a importância recai sobre a trajetória e os processos simbólicos que decorrem das relações (incluindo as práticas sociais), dos residentes e dos próprios sujeitos que transitam por esses espaços. Cabe à esfera social, segundo a análise do autor, criar dinâmicas próprias que possibilitam às reivindicações, desejos e interesses contidas nas intenções particulares que reorganizam constantemente o espaço público (VALVERDE, 2007, p. 194).

Nesse sentido, ao considerarmos outras conexões possíveis a partir das mobilizações populares em espaços públicos que localizam os sujeitos e suas necessidades políticas, econômicas e culturais, – como afirma Costa (2017), chegamos em outra expressão do espaço público, na qual corresponde a ocupação dos sujeitos que o fazem como local de trabalho. Segundo Queiroga (2003, p. 26), as formas de encontro diversificadas são fortalecidas pelas relações sociais, em que a “força da pracialidade” surge como alternativa aos espaços públicos negligenciados pelo poder público. A partir das narrativas, percebe-se que o uso cotidiano da Praça do Bandeirante é destinado ao comércio ambulante como uma alternativa econômica de emprego:

Isso aqui acho até legal, é uma área muito bacana em Goiânia que ao meu ver está um pouco feia, suja, tem também o monumento ali que ninguém vê por causa dos ônibus (referindo-se as linhas do eixo Anhanguera e Goiás). Mas eu trabalho aqui, a gente compra ouro aqui. Eu venho, trabalho um tempo, paro uns meses, depois volto e trabalho mais um pouco aqui no centro mesmo (...) A gente sai daqui umas 5 da tarde, porque a praça começa a ser esvaziada mais ou menos nesse horário, todo dia é esse movimento e fluxo de pessoas, só no domingo que é zero circulação, mas a semana toda o lugar é muito movimentado... Amanhã mesmo, que é Dia das Mães, o pessoal vem muito aqui na Praça do Bandeirante, não na praça, mas nas calçadas mesmo, para consumir. O consumo é muito alto nessas datas⁹⁶.

Estou há anos trabalhando diariamente aqui como vendedora de frutas e não me lembro de ter visto o centro paralisado, sabe? Pode estar chovendo ou fazendo sol, as pessoas transitam aqui pela praça do Bandeirante porque precisam resolver as suas pendências cotidianas⁹⁷.

As falas são reveladoras de contrastes sociais, elas anunciam as necessidades econômicas e de hábitos que revelam a relação do espaço público com o trabalho, dentre as quais também podem ser observadas através das imagens 37 e 38. Ambas as narrativas também comprovam que a praça é o locus da ocupação, concretizada pelos usos e potencialmente constitutiva da ativação popular devido às dinâmicas socioespaciais inscritas no espaço público. A narrativa do Sr. M* chama atenção para um dado relevante sobre o desemprego na cidade, e nos direciona para o levantamento econômico divulgado pelo IBGE⁹⁸, através da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua – Trabalho (PNAD), no primeiro trimestre de 2019, onde indica que a mão de obra informal está no percentual de 36,4% na região metropolitana de Goiânia, o que também gera uma variação na taxa de desocupação em relação ao mercado de trabalho formal na capital de Goiás⁹⁹.

Essa expectativa de subalternização do trabalho é um reflexo da conjuntura urbana analisada por Costa (2017), quando focaliza os problemas de ordem social e do trabalho no continente latino-americano sobre o debate da *resistência*, através da ativação popular do espaço público como resposta a nebulosa crise local e global, é o “próprio modo de estruturação social refletido no território” (COSTA, 2017, p. 58), ou seja, exemplifica os paradoxos do cenário econômico local atual ou das crises.

⁹⁶ Entrevista com o Sr. M. A. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

⁹⁷ Entrevista com a Sr.^a A. S., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

⁹⁸ Análises Conjunturais – PNAD contínua trimestral – Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/releases/pnad-continua-trabalho/2019/pnad-continua-trabalho-primeiro-trimestre-2019.pdf>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

⁹⁹ Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/118748-painel-economico>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

Por esse caminho, compreendemos que os espaços públicos na América Latina possuem singularidades devido as transformações dos bairros, da mudança das malhas urbanas, das tipologias arquitetônicas, das dinâmicas que envolvem o campo econômico, social e cultural, enfim, os embates gerados pela aglomeração urbana dão forma e conteúdo aos espaços como lugares de convivência, conflito, debates, transformação e esperança. Esse é o caso de Santiago, no Chile, que em meados de 2011 viu suas praças e ruas serem tomadas por protestos contra o sistema capitalista, fazendo com que a população se conscientizasse democraticamente sobre seus direitos cidadãos (FERNÁNDEZ-DROGUETT, 2017).

Ainda no contexto da América Latina, os monumentos são heranças de momentos históricos nem sempre emancipatórios. Por exemplo, no caso da capital Santiago no Chile, em protestos durante o ano de 2019, articulados entre estudantes e população nas ruas e praças da capital mostraram que a estátua militar do General Baquedano¹⁰⁰ foi tomada pela população que elevou, dentre outras bandeiras, a de Mapuche¹⁰¹ e a do Chile ao topo do monumento (**Figura 39**), simbolizando a luta pela justiça, respeito e liberdade do povo chileno na maior marcha pacífica do país¹⁰².

¹⁰⁰ Manuel Baquedano González (1823-1897), foi comandante chefe das forças militares do Chile na Guerra do Pacífico. Em uma de suas missões em 1876, formou expedições contra os povos indígenas do Sul, tornando-se, no mesmo ano, comandante geral de armas de Santiago.

¹⁰¹ A Bandeira Mapuche é um símbolo que representa a resistência do povo indígena originário do Chile e da Argentina conhecido pela luta em defesa de seus direitos, sobretudo, do direito à terra.

¹⁰² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/26/internacional/1572112346_368643.html. Acesso em 15 de jan. 2020.

Figura 37 – Vendedores ambulantes no cruzamento das Avenidas Goiás e Anhanguera



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 38 – Vendedores ambulantes no cruzamento da Praça do Bandeirante



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 39 – Manifestantes tomam o monumento com bandeiras que simbolizam a resistência de povos indígenas



Fonte: Suzana Hidalgo (2019)

No decorrer dos dois campos realizados em Goiânia, em diversos momentos foi possível perceber as formas de ocupação na praça e nos espaços próximos: os sujeitos que esperavam os ônibus nas Avenidas Goiás e Anhanguera, ou aguardavam o horário de abertura das instituições bancárias, outras pessoas que vão à praça pelo comércio popular ou pelas lojas varejistas. Enfim, várias formas de apropriação do espaço, mesmo que na efemeridade do tempo, é perceptível que a ativação popular acontece nesse movimento do fluxo das pessoas e das coisas, na e pela praça: “Eu gosto do centro, de morar no centro, para mim, a Praça do Bandeirante está aqui desde sempre, então imagina se eu não me sinto parte dela, assim como ela também faz parte de mim”¹⁰³.

¹⁰³ Entrevista com a Sr.^a L. O., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 31 de julho de 2019.

É notório que essa frequência de uso se faz mais intensa durante a semana e em dias úteis, nos outros dias, sobretudo em dia de domingo a Praça do Bandeirante é menos utilizada pelos transeuntes. Por essa perspectiva, a praça enquanto espaço público da ação comunicativa, efetiva situações de pracialidade (QUEIROGA, 2001, 2012). Quer dizer, a resistência ao controle de acesso aos espaços públicos acontece por meio de práticas que fomentem a necessidade de sua ativação (COSTA, 2016, 2017), rumo ao exercício da cidadania (GOMES, 2012; SERPA 2007). Movidos por esses pressupostos, identificamos nas entrevistas tais práticas sociais que se relacionam quando as entrevistadas fizeram referências: à praça como o lugar do encontro, das atividades cotidianas, do comércio popular e varejista, das manifestações populares de cunho político e cultural, da aparência da estátua do Bandeirante centralizado, todos esses elementos indicam a *ativação popular do espaço público* e o monumento existentes na praça.

Em meu segundo campo, pude visitar instituições e fazer entrevistas com professores da UFG que trabalham com a temática do espaço público e dos monumentos considerados patrimônio em suas disciplinas, de modo a compreender a lógica de apropriação e uso da Praça do Bandeirante, como no caso da professora geógrafa Marcia Pelá¹⁰⁴. Em nossa entrevista, a professora comenta que durante o tombamento do traçado urbano do núcleo pioneiro de Goiânia, alguns professores interessados no assunto cobraram às autoridades por meio de uma ONG, onde estariam os sujeitos que construíram a cidade, que a elite goiana fez questão de “apagar da memória e do espaço urbano”:

A formação do espaço público tem a ver com o processo de análise integrada. Nesse sentido, os monumentos representam parte das práticas socioculturais espacializadas e se configuram como fonte de memória coletiva, quer dizer, sua constituição está relacionada à economia, ao desenvolvimento da cidade que não pode ser desconsiderado do processo histórico (...). A memória da classe dominante foi fundamental para a fixação da estátua do Bandeirante em Goiânia, no sentido de dizer que o monumento significa o processo de ocupação a partir do dominador e da colonização¹⁰⁵.

O que não significa dizer que seja igualmente compreendido por todas as pessoas como tendo a mesma dimensão simbólica. Constatou-se que para algumas

¹⁰⁴ Em seus trabalhos, Pelá (2009, 2014) faz um importante debate sobre os “sujeitos não desejados” após o processo de construção das capitais planejadas: Brasília, Palmas e Goiânia.

¹⁰⁵ Entrevista com a Sr.^a M. C. H. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na residência da entrevistada, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

o monumento representa a negação do patrimônio cultural. Para outras sua memória importa ser lembrada no espaço público como personagem da história goiana. Por essa perspectiva, Corrêa (2005) comenta que a espacialidade do monumento está relacionada a sua permanência e aos elementos constituintes do lugar, quer dizer, são as interações espaciais que o conduzem a uma dinâmica espaço-temporal. Portanto, é nas práticas cotidianas que a utopia se constitui, por denunciar o estado de esquecimento das coisas e pessoas e projetar o bem comum para o futuro, “é utopia necessária a alteração da experiência espacial que vislumbra territórios simbólicos desprovidos de cidadania” (COSTA, 2017, p. 61).

Vimos, durante o campo em Camagüey, uma particularidade patrimonial nesse sentido, pois a praça e o monumento a Ignacio Agramonte estão em profundo estado de comunhão tanto com os camagüeyanos, quanto com os cubanos. Eles são como “ímãs” para as práticas sociais, a função pública do monumento significa, de modo geral, a luta pela dignidade e liberdade, como já mencionado nos capítulos anteriores.

Em Goiânia, ao retornar na praça do Bandeirante, foi possível estabelecer novas conexões e observar a defesa do acesso e da qualidade da praça, onde também foi possível perceber o conteúdo das narrativas sobre o Monumento ao Bandeirante:

Antigamente o centro era outro... ninguém lembra que aquele pedaço de verde já foi uma praça grande e espaçosa com a escultura do Bandeirante em tamanho menor, que a gente podia ver de longe por causa da pequena quantidade de carros. Hoje tem manifestações, atos políticos, por exemplo, que me obrigam a fechar a banca de revista e torcer para que eles não degradem (...). Essas mudanças eu vejo pelos anos de experiência trabalhando aqui nesse cruzamento das avenidas¹⁰⁶.

Eu não sou um profundo conhecedor, mas a gente vê que Goiânia está sufocando seus monumentos, né? Salvo poucas exceções como a Praça Cívica que foi revitalizada recentemente, mas você tem aqui o Bandeirante que está sendo esquecido. Tem uma grande concentração de pessoas, de prédios e só esse monumento no meio do eixo Anhanguera e da Avenida Goiás acaba sendo esquecido, mas eu acho que é de extrema importância cultural para a memória de Goiânia e para o Estado de Goiás. Eu sempre ando apressado, porque sou usuário do transporte público, mas sempre estou atento a essas coisas e, infelizmente, a coisa não está tão bonita assim, queria que fosse mais bem cuidado por ser ponto turístico da cidade, dá para tirar umas imagens bacanas e por isso deveria estar mais bem zelado¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Entrevista com o Sr. S. P., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

¹⁰⁷ Entrevista com o Sr. R. S. P. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

Esses discursos revelam a existência de uma imagem positiva do Monumento ao Bandeirante, por ressaltar o “caráter heroico” que foi sendo construído entre São Paulo e Goiânia no auge da construção da nova capital do estado, no início do século XX. Nota-se também que existe um forte apelo ao mito fundador, do descobridor das terras goianas que deve ser lembrado por seus feitos e o foram, conforme já vimos, apropriados na narrativa mítica e na vontade de se fazer memória (individual e coletiva) e do acontecer histórico. Essas narrativas reativam a função memorial do monumento, atualizam-no simbolicamente em consonância com os usos e apropriações atuais proporcionadas pela praça do Bandeirante, que afirma a existência do monumento como um componente da ativação popular.

A nossa capacidade de lembrar é suscitada quando assumimos o ponto de vista sob o prisma de um ou mais grupos, “os pontos em que essas influências se encontram e se cruzam talvez correspondam, no quadro de seu passado, a imagens mais distintas,” e a partir deles nos situamos em uma ou mais correntes do propósito coletivo, “porque um objeto que iluminamos dos dois lados e com duas luzes nos desvenda mais detalhes e se impõe mais à nossa atenção” (HALBWACHS, 2006, p. 49).

Entende-se, que a construção mítica do herói se mistura à construção da identidade goiana que percorre até os dias atuais, assim o monumento é um elemento simbólico que adquiriu valor patrimonial e da memória coletiva ao se espacializar no espaço público da cidade. As narrativas a seguir, exemplificam esse sentido afetivo com o monumento por suscitar um conteúdo representativo:

Olha... muitas vezes a gente se deixa ser representado por outras coisas né? Mas ele é a história que a gente carrega há muito tempo e não pode ser esquecida. Por mais que eu só passe aqui na praça, eu gosto de olhar esse ponto de Goiânia¹⁰⁸.

Pelo que eu sei os Bandeirantes são os pioneiros, são um dos criadores do Estado e fazem parte da história de Goiás e por isso eu creio que a estátua é muito importante para nós¹⁰⁹.

Ah, para mim o monumento significa que a gente passou por tanta coisa, e ele está aí para nos mostrar isso. Que somos goianos na raça, no jeito, no campo (...), nos lugares, assim... para mim, o Bandeirante é esse cabra de

¹⁰⁸ Entrevista com o Sr. J. C., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 31 de julho de 2019.

¹⁰⁹ Entrevista com a Sr.^a I. M. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 31 de julho de 2019.

ontem e hoje mesmo, no centro, em Goiânia, entendeu? É o homem forte que construiu as coisas, e ainda assim continua aí há muito tempo, né?¹¹⁰

Percebe-se nas falas que há o pensamento coletivo de fazer perdurar a imagem do monumento no espaço público, um reconhecimento da imagem refletida na “goianidade”: “ele foi doado para nós, está lá escrito na placa (...), no pedestal, que o Bandeirante é um presente para nós”¹¹¹. Nota-se, que a percepção do passado e a apropriação do objeto como sendo de todos, – independente de quem quer que seja –, a doação do monumento por São Paulo se torna uma importância histórica, simbólica e material em Goiânia. São essas práticas evidenciadas que permitem construir sentidos acerca da materialidade do monumento no espaço público, por sua capacidade de interlocução, ativação e estado paradoxal entre o conflito e a harmonia nos espaços de memória em Goiânia e em cidades latino-americanas, como já mencionado.

Diferentemente desses entrevistados, constatou-se que o Monumento ao Bandeirante fixado em sua praça, às vezes revela sua “outra face”, na qual contradições podem apresentar um outro sentido representativo que gira entorno da narrativa do mito heroico, ora enfatizado, ora obliterado. Nora (1993) afirma que os lugares de memória estão suscetíveis a uma sobreposição, devido aos acontecimentos sociais e culturais, apresentando diferentes nuances de significados no espaço-tempo.

O meu sonho é ver os estudantes derrubando essa estátua! Já ouviu sobre a lenda, que durante a noite as três raças (Monumento às Três Raças da Praça Cívica), desce aqui na praça e dá uma surra no Bandeirante? Essa estátua não deveria estar aqui, ele matou e dizimou indígenas e eu não me sinto representada por ela¹¹².

Olha, eu moro aqui no Centro há uns 5 anos e sempre que vejo a galera fazendo manifestação, eles dão um jeito de pichar a estátua e chamar atenção para o que ela realmente significa. Sinceramente, eu gosto de outras estátuas mais expressivas sabe? Essas que a gente pode tocar, essa, além de a gente não tocar, ela está aí apagada e não interage com a gente. Para mim, é isso, eu acho que ela fica fora de contexto¹¹³.

¹¹⁰ Entrevista com o Sr. P. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

¹¹¹ Entrevista com o Sr. J. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na praça do Bandeirante em Goiânia (GO), no dia 10 de maio de 2019.

¹¹² Entrevista com o Sr. M. D. A., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

¹¹³ Entrevista com a Sr.^a L. O., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 31 de julho de 2019.

As falas descortinam uma relação de recusa a estátua, o monumento politicamente idealizado assume também, as “ambiguidades” de sua existência, concomitante a sua dimensão simbólica – parafraseando Corrêa (2005, [s/p]). Percebe-se que as narrativas ora comentadas, são atribuídas à memória da população, especialmente em momentos de mobilizações populares conforme pode ser observado na figura 16, no segundo capítulo.

Costa (2016, p. 8) afirma que se tratando do Ocidente, existem nuances que reforçam o “imaginário do mundo moderno colonial”, e coloca os sujeitos em situações visíveis/invisíveis, ora oculta, ora desvela a memória a favor de uma memória oficial, que ao mesmo tempo se vê forçada a compartilhar dos ideais e objetivos da Europa. Contudo, o utopismo patrimônio-territorial quer construir uma imagem da América Latina em uma história que caiba todas as diferenças de vidas existentes no continente, segundo Costa (2016, p. 8), “o utopismo patrimônio-territorial quer inverter a noção de uma América Latina como civilização apartada do *Ocidente*”.

O acervo simbólico produzido por e para a América Latina, entra nesse utopismo por confrontar as políticas públicas de patrimônio, os objetos salvaguardados que não representam os grupos sociais nas histórias de vidas em comum. Na visão do patrimônio-territorial, esse utopismo coloca “o sujeito e seu acervo memorial situados declarados como a possibilidade concreta do devir patrimonial contra as hegemônias ideológicas que perduram da colonialidade” (COSTA, 2016, p. 10).

Por essa perspectiva, Le Goff (2013) afirma que o monumento é um objeto de construção histórica da sociedade (constituído de forma voluntária ou não), com a intenção de perpetuar e legitimar formas de poder. Nesse sentido, tem-se que as versões do Bandeirante ganham vida e significado distintos por diferentes pontos de vista (e práticas sociais) no cotidiano do espaço público, o que recai também sobre a memória coletiva dos sujeitos.

Esse misto de sentimentos estão ancorados no contexto de seus usos e abusos, o qual o sentimento de fazer justiça à vítima, é, uma “política justa da memória” (RICOEUR, 2007, p. 17), não que esse processo leve ao total esquecimento, mas sim ao encontro da possibilidade do perdão, “o esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica” (RICOEUR, 2007, p. 300).

Diante dessa realidade, ressalva-se o contraste pelo monumento ser considerado patrimônio de Goiânia, onde a Praça do Bandeirante também está

atrelada à concepção de herança urbanística por propiciar a pluralidade dos encontros, em que ambos se tornam também atrativos turísticos. Esse vínculo foi evidenciado nas falas dos entrevistados:

Eu acredito que é um patrimônio histórico da cidade muito importante. A praça do Bandeirante deveria ser mais qualificada e, conseqüentemente, mais visitada né? Porque o Governo não coloca muito esforço nesse espaço público da cidade, nem na estátua que está toda pichada, mesmo que aqui seja um local de consumo, ele é um lugar histórico nosso, um ponto turístico que faz parte do nosso patrimônio, não é?¹¹⁴.

Eu acho legal isso aqui. Eu gosto da estátua..., mas sei lá, ela é alta demais e fica ali acuada entre os ônibus. Por que não é igual as estátuas da Praça Cívica? Se não me engano o Monumento ao Bandeirante é patrimônio protegido pelo IPHAN, não? Tem uma placa ali no início da Goiás explicando esses detalhes. Não sei te dizer e ela está toda pichada, olha lá para você ver¹¹⁵.

As narrativas comprovam que há o componente sociocultural que compreende a trajetória de construção da nova capital, quer dizer, as representações espaciais podem influenciar a maneira como os sujeitos se relacionam no e com o espaço público. Essas falas trazem à tona a imagem do Bandeirante como cenário de acesso à mobilização, à dispersão, às carências, às necessidades e a *resistência* que ficam expostas à ativação popular.

Existe uma lacuna de significação do Monumento ao Bandeirante que é visto como patrimônio institucionalizado indissociável a uma esperança simbólica horizontalizada. Contudo, o fato de o monumento ser reconhecido pelo IPHAN, não quer dizer que há um grau de cuidado patrimonial com seu entorno, nem que as práticas sociais sejam garantias totalizantes de difusão da sua representação. Nesse sentido, o utopismo patrimônio-territorial é um elemento motivador, que inverte o caráter normativo inicial de construção do monumento ao resgate do papel ativo de sujeitos e de grupos na enunciação de significados do Bandeirante, rompendo com “a originária colonialidade eurocêntrica, regional e provinciana de modernidade, cuja atribuição de explicação está em fenômenos restritamente intra-europeus” (COSTA, 2016, p. 6).

As nuances de significados do Monumento ao Bandeirante revelam que precisamos estar atentos às relações de poder, de dominação e dos mecanismos de

¹¹⁴ Entrevista com o Sr. W. C. M., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

¹¹⁵ Entrevista com o Sr. L. P. F., concedida à Larissa Alves de Sousa, na Praça do Bandeirante, localizada no centro de Goiânia (GO), no dia 27 de julho de 2019.

forças colonizadoras presentes no monumento em seu lugar de memória, como objeto incontestado da modernidade (COSTA, 2016). Posto que ele carrega consigo a materialização e os ideais fundadores forjando significados nos sujeitos que não o elegeram e sobre a qual eles não possuem uma interpretação uníssona, – é a dialética da memória entendida por Costa (2015), já que outros monumentos colocados nos espaços públicos de Goiânia em salvaguarda do IPHAN possuem outros referenciais de memória, conforme apontado nos capítulos 1 e 2 da pesquisa.

Não queremos dizer que uma memória seja mais relevante ou verdadeira que outra, mas é justamente nessa complexidade que o Monumento ao Bandeirante descortina a pluralidade e a singularidade enquanto construção simbólica que conforma, intermitentemente, o espaço público na cidade contemporânea.

Os conteúdos simbólicos que emergem da estátua do Bandeirante são construídos conforme a experiência subjetiva e as práticas sociais no espaço público, compreender a interação entre sujeito e objeto demanda um olhar para a cidade planejada e para a cidade do mundo vivido (**Figuras 40 e 41**), pois o monumento idealizado permanece ancorado em seu espaço físico (VARGAS, 2019). Alguns desses elementos nos estimulam a pensar o movimento dinâmico que a praça possui, haja vista que as imagens geradas pelo monumento nos levam as questões sobre a construção simbólica da *pracialidade* (QUEIROGA, 2012) no cotidiano e na memória coletiva.

Buscar alternativas que acentuam os utopismos patrimoniais, é reconhecer a fragilidade da memória, dos monumentos e sua reprodutibilidade de conteúdo nas cidades latino-americanas, uma vez que, as práticas sociais dão vida aos objetos que fazem parte do acervo urbano e dos espaços públicos. Segundo Costa (2016, p. 10):

O utopismo patrimônio-territorial é uma de inúmeras estratégias que podem ter nos movimentos sociais, nas associações de bairro, na cooperação de acadêmicos, de intelectuais e de artistas, suporte para promover os lugares a serem transformados; esse utopismo reconhece a força das teorias endógenas e o potencial de transformação a partir da realidade empírica.

Figura 40 – Vista da lateral e canteiro central da Praça do Bandeirante



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Figura 41 – Fluxo de veículos na praça em direção aos sentidos Leste e Oeste de Goiânia



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Do exposto, a espacialidade dos monumentos é resultado da ação humana e da criação dos espaços públicos nas cidades, o Monumento ao Bandeirante assume esse papel, adquirindo uma função pública que remete ao passado (articulado entre memória e esquecimento), mas visando que as gerações futuras o recordem, subjetiva e simbolicamente em seu lugar de vida e de memória.

Ao estabelecer contato com os entrevistados, tecemos como caminho as possibilidades de diferentes olhares e perspectivas sobre o mesmo objeto, que elucidam os significados catalisados por meio do Monumento ao Bandeirante e a partir disso, compreender a pluralidade de práticas sociais na praça que originou sua imagem representativa. De modo, que também foi possível entender especificidades e nuances que justificam carências e auxiliam a enxergar lacunas mediadas pela experiência concreta dos sujeitos.

Vimos que a imagem do Bandeirante se ufana no cotidiano da praça, as práticas sociais reafirmam a existência de sua representação espacial. Essa relação assume diferenças ativadoras quando manifestações populares, políticas e culturais se estabelecem no espaço, de modo que, os elementos fundantes do Monumento ao Bandeirante tornam-se expressivos ao permear a lógica de sua existência, fazendo-se *resistência* à opressão e à neutralização de sua imagem. Retomando a nossa questão de pesquisa com vistas a alcançar o objetivo geral, entendemos que o monumento é um objeto materializado na praça que têm efeitos nas subjetividades, no cotidiano e nas práticas sociais por ele produzido e pelo/no qual se constitui, legitima a memória coletiva e sentidos historicamente construídos, em que a latência da ativação popular do espaço público aparece no monumento e se efetiva na Praça do Bandeirante. Para lograr essa *resistência* latino-americana, o *utopismo patrimônio-territorial* é um mecanismo revelador de contradições e de denúncias realizadas pelo monumento (ativador do espaço público), que se manifesta nas práticas e problematizam essas questões articulando os conteúdos: cultural, econômico, político, religioso e social (COSTA, 2016).

As narrativas nessa pesquisa, são fundamentais e problematizam a Praça do Bandeirante de ontem e de hoje, presentes na essência da discussão sobre seu monumento. Esse utopismo, então, parte dos próprios sujeitos situados conectados aos monumentos analisados (concreta e imaginariamente), fazendo do espaço público *locus* de esperança social, de vislumbre de um *devir* revolucionário.

Por isso ir além do que se vê, significa enxergar as narrativas para além das formas aparentes, é buscar compreender os significantes e os significados, seja de representações do passado, seja do valor cultural no presente. Em muitos dos momentos das entrevistas isso foi elucidado através de práticas e imagens. Identificação do espaço público, visualização do monumento e a existência do lugar de/na memória.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A eleição de duas cidades para estudos sobre as práticas sociais localizadas não constitui uma tarefa simples, sobretudo, tendo como debate a resistência dos sujeitos nos espaços públicos latino-americanos e a relação destes com os monumentos, fortalecidos na/pela memória coletiva. A ativação popular do espaço público emerge desse contexto por entender que as práticas sociais justificam e explicam ações no espaço, ativando-o, e por isso se faz essencial o debate sobre caminhos de resistência e de utopias, na tentativa de difundir não uma realidade ideal, mas de retomar a posição de solidariedade que possibilite mudanças nos campos material e simbólico, do ponto de vista cultural e espacial.

Para essa leitura, a pesquisa buscou a relação entre as características das práticas sociais nos espaços públicos citadinos na América Latina, as formas como os sujeitos interagem no espaço público, a partir de sua percepção com os monumentos como elementos vinculados ao lugar de memória, como define P. Nora. Desde um olhar social que inclua tanto a políticas educativas que sensibilizam a população e os órgãos responsáveis por gerir o patrimônio cultural (o monumento, os espaços públicos, os costumes), tanto as práticas patrimoniais alternativas que dependem da percepção do sujeito (da subjetividade) para continuar a existir espacialmente.

Conforme E. Costa, a busca pela ativação do espaço público e sua configuração como patrimônio-territorial, ocorrem por consciência (coletiva) e prática do sujeito. Do ponto de vista metodológico, buscamos compreender a importância de se catalogar atrativos situados, que vão dos saberes locais às representações espaciais e espaços públicos que sejam referenciais de memória, para se chegar ao definido patrimônio-territorial.

Ainda nessa metodologia, além de outras indicações de E. Costa, buscou-se identificar a catalogação oficial do atrativo situado: localizar e compreender, a partir dos moradores, *os usos, as apropriações e ocupações* nos espaços públicos que configuram uma *ativação popular* e quais funções dizem respeito às praças como locais públicos de exposição dos monumentos e que remetem ao processo de identificação coletiva dos sujeitos no cotidiano. O que nos levou à análise da realidade de dois casos, quais sejam: a Praça Ignacio Agramonte, em Camagüey (Cuba), e a Praça do Bandeirante, em Goiânia (Brasil).

A Praça Ignacio Agramonte se configura como espaço público central e primordial dos moradores e turistas em Camagüey; observamos que esse aspecto foi importante não só para compreender as características físicas que compõe seu espaço, mas também para identificar os movimentos de resistência e os potenciais de acesso ao uso e de que forma os mesmos estão embutidos no processo de apropriação espacial dos sujeitos (COSTA, 2017; SERPA, 2007, VALVERDE, 2007). Constatamos que a Praça Ignacio Agramonte é uma particularidade no contexto da cidade, ao mesmo tempo que universaliza a América Latina, pois há uma preservação do seu entorno com expressões arquitetônicas que remetem ao período inicial ou colonial do núcleo urbano de Camagüey, ou seja, a arquitetura singular no entorno da praça, promove um espaço público carregado de símbolos do passado e perpetuados no presente.

Assim, verificamos que o Monumento a Ignacio Agramonte fixado no espaço central da praça é um objeto capaz de rememorar a cultura local; projetado, ele alimenta a relação mútua dos sujeitos com a praça. Simultaneamente, deparamo-nos com as práticas tradicionais e atuais que encontram no monumento uma forma de acesso à memória coletiva, o que também constituem uma produção simbólica do espaço (CORREA, 2007; CHOAY, 2006). Os fenômenos observados possibilitam a existência de práticas sociais que integram e ativam a Praça Ignacio Agramonte e o monumento.

No Brasil, constatamos que a Praça do Bandeirante em Goiânia expõe as marcas do tempo histórico e tem a carga simbólica do sistema político da Era Vargas. A praça apresenta uma forma e estrutura espacial que ao longo dos anos, se configurou em outras práticas, gerando novas formas de socialização que ocorrem propriamente nesse espaço público, por ser centralizada, ela produz novos sentidos de manifestações sociais, culturais, políticas e comemorativas. Observamos que essas práticas constituem uma singularidade e expressa situações de *pracialidade* (QUEIROGA, 2001), ela faz parte da memória coletiva e permanece ativada no cotidiano dos sujeitos que usam e se apropriam do seu espaço, pois é onde eles também encontram maior visibilidade. Não há dúvidas que a praça condensa todos esses elementos de memória e história local, com expressões das lutas populares na América Latina; assim, se atualiza como um espaço da reivindicação e da resistência espacial.

Nesse contexto, identificamos que o Monumento ao Bandeirante é parte do projeto de criação da cidade e da lógica de modernização implantada no continente; ele foi idealizado a partir do poder e da intenção de ser colocado no espaço público fundacional de Goiânia, forjando-se como um objeto de reconhecimento cultural dos sujeitos, sua ativação a partir das práticas ganhou relevo através de valores, o monumento foi dotado de sentido político (CORRÊA, 2005), se espacializou na praça e na memória coletiva dos sujeitos. Constatamos que a história do Bandeirante, o que tem nela de mito e de conflito também se vincula as formas de uso e apropriação do espaço público por ser uma lembrança dessa personalidade. Verificamos que existem outras narrativas que são tão simbólicas quanto as manifestações populares, o descontentamento de alguns sujeitos para com o Monumento do Bandeirante é uma delas, com o que ele representa do ponto de vista do domínio e opressão populares.

Assim, os conceitos de espaço público (A. Serpa; R. Valverde), monumento (Le Goff; R. Corrêa) e memória (M. Halbwachs; P. Nora), se relacionam e incidem sobre a ativação popular do espaço público como patrimônio-territorial (E. Costa), pois é no urbano que ela vai revelar a espacialidade do monumento fixado em seu lugar de memória, de maneira a estimular as práticas sociais, considerando que todas as experiências dos sujeitos nos levam a uma realidade empírica redimensionada pela leitura dos espaços das cidades e a fala do residente (E. Costa & F. Scarlato).

Foi alcançado o objetivo geral pautado em *analisar a relação entre a ativação popular do espaço público e o monumento, este como catalisador de práticas sociais localizadas e da memória coletiva, em Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil)*; quando realizadas as pesquisas de campo e entrevistas feitas com os transeuntes nas praças Ignacio Agramonte e Bandeirante, constatamos que o fato de que monumentos estejam colocados em seus respectivos espaços públicos, eles têm função pedagógica e didática que vão fazer com que esse espaço seja vital, podem servir como marco referencial de encontro no cotidiano político dos sujeitos, ou como o lugar escolhido para uma intervenção cultural artística e espontânea, cultos religiosos, ações políticas de estudantes, conflitos sociais entre comerciantes, compra e venda de produtos do comércio formal e informal e atividades turísticas e de lazer ao ar livre.

Por assim dizer, observamos em Camagüey uma ativação expressa no espaço público em que as relações existentes são o resultado de ações do passado, do tempo como variável, que vai influenciar, em certo sentido, nas práticas sociais atuais. Ações que formam sociabilidades cotidianas (de acordo com sua forma de ocupação), e

alimentam a diversidade cultural, plural e essencialmente política do espaço público da praça Ignacio Agramonte.

No horizonte de Goiânia, as evidências empíricas sobre as variáveis de práticas sociais demonstraram que, baseadas na localidade da Praça do Bandeirante, o acúmulo de funções e interesses políticos (manifestações populares, culturais e sociais), indicam que há a valorização sólida do espaço público nessas questões. Assim, pode-se observar que tais práticas são atividades inerentes à vida do lugar.

Por fim, em contextos diferentes dentro do continente latino-americano, os dois lugares surgem como possibilidades de uma *ativação popular* do espaço público sob os *riscos* e a *preservação patrimonial* (E. Costa), narrados à luz do sujeito. A relação existencial com o urbano impulsiona a uma compreensão da realidade dentro da lógica da *preservação* e dos *utopismos*, ao passo que estimulam o cuidado com o ser social, pois, a partir dele as contradições e afirmações se estabelecem no e com o espaço público. Constatou-se que colocar o monumento em ambas as praças é como *dar alma* ao lugar e convidá-lo à permanência e à resistência, ativando-o e transcendendo aglutinando na memória individual e coletiva.

O debate do espaço público e sua relação com o monumento justifica o entendimento sobre as práticas sociais nos espaços públicos Camagüey e Goiânia, torna-se relevante e auxilia para a compreensão das atuais crises no continente. Os autores apresentados se desdobram sobre a noção de espaço público, ao passo que ao longo da revisão teórica e do conhecimento empírico resultante desta pesquisa, chegamos no ponto em que o espaço público é visto como uma construção utópica (e necessária), o que pode se aproximar de um *patrimônio-territorial* defendido por E. Costa, pois é signo de resistência popular, mesmo que represente ícones da opressão no passado (caso de Goiânia).

Os desafios para o desenvolvimento da pesquisa foram inúmeros. É muito importante destacar que o que nos interessou aqui não foi uma comparação entre as duas cidades ou espaços públicos, mas realizar o esforço de analisar e compreender dois casos que se configuram como particularidades latino-americanas (na busca de uma generalização) geradoras de singularidades que se retotalizam pela história territorial da América Latina. Refletir sobre duas cidades de dois países que expressam, no mesmo continente, comportamentos aparentes, mas com realidades diferentes e que, portanto, estão sujeitos a uma análise geográfica que renove, reforce e amplie os estudos sobre a vida social nos espaços públicos de cidades latino-

americanas. Tal recorte é o possível de uma generalização (para o espaço-tempo de um mestrado), e encontrar singularidades relativas à ativação popular do espaço público no continente, como orienta Costa (2016, 2017, 2018), imbricada em monumentos permeados pela memória coletiva.

Esperamos que este estudo contribua para fortalecer a ideia e o conceito de ativação popular do espaço público à luz do patrimônio-territorial latino-americano, e que nos levem a assumir um compromisso acadêmico e social com uma perspectiva que, compreendendo as dificuldades sociais, políticas, e culturais existentes, sempre, no continente, – entre acertos, desacertos e violências –, não nos esqueçamos que é o sujeito em seu lugar de fala o protagonista da história dos lugares e o próprio patrimônio-territorial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, V. J. R. **As rodas de samba no Distrito Federal Brasileiro, Patrimônio-territorial latinoamericano, expressão de resistência espacial negra**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.
- ABREU, M. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia** I, v. 14, p. 77-97, 1998. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 2 de fev. 2019.
- ADAMES, M. N. Patrimônio, território y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá. **PatryTer**, v. 2 n. 3, p. 37-48, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/9313/21190>. Acesso em: 9 de dez. 2019.
- ALVARADO, I. S.; COSTA, E. B. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, n. 99, p. 01-26, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n99/2448-7279-igeo-99-e59792.pdf>. Acesso em: 31 de jan. 2020.
- ACHUGAR, H. El lugar de la memoria, a propósito de monumentos (motivos y paréntesis). In: JELIN, E; LANGLAND, V. (orgs.). **Monumentos, memoriales y marcas territoriales**. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2003. p. 191-216.
- ACHUGAR, H. **Planetas sin bocas: escritos efímeros sobre arte, cultura y literatura**. Montevideo, Uruguai: Ediciones Trilce, 2004.
- ALMEIDA, M. G; ARAÚJO, M. Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível? **Anais**. In: X Simpósio Regional de Geografia. Abordagens geográficas do cerrado. Catalão: 2007. Disponível em: https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Araujo_marcia_n_cleo_pioneiro.pdf. Acesso em 5 de dez. 2019.
- ARAÚJO, M. **Núcleo pioneiro de Goiânia: um patrimônio inteligível?** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás.
- BRASIL. Lei n. 6.962, de 21 de maio de 1991. Considera bens Culturais os que especifica. **Secretaria Municipal da Casa Civil**, Goiânia, GO, 21 mai. 1991.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez, 1937. Seção 1, p. 24056.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BUENO, A. S. C. Monumento aos Bandeirantes em Goyania. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 31 de maio 1938, A Notícia.

- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BENJAMIN, W. Obras Escolhidas III. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, W. A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaio Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, C. Trabalho intensivo para concluir obra da Goiás. **Estado de Goiás**, Goiânia, 10 out. 2003. O Popular.
- BARRETO, G. A; OLIVEIRA, R. F. Ciudades, campo, patrimonio y territorio em Latinoamérica y el Caribe: Revistas Arcada (Cuba) y PatryTer (Brasil). **PatryTer**, v. 2, n. 4, p. 115-125, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/25673/23273>. Acesso em: 02 de dez. 2019.
- BARBOSA, J. L. O significado da mobilidade na construção democrática da cidade. In: **Cidade e Movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**, p. 43-56, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9199/1/O%20Significado.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.
- BERDOULAY, V; CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C. L'espace public entre mythe, imaginaire et culture. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 45, n. 120, p. 413-428, 2001.
- BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L; (orgs.). **Olhares Geográficos: Modos de ver e viver no espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. p. 101-131.
- BORJA, J; MUXÍ, Z. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, Electa. (2003).
- BORJA, J. MUXÍ, Z. Centros y espacios públicos como oportunidades. **Perfiles latinoamericanos**, n. 19, p. 115-130, 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2212222.pdf>. Acesso em: 02 de nov. 2019.
- BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza. 2003.
- CABRAL, M. M. R. **Iconografia: documentação histórica e fotográfica do acervo artístico no Município de Goiânia**. Divisão do Patrimônio Histórico, Centro de Memória e Referência de Goiânia – Grande Hotel, 2008.
- CALERO, C. G. M; DELGADO, C. R. A; ARMAS, A. D. Espacio público, conflicto y convivencia: la plaza Primero de Mayo en Santa Cruz de Tenerife (Canarias). **Scripta Nova**, v. 18, n. 476, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-476.htm>. Acesso em: 4 dez. 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Paulo: Edusp, 1998.

CANCLINI, N. G. **A Sociedade sem Relato**: Antropologia e Estética da Iminência. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

CRESPO, J. F. B. La muerte no es verdad. 2019. **Ciudad de Camagüey**, Camagüey, 11 mai. 2019. Oficina del Historiador de la Ciudad de Camagüey.

CARNET GARCIA, W. A. **Análisis ambiental del paisaje urbano en la ciudad de Camagüey como herramienta para su ordenamiento**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografía) – Facultad de Geografía, Universidad de La Habana, La Habana.

CENTO, E. G. Carta de Manuel de Quesada a Ignacio Agramonte, San Juan de Dios, 20 de enero de 1870. In: CENTO, E. G.: **De la primera embestida**. Correspondencia de Ignacio Agramonte, noviembre de 1869-enero de 1871, Editorial de Ciencias Sociales. La Habana, 2014. Arquivo Disponível em CD.

CHAOS, M. T. La diversidad cultural y el respeto por la autenticidad de un sitio: Santa María del Puerto del Príncipe, actual Camagüey. **Apuntes**, v. 24, n. 2, p. 276-287, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v24n2/v24n2a11.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CHAOS, M. T. **Lenguaje de poderes en la estructura física de Santa María del Puerto del Príncipe. Siglos XVI-XVIII**. 2005 Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitectura, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha.

CHAOS, M. T. Y. La identidad cultural en el centro de la gestión turística de los núcleos monumentales. In: GÓMEZ, L. C.; NIGLIO, O. (orgs). **Conservación de centros históricos en Cuba**. Roma: Editorial edA Esemipidi Architettura, Aracne Editrice, v, 2, 2015. p. 657-675.

CHAOS, M. T. Usos y apropiaciones del patrimonio urbano VS identidad perdida o conservada. **Patryter**, v. 1, n. 1, p. 22-33, 2018. Disponível em: <https://doi.org.10.26512/patryter.v1i1.7108>. Acesso em: 02 de junho. 2019.

CHAUL, N. F. Goiânia: A Capital do Sertão. Goiânia: **Revista UFG**, 2009, n. 6, p. 100 -110.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás**: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

CHAVEIRO, E. F. Ver a cidade com o Professor Scarlato: um passeio nas entrelinhas urbanas. In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. S. O. (orgs.). **As cidades entre o "real" e o imaginário**: estudos do Brasil. São Paulo: Expressão Popular. 2011a. p. 49-65.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia Reinventada**. Goiânia: Editora Kelps, 2011b.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia: travessias sociais e paisagens cindidas**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2006.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural Brasileira: Uma Avaliação Preliminar. **Revista da ANPEGE**, v. 4, 2008a, p. 89-108.

CORRÊA, R. L. **Caminhos pela Geografia: O Urbano, As Redes e as Formas Simbólicas**. 2008c. Disponível em: <https://sites.google.com/site/robertolobatocorrea/Outros-Trabalhos>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

CORRÊA, R. L. Formas Simbólicas e Espaço: algumas Considerações. **GEOgraphia**. Niterói, Universidade Fluminense, v. 9, n. 17, 2007, p. 7-17.

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. **Scripta Nova**, v. 9, n. 183, 2005. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>. Acesso em: 23 mai. 2019.

CORRÊA, R. L. Uma sistematização da Análise dos Monumentos em Geografia. **Terra Plural**, v. 1, n. 1, 2007d. p. 9-22.

COSTA, E. B. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade – mundo**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, E. B. Paisagem – memória e a função social da fotografia. In: STEINK, V. A.; JUNIOR, D. F.; COSTA, E. B. (orgs.). **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: LAGIM - UnB, 2014. p. 80-106.

COSTA, E. B. Utopismos patrimoniais pela América Latina - resistências à colonialidade do poder. Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro. **Anais**. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona: 2016.

COSTA, E. B. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. **Cidades**, v. 9, n. 16, p. 86-117, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2374/2118>. Acesso em: 5 de fev. 2019.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 26, n. 2, p. 53–75, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

COSTA, E. B. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, n. 96, p. 01-26, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n96/2448-7279-igeo-96-00006.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2019.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Geografía, método y singularidades revisadas en lo empírico. **Geosp: Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 640-661, 2019. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161552/158259>. Acesso em: 18, dez. 2019.

CRUCES, F. El ritual de la protesta en las marchas urbanas. Cultura y comunicación en la ciudad de México. In: CANCLINI, N. G. (org.). **La ciudad y los ciudadanos imaginados por los medios**, UAM/Grijalbo, México, 1998. p. 156-181.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2018.

CHIZZOTTI, A. Apesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. In: **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003. Disponível em: <https://lorenzcolombiawww.redalyc.org/articulo.oa?id=37416210>. Acesso em: 02 de maio. 2019.

CIDARQ. Coleção Band – “**Coleção Monumento aos Bandeirantes**” (2009-2010). Disponível em: <https://acervo.cidarq.ufg.br/index.php/monumento-aos-bandeirantes>. Acesso em: 13 de nov. 2019.

DAHER, T. **Goiânia, uma utopia européia no Brasil**. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

DIÁRIO DA MANHÃ. Policiais Militares agredem mulheres durante manifestação. **Estado de Goiás**, Goiânia, 17 fev. 2016. Diário da Manhã. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cotidiano/2016/02/policiais-militares-agredem-mulheres-durante-manifestacao/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

DILLA, H. A. Pensando la alternativa desde la participación. **TEMAS**, n. 8, 1996.

DINIZ, A. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

ELORZA, A. Segregación residencial y estigmatización territorial. Representaciones y prácticas de los habitantes de territorios segregados. **EURE**, v. 45, n. 135, p. 91-110, 2019. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2903/1188>. Acesso em: 04 dez. 2019.

ESCALANTE, A. C; JIMÉNEZ, A. G; GÓMEZ, F. B. In: ESCALANTE, A. C; JIMÉNEZ, A. G; GÓMEZ, F. B (orgs.). **Diccionario Enciclopédico de Historia Militar de Cuba**. Primera parte (1510-1898). Tomo I: Biografías. Biografías. Ediciones Verde Olivo, 2010.

EXPÓSITO, J. J. C. **Vida de Ignacio Agramonte**. Editora Linkgua Red Ediciones, 1937.

FABELO, M. P. Cien Años de la estatua encuestre de Ignacio Agramonte y Loynaz. **Ciudad de Camagüey**, Camagüey, 24. fev. 2012. Radio Cadena Agramonte.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FELIPPE, J. M. F. G. **Cartografias valorativas de Sabará-MG a essencialidade da cidade patrimonial metropolizada**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

FERNÁNDEZ, C. A. G. **Proyecto de rehabilitación urbana de los primeros kilómetros de la Avenida Finlay y su área urbana inmediata, desde el parque Finlay hasta el hospital Amalia Simoni**. 2017. Monografía (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidad de Camagüey, Camagüey.

FALLS, D. V. CHAOS, Y. M. T. El Espacio habitable – Del movimiento moderno a la actualidad, ruptura y continuidad. **Revista de Arquitectura**, v, 23, n. 35, p. 42-51, 2018. Disponível em: <https://dearquitectura.uchile.cl/index.php/RA/article/view/52068>. Acesso em: 7 de dez. 2019.

FERNÁNDEZ-DROGUETT, R.; LÓPEZ, L. G; PIPER, I. S. Recordar la dictadura chilena visitando lugares de memoria. **Psicología & Sociedad**, v. 30, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v30/1807-0310-psoc-30-e179978.pdf>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

FERNÁNDEZ-DROGUETT, R. La producción social del espacio público en manifestaciones conmemorativas, Santiago de Chile, 1990-2010. **EURE**, v, 43, n. 130, 2017, p. 97-114. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/2184/1034>. Acesso em: 05 de dez. 2019.

FREITAS, L. C. B. F. de. **Goiás: História e cultura**. Goiânia: Descubra, 2004.

GALEANO, E. **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

GARCÍA, A. G. Reconocimiento valido a los que trabajan por y para la ciudad. **Ciudad de Camagüey**, Camagüey, 20 out. 2019. Oficina del Historiador de la Ciudad de Camagüey.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Social, 2002.

GARCÍA, A. M. Y. Camagüey y Cielo de Ávila. **Anais**. In: Encuentro Académico Cubano-Alemán: La Arquitectura de la Revolución Cubana 1959-2017. 30-31 mar. 2017. Alemanha: 2017. Disponível em: http://www.uni-kassel.de/upress/publik/978-3-7376-5049-6_cuadra_CUBA_12MB.pdf. Acesso em: 02 dez. 2019.

GARCÍA, C. E. D; ESTEVES JUNIOR, M. Violencia urbana e inseguridad en espacios de vida colectiva. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais**, v. 19, n. 3, p. 440-458, 2017.

GARCÍA, M. L. M.; ALFONSO, R. C. **La guerra grande 1868 a 1878**. La Habana: Editorial Pablo de la Torriente Brau, 2010, 29 p.

GOMES, P. C. C; BERDOULAY, V. Apresentação – Cenários da Vida Urbana: Imagens, Espaços e Representações. **Cidades**, v. 5, n. 7, p. 9 –14, 2008.

GOMES, P. C. C. **A Condição Urbana**: ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

GOMES, P. C. C. A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 93-114.

GOMES, P. C. C. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, 115-119, 2018. Disponível em: Acesso em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/27557/16039>. Acesso em: 06 de jul. 2019.

GÓMEZ, L. C. Conservación de centros históricos. Métodos para estudios previos. **Patryter**, v. 2, n. 4, p. 18-37, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/24975/23269>. Acesso em: 06 de dez. 2019.

GÓMEZ, L. C. El Centro Histórico de Camagüey. **Camagüey: ciudad y arquitectura 1514-1950**. In: GÓMEZ, C. L; PRIETO, H. O; MÁ. S. V. S; (orgs.). Camagüey: Editorial Ácana, 2006. p. 15-84.

GÓMEZ, L. C. El Centro Histórico Urbano de Camagüey, Patrimonio Mundial. Planeamiento, gestión y manejo. En: **Apuntes**, v. 22, n. 2, p. 142-155, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v22n2/v22n2a05.pdf>. Acesso em: 05 de jul. 2019.

GONÇALVES, A. R. **Goiânia: uma modernidade possível**. Brasília: Ministério da Integração Social, 2002.

GONZÁLEZ, R. A. Dinámica socioespacial de La Habana, Cuba, posterior a 1990. **PatryTer**, v. 2, n. 4, 2019, p. 63-74. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/23290/23268>. Acesso em: 05 de dez. 2019.

GONZÁLEZ, R. A. La Habana: dinámica socio espacial de las formas urbanas. **PatryTer**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7100/5860>. Acesso em: 05 de dez. 2019.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLSTENSKY, I. L. **Patrimônio-territorial em Olinda-PE: comunidade quilombola Portão do Gelo - valorização da cultura afro-latino-americana**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

HOLANDA, S. B. **O extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense - Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

IANNI, O. A questão nacional na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8474>. Acesso em: 03, dez. 2019.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Superintendência Regional do Iphan. **Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico: Dossiê de tombamento**. Coordenação editorial: Wolney Unes. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Goiânia, GO**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/261>. Acesso em: 20 de set. 2019.

KNAUSS, P. As formas da imaginária urbana: escultura pública no Brasil. **Anais**. In: XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa: 2003.

KNAUSS, P. **Cidade Vaidosa: imagens urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

KNAUSS, P. **Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

LE GOFF, J. **Documento/Monumento**. In: História e Memória. Enciclopédia Einaudi, Trad. Bernardo Leitão. Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP, 2013.

LEMOS, A. I. G. Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através de suas metrópoles. **PatryTer**, v. 1, n. 2, p. 13-28, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/9281/11360>. Acesso em: 05 de jul. 2019.

LOPO, M. Memoria, historia y silencio en la construcción de territorios emblemáticos. Aportes para la interpretación de las voces (y silencios) en la producción de la legitimidad y la identidad locales. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331. 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-44.htm>. Acesso em: 9 de dez. 2019.

LIMA, N. M. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

LIMA FILHO. M. F. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

LIMA, A. C. **Goiânia**. Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 1937.

LIMA, A. C. **Plano Diretor da Cidade**. In: IBGE. Conselho Nacional de Geografia. Goiânia: coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

LIMA, A. C. Relatório do Plano Urbanístico de Goiânia. In: MONTEIRO, O. S. N. Como nasceu Goiânia. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 664 p. 1979.

LIMA, E. M. **Goiânia e seus enredos urbanos: O espaço público e os sujeitos sociais na Avenida Goiás**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

LINDÓN, A. **La vida cotidiana y su espacio-temporalidad**. Barcelona: Anthropos. 2000.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MOLLIN, V. La singularidad historiográfica de la Guerra de los Diez Años en Cuba (1868-1878). **EHS**, n. 15, p. 205-269, 1997. Disponível em: <https://ebuah.uah.es/dspace/handle/10017/6002>. Acesso em: 5 de dez. 2019.

MESQUITA, E. L. **Patrimônio-territorial ante a Patrimonialização Global em Assunção – Paraguai**. 2019. Mestrado (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

MALULY, V. S. **Como se fossem para o Cabo do Mundo: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

MANSILLA, J. A. La Flor de Maig somos nosotros. Geografía urbana de la memoria en el Poblenou, Barcelona. **Scripta Nova**, v. 18, 2014. Disponível em: <http://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/14976>. Acesso em: 7 de dez. 2019.

MACHADO, A; ANDRÉ, I. Espaço público e criatividade urbana: o caso de *Marais* em Paris. **Finisterra**, v. 47, n. 94, p. 119-136, 2012. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2684>. Acesso em: 5 de dez. 2019.

MEDEIROS, W. A. Goiânia de ontem nos Mapas da Memória. In: LIMA FILHO, M. F; MACHADO, L. A. (orgs.). **Formas e Tempos na Cidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

MEDEIROS, W. A. **Goiânia MetrÓpole: sonho, vigília e despertar (1933-1973)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

NORA, P. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 02 set. 2019.

NORA, P. Memória: da liberdade à tirania. **MUSAS**, n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OLIVEIRA, E. C. **História Cultural de Goiânia**. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

OLIVEIRA, A.F; CHAVEIRO, E.F. Desigualdades sócio-espaciais, democracia e gestão metropolitana: análise do desempenho institucional em Goiânia (1997-2007). **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 2, p. 187-202, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/5743/4538>. Acesso em: 20 jan. de 2020.

OLIVEIRA, I. A. **Avenida Goiás: lugar, monumento e memória**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

OLIVEIRA, R. F. **De aldeamento jesuítico a periferia metropolitana: Carapicuíba/SP como rugosidade patrimonial**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVA, B. G. A 146 años de su caída en combate Ignacio Agramonte vive en nuestros corazones. **Ciudad de Camagüey**, Camagüey, 11 mai. 2019. Radio Cadena Agramonte.

PAIVA, K. C. **Prefeitura Municipal de Goiânia**. Secretaria Municipal de Planejamento. Cadastro dos Bens Culturais Tombados e/ou Protegidos na Capital/ Município Goiânia - Estado de Goiás - Brasil. Goiânia, 1981-2009.

PIMENTA NETTO. **Anais do Batismo Cultural de Goiânia**. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 1993.

PRADILLA, E. C. Los territorios latinoamericanos en la nueva fase de internacionalización neoliberal. **EURE**, v. 21, n. 63, p. 57-69, 1995. Disponível em: <https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1140>. Acesso em: 05 de dez. 2019.

PEREIRA, E. M. C. **O Estado Novo e a Marcha para o Oeste**. Revista História, v. 2, n. 1, 1997.

PINHEIRO, A. C. C. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PINHEIRO, A. C. C. Vila Boa de Goiás: o tempo mítico e a sua fundação. Memória e tradição inventada. In: SERPA, E. C; MAGALHÃES, S. M. (orgs.). **Histórias de Goiás: memória e poder**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

PELÁ, M. C. H. **Uma nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do Cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

PELÁ, M. C. H. **Goiânia: o mito da cidade planejada**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

QUEIROGA, E. F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUEIROGA, E. F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na Metrópole do Sudeste Brasileiro. In: SOUZA, M. A. (org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas, SP: Territorial, 2003, p. 130-145.

QUIJANO, A. A Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

REMESAR, A. B; RICART, N. U. Estratégias de la memória. Barcelona, 1977-2013. **Scripta Nova**, v. 18, n. 495, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-495.htm>. Acesso em: 5 de dez. 2019.

RIBEIRO, M. E. J. O visível e o invisível da paisagem social: uma leitura da revitalização do centro de Goiânia. **Ensaio**, n. 24, p. 147-156, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/85789/88548>. Acesso em: 05 dez. 2019.

RIBERA C. E. Plazas mayores y alamedas de México, una reflexión desde la geografía histórica. **Investigaciones Geográficas**, n. 100, p. 1-14, 2019. Disponível em: <http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/60017>. Acesso em: 04 dez. 2019.

RÚBIO, R. DE P. **Memória e território: sociogênese da luta pela terra dos assentados do Cafundão (Mariana-MG)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

RÚBIO, R. DE P. **Espacialidade mineratória na América Latina e o ser minerador no Brasil (Mariana) e na Bolívia (Potosí)**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Nobel, 1996.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, V. C. **Palmas, a última capital projetada do século XX: uma cidade em busca do tempo**. [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 294 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/c3qn3>. Acesso em: 22 de abr, 2019.

SOUZA, R. B. **A história não perdoa os fracos**: O processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, 2015.

TAMAMES, M. A. H. **De la Plaza de Armas al Parque Agramonte**: iconografía, símbolos y significados. Camagüey, Editorial Ácana, 2001.

TEIXEIRA, P. L. **Memórias**. Goiânia: Editora Cultura Goiana, 1973.

UNESCO, **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Centro Histórico de Camagüey. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/1270>. Acesso em: 16 de set. 2019.

VALVERDE, R. R. H. F. **A transformação da noção do espaço público: A tendência à heterotopia no largo da carioca**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VALVERDE, R. R. H. F. O sentido político do Monumento às Bandeiras, São Paulo: condições e oportunidades para a multiplicação de narrativas a partir da transformação do espaço público. **PatryTer**, v. 1, n. 2, pp. 29-40, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/10117/11362>. Acesso em: 4 de jul. 2019.

VARGAS, S. A. Espacialidades de la memoria: lugares para abordar el pasado conflictivo en la Colombia contemporánea. In: SALAMANCA, C. JARAMILLO, J. (orgs.). Políticas, espacios y prácticas de la memoria. **Disputas y tránsitos actuales en Colombia y América Latina**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2019. p. 149-183.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas**: por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2000.

YÁZIGI, E. Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo. **PatryTer**, v. 2, n. 3, p. 1-7, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/14281/21186>. Acesso em: 9 de dez. 2019.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, CPF portador _____, concordo em participar na investigação empírica para a dissertação de mestrado intitulada "Monumento e ativação popular do espaço público latino-americano: Cuba e Brasil" construído por Larissa Alves de Sousa mestra e mentor Professor Dr. Everaldo Batista da Costa. Estou ciente de que a pesquisa irá desenvolver no campo do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília - UnB. O objetivo geral da pesquisa é analisar a relação entre a ativação popular do espaço público e o monumento, este como catalisador de práticas sociais localizadas e da memória coletiva, em Camagüey (Cuba) e Goiânia (Brasil). Minha participação será através de uma entrevista semi-estruturada, realizada durante o dia, com tempo estimado de 01 (uma) hora ou assim. Minha participação será voluntária e não implica qualquer despesa. Você pode se recusar a responder a quaisquer perguntas ou participar de qualquer processo que lhe traga desconforto ou constrangimento, pode retirar-se de participar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer preconceito. Riscos decorrentes de minha participação na pesquisa são nulos porque expressa a minha experiência de vida e contribui para a construção da dissertação aqui referenciada. Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília - UnB -, e poderão ser publicados em meio científico posteriormente. Os documentos, dados e materiais arquivados serão utilizados apenas para esta investigação e permanecerão sob a custódia do pesquisador por um período de 02 (dois) anos. Após esse período, todo o material arquivado será destruído. Se você tiver alguma pergunta sobre a pesquisa, entre em contato com a Sra. Larissa Alves de Sousa pelo número +55 (62) 98104-5538 e pelo e-mail larissaades@hotmail.com. Por último, afirmo que recebi todos os esclarecimentos necessários antes e durante a investigação e optei por

AUTORIZO MEU NOME PUBLICADO NA PESQUISA () SIM () NÃO
AUTORIZO O USO DA MINHA IMAGEM NA PESQUISA () SIM () NÃO
AUTORIZO A GRAVAÇÃO E USO DE AUDIO E VÍDEO () SIM () NÃO

Assinatura do participante

_____, _____ de _____ de _____.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome do participante: _____
Local: _____ Data: ___ / ___ / _____
Autorizo o registro da entrevista? () SIM () NÃO

PARTE 1: INÍCIO DA ENTREVISTA

Fazer uma apresentação rápida da pesquisa e dos objetivos da entrevista.

PARTE 2: DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

- Qual seu nome completo?
- Qual é seu local de moradia?
- Trabalha, estuda ou faz alguma atividade no Setor Central?

PARTE 3: O ESPAÇO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM O MONUMENTO EM GOIÂNIA

- O que você acha do espaço público da Praça do Bandeirante? O monumento está vinculado à construção do espaço público em Goiânia?
- Para você é importante que o monumento esteja fixado na Praça do Bandeirante como ponto de referência?
- Você considera que o monumento fixado na Praça influencia na sua relação com esse espaço?

PARTE 4: O MONUMENTO NO ESPAÇO PÚBLICO E NA MEMÓRIA COLETIVA EM GOIÂNIA

- Você tem algum vínculo afetivo com o monumento e a Praça do Bandeirante?
- Você considera que o Monumento ao Bandeirante te atrai para frequentar a Praça do Bandeirante? (Quais momentos?)
- Conhece a história dos Bandeirantes e o que eles representam para Goiânia?
- O que o monumento do Bandeirante fixado na Praça do Bandeirante representa para você?

PARTE 5: ESPAÇO PÚBLICO: AS FORMAS DE USO, APROPRIAÇÃO E ATIVAÇÃO POPULAR NA PRAÇA DE GOIÂNIA

- Você participa ou já participou de mobilizações de cunho político, artístico e cultural nesse espaço?
- Quais são as práticas sociais que ocorrem com mais frequência na Praça do Bandeirante?
- Quantos dias da semana você passa ou frequenta a praça?
- Você consome produtos ou usufrui dos espaços da Praça do Bandeirante?
- Você acha que ela é um ponto turístico de Goiânia?

PARTE 6: AVALIAÇÃO FINAL DA ENTREVISTA

- Gostaria de comentar algo que não foi tratado durante a entrevista?

O QUE OBSERVAR?

- Listar os espaços públicos onde os sujeitos circulam com mais frequência, quais são os outros monumentos que mobilizam a memória coletiva e potencializam a ativação popular do espaço público em Goiânia.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANEXO III

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ESCLARECIDO

Yo, _____, portador del
identidad de número _____, acepto participar de la investigación empírica para la
tesis de maestría titulada "Monumento y activación popular del espacio público latinoamericano: Cuba
y Brasil", construida y realizada por la master Larissa Alves de Sousa y el profesor orientador Dr.
Everaldo Batista da Costa. Soy consciente de que la investigación se desarrollará en el ámbito del
Programa de Postgrado en Geografía, de la Universidad de Brasilia - UnB. El objetivo general de la
investigación es el de analizar la relación entre la activación popular del espacio público y el
monumento, esto como un catalizador para las prácticas sociales localizadas y la memoria colectiva,
en Camagüey (Cuba) y Goiânia (Brasil), a vislumbrar su activación popular como patrimonio-territorial.
Mi participación será por medio de una entrevista semiestructurada, realizada en el día de hoy, con
tiempo estimado de 01 (una) hora, aproximadamente. Mi participación será voluntaria y no me acarreará
ningún tipo de gasto. Podría negarse a responder a cualquier pregunta o a participar en cualquier
procedimiento que me traiga incomodidad o constreñimiento, pudiendo desistir de participar de la
investigación en cualquier momento, sin ningún perjuicio. Los riesgos derivados de mi participación en
la investigación son nulos, ya que expresaré mi experiencia de vida y contribuiré a la construcción de
la tesis aquí referenciada. Los resultados de la investigación serán divulgados en la Universidad de
Brasilia - UnB, pudiendo ser publicado en medio científico posteriormente. Los documentos, datos y
materiales archivados serán utilizados solamente para esta investigación y quedarán bajo la custodia
del investigador por un período de 02 (dos) años. Después de ese período, todo el material archivado
será destruido. Si tiene alguna duda en relación a la encuesta, podría entrar en contacto con la Srta.
Larissa Alves de Sousa por el número +55 (62) 98104-5538 y por el e-mail larissaades@hotmail.com.
Por último, afirmo haber recibido todas las aclaraciones necesarias antes y en el curso de la
investigación y opto por:

AUTORIZAR TENER MI NOMBRE PUBLICADO EN LA INVESTIGACIÓN () SI () NO
AUTORIZAR EL USO DE MI IMAGEN EN LA INVESTIGACIÓN () SI () NO
AUTORIZAR LA GRABACIÓN Y USO DE AUDIO Y/O VÍDEO () SI () NO

Firma del participante

_____, ____ de _____ de _____.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMESTRUCURADA

Nombre del participante: _____

Lugar: _____ Fecha: ___ / ___ / _____

¿Autorizó el registro de la entrevista? () SÍ () NO

PARTE 1: INICIO DE LA ENTREVISTA

Hacer una presentación rápida de la investigación y sobre los objetivos de la entrevista.

PARTE 2: DATOS GENERALES DEL ENTREVISTADO

- ¿Cuál es su nombre completo?
- ¿Cuál es tu lugar de residencia?
- ¿Trabajas, estudias o haces alguna actividad en el Centro?

PARTE 3: ESPACIO PÚBLICO Y SU RELACIÓN CON EL MONUMENTO EN CAMAGÜEY

- ¿Qué opinas del espacio público en Plaza Ignacio Agramonte? ¿El monumento está vinculado a la construcción del espacio público en Camagüey?
- ¿Es importante para ti que el monumento esté fijado en la Plaza Ignacio Agramonte como punto de referencia?
- ¿Considera que el monumento fijado en la plaza influye en su relación con este espacio?

PARTE 4: EL MONUMENTO EN EL ESPACIO PÚBLICO Y LA MEMORIA COLECTIVA EN CAMAGÜEY

- ¿Tienes un vínculo afectivo con el monumento y la Plaza Ignacio Agramonte?
- ¿Consideras que el Monumento a Ignacio Agramonte te atrae para quedar en la Plaza? (¿Qué momentos?)
- ¿Conoces la historia de Ignacio Agramonte y lo que representa para Camagüey?
- ¿Qué significa para ti el monumento de Ignacio Agramonte?

PARTE 5: ESPACIO PÚBLICO: FORMAS DE USO, APROPIACIÓN Y ACTIVACIÓN POPULAR EN LA PLAZA IGNACIO AGRAMONTE

- ¿Participa o ha participado en movilizaciones políticas, artísticas y culturales en este espacio?
- ¿Cuáles son las prácticas sociales que ocurren con mayor frecuencia en Plaza Ignacio Agramonte?
¿Cuántos días de la semana pasas o visitas la plaza?
- ¿Consumes productos o aprovechas los espacios de la plaza Ignacio Agramonte?
- ¿Crees que es un lugar turístico en Camagüey?

PARTE 6: EVALUACIÓN FINAL DE LA ENTREVISTA

- ¿Desea comentar algo que no se abordó durante la entrevista?

¿ QUÉ OBSERVAR?

- Enumere los espacios públicos donde los sujetos circulan con mayor frecuencia, que son los otros monumentos que movilizan la memoria colectiva y tienen potencial de activación popular del espacio público en Camagüey.

ANEXO V

Monumento aos Bandeirantes em Goyania

Escreve á «A Noticia» a Comissão angariadora de donativos

Da Comissão que em São Paulo se organizou para conseguir donativos destinados a levantar, em Goyania um monumento aos Bandeirantes, recebe-se a seguinte carta:

Os monumentos são

paginas vivas da historia de um povo, expostas aos olhos de todos, inclusive dos estrangeiros. E' erroneo pensar-se terem função meramente decorativa das praças e dos jardins. Mais do que um símbo-

lo de gratidão, elles constituem um indice de cultura.

A mocidade academica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo movimenta-se afim de perpetuar em marmore a

glória imorredoura dos bandeirantes, essas legendarias figuras de semeadores de cidades e recuadores de fronteiras.

E como que simbolo o fato de estar Goyania a jovem Capital do futuro Estado de Goiaz, situada mesmo no coração do Brasil.

Esse empreendimento necessita do auxilio de todos, eis porque endereçamos esta carta a V. S. Sem seu apoio, bem como dos demais brasileiros, nada poderemos fazer. Mas estamos certos de que a semente lançada por vós, frutificará no solo generoso desta Terra abençoada, que os proprios Bandeirantes foram os primeiros a tornar fértil a todas as idéias uteis e patrióticas.

A campanha já conta com o apoio official das autoridades governamentais de Goiaz e São Paulo, tendo o Dr. Pedro Ludovico Telxer

ra Interventor do futuro Estado central, decretado a Lei n.º 595, concedendo o auxilio de 20 contos de réis.

Fazem-se necessárias, também, as contribuições dos particulares, mesmo porque só assim o monumento representará a intensidade dos sentimentos patrióticos da gente brasileira.

V. S. certamente nos auxiliará a cultivar tradições que devem ser tão gratas ao seu coração, quanto são ao nosso. *Toda contribuição deve ser depositada no «The Nacional City Bank of New York» em nome do Dr. Francisco Morato, tesoureiro da campanha, ou endereçada directamente a esse eminente mestre da Faculdade de Direito de São Paulo.*

Desde já incorporamos o nome de V. S. nesta Bandeira do Século XX, que vencendo distancias e impecilhos fará construir naquellas longinquoas plagas de nossa Pátria um monumento que incarnará a propria alma da nacionalidade, onde palpitem os sentimentos de brasilidade e bravura, que levaram os semeadores de léguas a patria de feitos que os immortalizam no conhecimento dos posterros.

Pela comissão Executiva:

Antonio Sylvio Cunha Bueno.